



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 36 - Nº 727 - DE 10 A 23 DE NOVEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00



## Fracasso de Biden, vitória de Trump

**Potenciam-se as tendências fascizantes da burguesia norte-americana e mundial**

**Da crise estrutural do capitalismo, emerge o programa da revolução social**

**Somente a classe operária, organizada e em luta pode enfrentar o imperialismo e suas tendências fascizantes**

### **DERROTAR AS CONTRARREFORMAS DE LULA**

**Que as centrais sindicais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e dos direitos trabalhistas**

**107 anos da Revolução Russa**

**VIVA AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO!**

**Recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução restauracionista**



# Vitória de Trump

## *Expressão da decomposição do capitalismo e da democracia burguesa*

Donald Trump derrotou Kamala Harris na maior parte dos estados. Obteve um número significativo de delegados ao Colégio Eleitoral. GANHOU, também, em quantidade geral de votos. Os dois indicadores autorizam a afirmar de que se trata de uma grande vitória dos republicanos. Trump governará tendo a seu favor o controle do Congresso Nacional e da Corte Suprema.

A derrota dos democratas foi humilhante. Primeiro, Joe Biden teve de ser afastado como candidato em meio à corrida eleitoral. A cúpula do Partido Democrata admitiu que não estava com equilíbrio necessário de suas faculdades mentais. Segundo, improvisou a sua substituição por Kamala Harris. Em seguida, arrecadou um gigantesco fundo eleitoral, superior ao de Trump, e sua máquina de propaganda indicava uma disputa apertada, acenando com a possibilidade até mesmo de vitória. O resultado final retratou a derrocada dos democratas, que não só deixam a presidência como se alijam do controle do Senado e da Câmara de Deputados.

Se a economia estava bem quanto à taxa de crescimento e desemprego, então, por que a maioria dos americanos deram uma vitória estrondosa ao ultradireitista Trump? O segredo desaparece quando se identifica os baixos salários, a precarização das relações de trabalho e o empobrecimento tanto da classe operária quanto de amplas camadas da classe média. Nota-se que as diretrizes econômicas dos democratas, sob o governo Biden, descarregaram a crise do capitalismo sobre as massas. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Manteve-se elevada a ultraconcentração de riqueza nas mãos de uma oligarquia financeira minoritária.

Baseado nessa realidade social, o bilionário Trump explorou o afastamento de um enorme contingente da população que elegeu Biden em 2020. Uma boa quantidade de votos de latino-americanos e porto-riquenhos se deslocou surpreendentemente para o carrasco Trump. Esse fenômeno incluiu uma parcela representativa da população negra. Trump pôde, assim, se valer da orientação republicana anti-imigração. Os imigrantes naturalizados e os mais oprimidos fecharam os olhos e seguiram as promessas de Trump de reerguer a economia e os empregos industriais. Os aparatos da ultradireita, incluindo os de parte das igrejas, derrubaram o arcabouço ideológico dos democratas, intitulado “valores identitários”. De fato, muito antes das eleições ganhava terreno a reação contrária à “igualdade de gênero”, ao aborto, à “união homoafetiva”, às “ações afirmativas” e ao controle de armas. As conquistas progressivas alcançadas pelos movimentos da classe média não só estão ameaçadas como, em grande medida, retrocedidas.

O governo democrata se mostrou incapaz de realizar reformas que de fato elevassem as condições de existência das amplas camadas sociais mais pobres e evitassem a degradação da gigantesca classe média norte-americana. Isso porque o capitalismo entrou em uma fase de decomposição que em lugar das reformas ganham corpo as contrarreformas. As panaceias ideológicas dos democratas se desmancham em choque com a divisão de classes e se despencam no abismo cavado pela alta concentração de riqueza e propriedade. A ultradireita que se enfileirou por trás de Trump se apoia e se nutre do fracasso do governo dos democratas.

Trump tem, agora, em suas mãos duas guerras para resolver – a da Ucrânia e da Faixa de Gaza – e dar continuidade à

guerra comercial com a China. Prometeu em sua campanha pôr fim às guerras, bem como direcionar as forças do imperialismo norte-americano contra a China. Nenhum desses objetivos é fácil de levar adiante. A derrota dos democratas não elimina em si mesma as profundas divisões que vêm se desenvolvendo no interior da burguesia norte-americana, principalmente desde a crise econômica de 2008. As tendências bélicas em alta se gestam e avançam nas entranhas da guerra comercial. Trump encarna e recrudesce o protecionismo imperialista, o que obrigará os Estados Unidos a fortalecerem ainda mais a indústria armamentista e a impulsionarem a escalada bélica mundial.

Biden se utilizou da Ucrânia como bucha de canhão para enfrentar a Rússia, que ainda controla parte das ex-repúblicas soviéticas, mantém sob seu poder vastas fontes de matérias-primas e exerce influência na Eurásia. A questão da quebra da independência da Rússia subsistirá a qualquer acordo que, por ventura, Trump venha a fazer com Putin. A guerra do Estado sionista de Israel contra o povo palestino é parte de um conflito mais amplo no Oriente Médio. Trump terá de potenciar o choque entre Israel e Irã. Seus movimentos serão calculados de acordo com a estratégia de cercear e derrubar a ascensão econômica mundial da China. À Europa está reservada uma maior subordinação aos interesses dos Estados Unidos, que se batem para retardar e limitar seu declínio. A União Europeia será obrigada a arcar com a antiga exigência de Trump sobre a sustentação financeira da OTAN. Essas são questões que dependem do desenvolvimento da crise mundial, das forças burguesas em conflito e, sobretudo, da luta de classes.

O segundo mandato de Trump se iniciará de frente com uma dívida pública superior a 120% do PIB e um déficit fiscal de mais de 6% do PIB. Tudo indica que a pequena recuperação econômica após a pandemia não tem como se estender por muito tempo. Esses componentes da crise norte-americana se interligam com a perda de capacidade comercial no mercado mundial, com a necessidade de recrudescer a exploração da força de trabalho e potenciar ainda mais o processo de precarização das relações trabalhistas.

Essas contradições não serão equacionadas com discursos nacionalistas fascizantes. Para enfrentá-las, Trump terá de caminhar no sentido de um governo fascista. O que está de acordo com uma fração da burguesia mundial, que vem impulsionando os partidos de ultradireita. O que quer dizer que Trump atacará duramente os movimentos sociais e agirá contra as direções burocráticas vinculadas aos democratas dos sindicatos operários que ousarem contestar sua política reacionária.

É sintomático que, à exceção da cautela da China, os demais governos congratularam a vitória de Trump. Putin espera estabelecer uma relação com os Estados Unidos distinta da política ofensiva de Biden. Lula correu a mostrar disposição de boa vizinhança. Milei aguarda um abraço de Trump, que possa segurá-lo no poder, estando em confronto com os explorados argentinos. Macron e Scholz pretendem conservar as relações que mantinham com Biden. Os dois países que são pilares da União Europeia não conseguem romper a camisa de força da crise econômica e se batem diante das tendências de luta das massas cada vez mais expostas. É bem provável que, nesse concerto geral, Trump se lançará contra os governos que dificultem a guerra comercial contra a China. O BRICS, certamente, será um dos alvos dos ataques do governo republicano.

**CONTINUA** →

A eleição de Trump nas condições de avançada decomposição econômica do capitalismo, de desintegração da ordem mundial instituída após a Segunda Guerra e de guerras que tendem a se generalizar evidenciam que a situação internacional vem sendo marcada pela supremacia da escalada militar. Em seu interior, desenvolvem-se as tendências ultradireitistas e fascistas. Esse estágio somente não está mais avançado porque a burguesia não tem encontrado uma resistência das massas à altura da crise estrutural do capitalismo. A luta de classes vem se potenciando e terá de responder ao fracasso dos governos socialdemocratas e à ascensão dos governos ultradireitistas.

As contrarreformas e as guerras forçarão um posicionamento dos explorados. A sua canalização nos Estados Unidos pelo trumpismo logo evidenciará a necessidade da classe operária norte-americana de reagir à continuidade da destruição das condições elementares de trabalho e existência. Da crise estrutural do capitalismo, emerge contraditoriamente o programa da revolução social e a crise de direção. Trata-se de uma contradição que tende a ser solucionada pela luta de classes, pela construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. ■

## O significado da vitória de Donald Trump

O republicano Donald Trump foi proclamado vencedor na disputa pela Casa Branca, nesta quarta 06/11, derrotando a candidata Kamala Harris, do partido democrata. Segundo as projeções, Trump venceu não apenas no voto popular como na conquista de 270 delegados necessários, dos 538 em disputa. Os EUA terão pelos próximos quatro anos, novamente, um governo de tendências fascizantes.

Mesmo com o forte crescimento do PIB em 2,8% (3º trimestre) e a baixa taxa de desemprego de menos de 4,5% da PEA, a inflação persistente e a alta do custo de vida pesaram decisivamente para a derrota de Kamala e Joe Biden. Estados tradicionalmente democratas deram votos massivos aos republicanos como uma resposta das massas à piora de suas condições de vida sob a gestão Biden. Sem dúvida pesa a forte desindustrialização que atingiu regiões inteiras. Trump venceu reeditando a velha e utópica promessa de recuperar a indústria norte-americana marcada pela baixa competitividade. Ganhou de forma arrebatadora, não apenas pelo número elevado de delegados, mas também pelo fato de controlar as duas casas legislativas: o Senado, tradicionalmente democrata, e a Câmara de Representantes. Com maioria no congresso, Trump terá as mãos livres para governar sem impedimentos legislativos, ao contrário de seu primeiro mandato. Desta vez, a arma do impeachment dificilmente poderá ser invocada pelos democratas, como em 2019.

A vitória de Trump imediatamente provocou reações no mercado financeiro com a queda nas bolsas asiáticas. Trump prometeu taxar de 10% a 20% os produtos importados como forma de deter a desindustrialização dos EUA. Contra a China, em especial, promete taxas ainda mais duras: na casa dos 60%. A julgar pelo que especula a imprensa burguesa, há temores na Europa, não apenas quanto à continuidade da guerra na Ucrânia e o futuro da OTAN, mas especialmente quanto à economia da Zona do Euro. Os EUA, para sustentarem seu crescimento, tendem a intensificar a subordinação dos europeus.

No fronte interno, Trump promete uma dura política anti-imigração. Almeja deportações em massa de milhões de imigrantes “ilegais”, a quem chamou desprezivelmente de “animais” e “não humanos”. Vai, nesse sentido, suas ameaças reiteradas ao governo do México. Por outro lado, as medidas governamentais suplementares à taxação de produtos, tais como a redução de impostos, maior desregulamentação do mercado e maior endividamento público implicam, segundo especialistas, em mais pressão inflacionária e manutenção de altas taxas de juros. Não à toa os Bancos festejaram a vitória do republicano. A alta do dólar tem contaminado toda a economia mundial e encarecido tanto manufaturas como commodities nos mais distintos mercados. Alta da taxa de juros do FED suga capitais de toda parte e, em particular, dos países atra-

sados, para financiar a dívida pública americana, que já ultrapassa 130% do PIB. Sob Trump, essa tendência deve não apenas permanecer como se intensificar. A potência norte-americana obriga o planeta a arcar com seus desarranjos estruturais.

A vitória de Trump passa longe de sanar a profunda divisão no seio da burguesia norte-americana. Parte da imprensa burguesa, como o jornal The New York Times, chegou a dizer que “os EUA fazem uma escolha perigosa” elegendo o republicano. Os impasses na política norte-americana refletem o dilema do imperialismo: que caminho seguir e que métodos empregar para conservar sua abalada supremacia mundial. A crise política não terá solução fácil. O crescimento dos EUA hoje, mais do que nunca, não é possível sem o sacrifício da economia mundial, tanto dos países semicoloniais quanto das próprias potências de segunda ordem. Reino Unido, Alemanha, França e Japão, todos, precisam se curvar. A vitória de Trump acelera essa tendência que já vinha se dando com Biden.

Apesar das promessas mirabolantes de Trump não há saída para o capital monopolista senão mais guerras, mais sacrifícios e mais barbárie por todo o globo. Trump intensificará as tensões no Oriente Médio e acirrará a guerra comercial com a China. Netanyahu terá carta branca para suas ações militares em Gaza e no Líbano. As pressões sobre o Irã se intensificarão. O cerco à Coreia do Norte se acirrará. Essas são as vias mais prováveis, nas condições de decomposição do capitalismo e de retomada da crise do pós Segunda Guerra a um ponto mais alto. América Latina não poderá escapar dessa voracidade. O nacional-reformismo será ainda mais acochado e Cuba, já sufocada, duramente atacada. No Brasil, Argentina e outros países a ultradireita projeta grandes expectativas.

A saída para as massas trabalhadoras está no combate sem tréguas pela independência de classe, pela superação da crise de direção e pela necessidade da luta unificada em torno a suas reivindicações mais sentidas. A luta de classes em todo o mundo tende a avançar como resposta à decomposição mundial do capitalismo. Inúmeros países o atestam. Falta, contudo, o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que derrote os agentes da burguesia no seio do proletariado e projete o instinto comunista das massas em política consciente. O avanço na construção dos partidos marxista-leninista-trotskista é o caminho para superar a crise de direção e criar as condições políticas e programáticas para as revoluções proletária. A guerra na Faixa de Gaza e a consequente mobilização popular colocou na ordem do dia a constituição da frente única anti-imperialista. Emerge das condições objetivas o programa da revolução social.

# Governo Lula refém dos ditames do capital financeiro

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estão voltados a avançar com as contrarreformas que golpeiam os trabalhadores. O Supremo Tribunal Federal acabou de referendar a contratação de servidores pela CLT, colocando fim à estabilidade. Lula está pronto para anunciar mais um conjunto de medidas que atinge duramente a maioria dos trabalhadores, aposentados, doentes e pensionistas. E prestes a cortar recursos da saúde e educação públicas. O Congresso Nacional, que legisla como caixa de ressonância do capital financeiro, já se prepara para o circo democrático da aprovação de mais uma contrarreforma.

## Supremo Tribunal Federal (STF) decide pela contratação via CLT no serviço público

Em uma maioria de 8 votos a 3, o STF delibou, na quarta-feira (06/11), pela validade da Emenda Constituição 19/1998 (Reforma Administrativa do governo Fernando Henrique) no que tange a alteração do Art. 39 da Constituição, para possibilitar a contratação via CLT no serviço público. Esta mudança chegou a ter efeito a partir de 1998, mas tinha sido suspensa em 2007 por meio de uma ação judicial feita pelo PT, PCdoB, PDT e PSB.

Na sua versão original, o Art. 39 da Constituição obriga que a União, os estados e municípios instituem regime jurídico único (RJU) para os servidores, com direito à estabilidade. A Emenda Constitucional 19/1998 suprime essa obrigatoriedade, permitindo que os governos possam realizar concursos para contratação CLT, como já acontece nas empresas públicas.

Votaram a favor os ministros Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Chama a atenção que os dois ministros indicados pelo atual governo Lula, vistos como “progressistas” nesse grande teatro que é o STF, se embocaram com os ministros indicados por Bolsonaro e pelo governo golpista de Temer para realizar um grave ataque aos direitos conquistados pelos servidores públicos. A explicação está em que o STF, composto por uma pequena casta de 11 ministros gozando de supersalários e altos privilégios, portanto facilmente controláveis pelo poder econômico, com mandatos vitalícios e sem elegibilidade, têm servido como uma perfeita caixa de ressonância para os interesses do capital financeiro de pagamento dos juros parasitários da dívida pública.

## A contrarreforma administrativa já vem sendo implementada

Esta decisão é mais uma medida de reforma administrativa que visa acabar com a estabilidade dos servidores e possibilitar

contratos temporários e até mesmo intermitentes no serviço público. A contrarreforma administrativa já vem, na prática, sendo implementada gradualmente, sem que os sindicatos e centrais organizem uma luta nacional para barrar tamanha destruição de direitos.

Recentemente, o governo publicou a Portaria MGI nº 5.127/2024, que estabelece diretrizes para a reestruturação das carreiras, dentre elas a de reduzir o número de carreiras e priorizar a criação de cargos amplos, que facilitem a movimentação de servidores entre os órgãos para suprir demanda de pessoal, ao invés de realizar novos concursos. Além disso, defende a priorização de “atividades estratégicas e complexas”, de modo que as atividades mais operacionais poderão ser realizadas por trabalhadores terceirizados, ou, com a atual decisão do STF, por servidores celetistas, sem estabilidade e com menores salários.

Outras medidas de reforma administrativa incluem: o Programa de Gestão e Desempenho (PDG), que extingue a jornada de trabalho e a substitui pelo cumprimento de metas; o teletrabalho, que repassa os custos do trabalho para o servidor, acaba com a fronteira entre trabalho e vida pessoal e enfraquece a organização coletiva; o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), com ferreamento para impor a movimentação de servidores entre órgão e, dessa forma, restringir os concursos.

## O capital financeiro exige um violento corte de gastos

A atual decisão do STF de atacar a estabilidade dos servidores vem justamente no momento em que o capital financeiro pressiona para que o governo Lula/Alckmin apresente um pacote violento de corte de gastos para atender a meta do Novo Arcabouço Fiscal.

A imprensa burguesa tem divulgado uma série de “estudos” que reforçam a tese de que, se não houver um corte violento, a máquina pública sofrerá uma parada em 2028. Para evitar essa suposta paralisação, tem se discutido nos meios burgueses uma série de medidas de ataque aos direitos sociais, como: 1) a necessidade de uma nova Reforma da Previdência; 2) a Reforma Administrativa; 3) corte no Abono Salarial e benefícios sociais (Bolsa Família, BPC etc.); 4) fim dos pisos constitucionais da saúde e educação. Sobre este último, o Tesouro Nacional já calculou que, caso os pisos sejam extintos, a saúde e educação deixariam de receber até R\$ 500 bilhões em nove anos.

Está muito clara a unidade das frações da burguesia em impor um ataque violento aos explorados. Corresponde à atual etapa de tendências recessivas na economia mundial, em que a burguesia vê a necessidade de destruir o mínimo de direitos que ainda existe, para manter a sua lucratividade.

**ADQUIRA**  **COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS**



O problema está em como a classe operária e demais explorados irão responder a esse pacote de ataques da burguesia. A burocracia sindical se encontra, neste momento, completamente comprometida com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que por sua vez está vinculado umbilicalmente com a burguesia nacional e o capital financeiro. É preciso armar o sindicatos e movimentos de uma política de independência de classe, que rompa a conciliação com os governos e organize uma luta nacional por um programa próprio de reivindicações, que inclui o combate às medidas de reforma administrativa que estão sendo implementadas, a revogação das contrarreformas da previdência e trabalhista, o fim do Novo Arcabouço Fiscal e o não pagamento da dívida pública, além das reivindicações por um salário mínimo vital e a defesa da estabilidade para todos os trabalhadores.

## A contrarreforma de Lula/Haddad

Confirmando as expectativas do último mês, a equipe econômica do governo federal se reuniu com o presidente Lula para discutir um pacote de cortes nos gastos públicos, com o objetivo de atender à pressão da burguesia em relação ao déficit fiscal e às contas públicas. Este plano, aguardado para ser apresentado desde o término das eleições municipais e o retorno das atividades no Congresso Nacional, visa a redução significativa no orçamento de programas sociais, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Ministério da Fazenda, sob o comando de Fernando Haddad, responsável pelo novo teto de gastos - agora renomeado como "arcabouço fiscal" - já havia sinalizado que a revisão do orçamento incluiria cortes profundos, afetando as camadas mais empobrecidas da população. Além de cortes no BPC, é aventada a possibilidade de redução no Seguro-Desemprego, Abono Salarial e no Fundeb.

Além disso, enquanto se discute o tamanho do ataque aos trabalhadores, o governo aprovou a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Essa medida, apresentada como estímulo à criação de empregos, beneficiará principalmente a grande burguesia empresarial. Tais ações representam uma continuidade da política econômica dos governos anteriores, tanto de Michel Temer quanto de Jair Bolsonaro, que também priorizaram desonerações e ajustes fiscais para atender aos interesses do grande capital, ao passo que os custos dessa política recaem sobre os trabalhadores e demais explorados. Não custa lembrar que a relativa queda no desemprego nos últimos meses não se deu sobre a base da desoneração dos capitalistas, mas sobre outras bases, de um lado a manutenção da informalidade crônica do trabalho, de outro, sobre a redução do valor médio da força de trabalho.

Essas ações confirmam o modelo ditado pelo imperialismo e adotado pelo governo Lula, de ajustes visando atender às exigências do grande empresariado e das corporações financeiras, preservando seus interesses em detrimento das necessidades dos mais pobres. O parasitismo da indústria bélica das grandes potências diante das guerras de dominação é um dos fatores que impulsionam o imperialismo para os ajustes nos países semicoloniais.

As medidas revelam a falsidade retórica de mudanças sociais prometidas na campanha de Lula em 2022, visto que a realidade aponta para a continuidade das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, agravando a situação do proletariado, da pequena burguesia arruinada e promovendo a desvalorização dos serviços públicos mais básicos. Fica evidente que esses ajustes refletem a submissão às exigências do capital financeiro e dos grandes grupos empresariais. A aprovação da desoneração da folha de pagamento assegura maiores margens de lucro, enquanto os recursos que poderiam ser destinados à seguridade social, saúde e educação são redirecionados para atender aos pleitos da burguesia industrial e financeira.

Neste contexto de aprofundamento da crise capitalista, os cortes propostos pelo governo Lula estão sendo descarregados sobre as costas dos trabalhadores e demais explorados. O pacote de cortes e desonerações fiscais é parte da estratégia para preservar os lucros dos grandes investidores e do capital financeiro, deixando claro que a crise do capitalismo, agravada pela pandemia da Covid-19, pela guerra na Ucrânia e pela guerra comercial em curso entre EUA e China, será descarregada sobre os setores proletarizados.

## Resposta ao Manifesto contra o pacote antipopular

Circula entre os movimentos e nas redes sociais um manifesto escrito e assinado por "acadêmicos e especialistas em direitos sociais, economistas, pesquisadores, comunicadores populares, sindicalistas, ativistas do movimento estudantil, do movimento popular e parlamentares", além de muitos parlamentares do PSOL que estão entre os subscritores do texto contra o anúncio do pacote de ajuste fiscal do governo Lula. Foi lançado na forma de abaixo assinado e até o momento da escrita deste artigo contava com 12 mil assinaturas. Seu conteúdo geral é de denúncia do pacote e defesa dos direitos que estão sendo atacados como o seguro desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) etc. Um manifesto cheio de boas intenções, mas como diz o ditado, delas o inferno está cheio.

É sem dúvida muito importante que se organize uma luta imediata contra os cortes que foram anunciados pelo governo, ainda que seus detalhes não tenham sido divulgados. Essa tarefa só pode ser cumprida pelas massas organizadas e com independência de classe. Isso só pode acontecer com independência do próprio governo. O manifesto articula uma separação no governo entre Lula de um lado, e Haddad e Tebet de outro. O primeiro, citado apenas uma vez no manifesto, numa passagem em que elogiam a política do governo em 2023 e 2024: "A expansão fiscal promovida em 2023 e 2024 pelo governo Lula, possibilitada pela PEC de Transição, demonstrou que políticas fiscais expansivas podem impulsionar o crescimento econômico e reduzir o desemprego, sem causar descontrolado inflacionário." Já as críticas atribuem a responsabilidade aos ministros da Fazenda, Haddad e do Planejamento, Simone Tebet: "[...]nos unimos para condenar de forma veemente o conjunto de medidas de cortes sociais anunciado pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet para o final deste ano. As áreas alvo desses ataques já estão definidas: saúde, educação, Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e outros direitos essenciais." Não se pode lutar e proteger o governo ao mesmo tempo. É preciso tirar o pé de uma das canoas.

Não se observou que o tal "crescimento econômico" se deu sobre a base da manutenção de milhões que passam fome, e que a redução do desemprego se deve à informalidade galopante e da redução do valor da força de trabalho.

As reformas antinacionais e antipopulares, como a reforma trabalhista e da previdência, a políticas de avanço às terceirizações, o arcabouço fiscal e o arrocho sobre o salário mínimo, foram o centro dos governos Temer, Bolsonaro e agora de Lula. Não é compreensível a surpresa dos acadêmicos em relação aos novos ataques anunciados pelo governo. Vai apenas manter o fio de continuidade já que a política de cortes na saúde, educação e nos direitos trabalhistas também foram a tônica dos governos precedentes.

Um abaixo-assinado ou manifesto de intelectuais pode servir às necessidades de luta dos explorados, desde que esteja subordinado aos métodos da luta de classes, ou seja, da ação coletiva das massas e não falsifique ou obscurece o problema. A denúncia do governo em seu conjunto deve ser feita inclusive como forma de educar as massas para superar o caudilhismo lulista e passar a confiar em suas próprias forças.



O problema fundamental para que se levante uma luta contra esse pacote corretamente caracterizado no manifesto como antipopular, é a política das direções sindicais. As grandes centrais como CUT e CTB, e grandes sindicatos como a APEOESP, Metalúrgicos do ABC, ANDES (que assina o manifesto) entre outros, são dirigidas por correntes governistas que obstacilizam qualquer luta que possa se chocar com o governo Lula. Nesse sentido, as expressões de luta que se levantam na sociedade, sejam elas quais for, só poderão fortalecer a luta das massas se aplicar uma política clara, classista e muito bem delimitada diante do governo. As vacilações não servem.

O trecho seguinte mostra bem a política vacilante dos intelectuais e parlamentares: “As medidas contam com o apoio de entidades como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da grande imprensa, que têm defendido abertamente que, para manter o Novo Arcabouço Fiscal, é necessária uma “redução estrutural” dos direitos sociais. Nós, em contraste, defendemos que o Novo Arcabouço Fiscal seja alterado ou revogado para que os direitos sociais não apenas sejam preservados, mas também expandidos, garantindo a inclusão e a proteção da população mais vulnerável.” A simples sugestão de reformar o Arcabouço é absurda. Os direitos sociais não poderão ser expandidos sob a tutela de um governo burguês que segue à risca a cartilha do capital financeiro.

A tarefa concreta para combater o anunciado pacote antipopular de Lula passa pela formação de comitês de luta nas fábricas, universidades, escolas e nos bairros. É preciso levantar um movimento que parta das necessidades mais imediatas dos explorados, mostrando que os próximos ajustes aprofundarão o que já é insuficiente. Isso se traduz num programa próprio de reivindicações da maioria oprimida, impulsionado desde os comitês e dos sindicatos.

As massas estão fazendo a experiência com o terceiro mandato de Lula, mas para que a experiência seja completa é preciso que a crítica seja feita até é o fim, o que certamente fortalecerá a consciência de classe dos trabalhadores para lutar com seus próprios métodos e com independência política e organizativa do governo.

## Encenação da burocracia sindical *Derrubar a contrarreforma de Lula com os métodos da luta de classes* *Por um Dia Nacional de Luta*

Diante da contrarreforma de Lula/Haddad, ditada pelos credores da dívida pública, as direções das centrais sindicais, que sustentam a governabilidade, entregaram uma carta pedindo que Lula não anuncie nenhuma medida contra os direitos trabalhistas e previdenciários sem antes ouvir os sindicalistas. O ministro do Trabalho, ex dirigente da CUT, Luiz Marinho, encenou deixar o governo ao ouvir os cortes em sua pasta. O mesmo fez Carlos Luppi, ministro da Previdência. Esse movimento de burocratas e ex-burocratas sindicais é comum. Serve unicamente para mostrar aos trabalhadores que se opuseram aos cortes e que, finalmente, conseguiram que fossem mais brandos.

O Partido Operário Revolucionário rechaça os ataques aos trabalhadores, aposentados, doentes e pensionistas. O anunciado déficit na Previdência é de responsabilidade dos capitalistas e do governo. Os trabalhadores são os que contribuem com a Previdência e que sofrem as duras consequências das inúmeras contrarreformas, como essa última de Bolsonaro. A grande maioria dos servidores públicos sustenta também a sua Previdência, recebe salários miseráveis e enfrenta critérios cada vez mais penosos para alcançar a aposentadoria. No entanto, uma ultraminoria de servidores do Estado e militares recebe altos salários, goza de inúmeros privilégios e se aposenta com todas as vantagens do cargo. A contrarreforma de Lula não se volta contra essa ultraminoria de privilegiados, mas sim contra a esmagadora maioria de trabalhadores.

O POR defende que os sindicatos se coloquem em defesa dos direitos das massas trabalhadoras. Nesse sentido, convoquem as assembleias nas fábricas e outros locais de trabalho, para aprovar a luta para derrubar a contrarreforma de Lula e do capital financeiro e a fraude armada no STF para continuar impondo a reforma administrativa. E que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, contra as reformas que golpeiam a classe operária e demais trabalhadores. ■

## Últimas considerações sobre o balanço das eleições municipais

O resultado final tão somente comprovou o que se passou no 1º turno das eleições municipais. Os partidos de direita e ultradireita mantiveram a hegemonia oligárquica controlando a maior parte das prefeituras e câmaras municipais. Não se trata de um fenômeno novo. O problema está em saber até onde as variantes da esquerda burguesa e pequeno-burguesa poderiam enfraquecer esse amplo domínio. Quanto a isso, o PT e sua aliança se mostraram débeis, raquíticos. Não é preciso enfatizar a completa impotência eleitoral da esquerda que se reivindica do socialismo e da oposição ao governo do próprio PT.

No 2º turno, cresceram as abstenções e os votos nulos e brancos. Certamente, não por influência da política revolucionária do POR, mas devido ao descontentamento de uma camada significativa dos explorados, pobres e miseráveis. Há que se assinalar que a posição do voto nulo, nesse sentido, não ficou isolada, indicando a necessidade de avançar a construção do POR no seio do proletariado e em meio à maioria oprimida.

O balanço de analistas e de boa parte dos partidos políticos afirma que os extremos foram derrotados. Ou seja, a esquerda e a ultradireita não atraíram o voto na maioria dos municípios, principalmente nas capitais e nos centros urbanos mais populosos. Saiu como o grande vitorioso, o PDS de Gilberto Kassab, que se qualifica de centro-direita, com 887 prefeituras. Ao seu lado, estão o MDB (856), PP (747), União Brasil (584). A extrema direita, representada pelo PL de Valdemar Costa Neto e Jair Bolsonaro, obteve 516, ocupando o quinto lugar. No campo tido como centro-esquerda, o PSB conseguiu 309, PT (252), PDT (151) e PCdoB (19). Somados os votos, temos: centro-direita com 2.474 prefeituras; centro-esquerda, 731. O PL sozinho está pouco abaixo da somatória dos partidos de centro-esquerda. Evidentemente, o campo de centro-direita é maior ainda se se considerar os votos dos Republicanos (433), PSDB (274), Avante (136), Podemos (127) e outros menores.

Com mais precisão, o PP e Republicanos são mais próximos da ultradireita (PL) do que dos partidos de centro-direita. No caso do campo de centro-esquerda, o PSB e PDT são mais próximos do centro-direita. É preciso fazer essa ressalva devido a imprecisão

de tais qualificações. O mais importante é a constatação de que a direita e ultradireita detêm esmagadoramente a maioria das 5.571 prefeituras.

Dentre as 26 capitais, a direita e ultradireita detiveram 24. Os partidos de centro-esquerda, amargaram com 2 capitais, 1 do PT e 1 do PSB. As capitais mais importantes – São Paulo (MDB), Rio de Janeiro (PSD), Belo Horizonte (PSD), Porto Alegre (MDB) e Salvador (União Brasil). A ultradireita ganhou em capitais menos expressivas econômico e politicamente. O PSB salvou a reputação da centro-esquerda e o PT foi para o 2º turno em Fortaleza, vencendo apertadamente o candidato bolsonarista. Se comparado com eleições anteriores, manteve-se o predomínio dos partidos oligárquicos. Mudam-se nomes de partidos, sem mudar a velha política da formação da burguesia brasileira.

A avaliação de que venceu o centro contra os extremos é incorreta. Essa noção foi propagandeada como a vitória dos partidos que procuram a convergência na divergência, a unidade na diversidade. No fundo, a direita e a ultradireita expressam o poder geral da burguesia e, em particular, da grande propriedade dos meios de produção. Contrapõem-se ao nacional-reformismo originalmente encarnado pelo PT e, em certa medida, aliados como o PSB e PCdoB. O nacional-reformismo se mostra historicamente esgotado, mas politicamente sobrevivente. Não foi e não é capaz de impor à burguesia reformas “democrático-populares” como rezava o seu programa. A esmagadora hegemonia nos municípios dos partidos de direita e ultradireita, que derivam dos velhos partidos oligárquicos, constitui a base do Estado burguês oligárquico.

Kassab enfatizou a ideia de que o centro venceu os extremos, exibindo o fato de que o PSD, MDB, União Brasil e PP fazem parte da frente ampla que compõe o governo Lula. E que são a força majoritária do “Centrão”, que controla o Senado (presidido pelo PSD) e a Câmara de Deputados (presidida pelo PP). O governo Lula se viabilizou entregando ministérios estratégicos aos partidos que venceram as eleições municipais e se subordinando no Congresso Nacional ao “Centrão”. Com o aumento de seu poder nas eleições municipais, a centro-direita espera se encontrar em melhores condições para vencer as eleições presidenciais de 2026.

Como se vê, o nacional-reformismo completamente desfigurado e adaptado à democracia oligárquica serve de instrumento para os partidos de direita e de ultradireita manterem as massas sob o seu controle. O PT sentiu o peso da derrota nas eleições municipais, como resultado de sua política geral. A sua fração mais à direita, da qual faz parte Lula, concluiu que chegou a hora de fazer uma revisão de sua orientação, de forma a se manter como força eleitoral. Alguns de seus mais proeminentes dirigentes advogam

a necessidade de se afastar dos embates em torno à “pauta de costumes”, ir ao encontro das igrejas evangélicas, responder às aspirações da classe média e rever o alinhamento da política exterior. Estão dizendo que o PT tem de ir mais ao centro e se distanciar ao máximo de seu passado de esquerda reformista. O conteúdo desse balanço, na realidade, está refletindo o lugar do terceiro mandato de Lula na governabilidade. Ou seja, refletindo a submissão do governo ao grande capital, que exige respostas às tendências da crise econômica que tende a se agravar no futuro próximo.

Terminada as eleições municipais, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e do Planejamento, Simone Tebet (MDB) apresentaram as garras contra as condições de trabalho e existência dos assalariados. Em nome do “ajuste fiscal”, querem desvincular o salário mínimo do reajuste das aposentadorias, alterar para pior o seguro desemprego, arrebentar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), atacar o Seguro Defeso dos pescadores artesanais, entre outras ações malévolas. O terceiro mandato do governo Lula é de continuidade das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Tem de garantir o pagamento dos altos juros da dívida pública, que cresce e que fortalece o capital parasitário. Lula descarrega as consequências da crise capitalista sobre a maioria oprimida.

As correntes de esquerda que concorreram as eleições municipais saíram mais debilitadas. A derrota do PSOL em São Paulo e a perda da prefeitura de Belém mostraram as duras limitações do eleitoralismo pequeno-burguês. As vergonhosas revisões de Guilherme Boulos, para se livrar da pecha de esquerdista e incendiário, lançada pela direita e ultradireita, colocaram a ala esquerda do PSOL em situação insustentável, principalmente aquelas que ainda insistem em se dizer socialista. O PSTU que dirige alguns sindicatos importantes e controla a CSP-Conlutas concluiu sua campanha chamando o voto crítico em Boulos (PSOL) em São Paulo e Maria do Rosário, em Porto Alegre (PT). Essa conduta oportunista foi repetida pelos estalinistas da UP. A expressão de PCO foi praticamente nula.

Passadas as eleições, permanece a necessidade da classe operária e demais explorados lutarem por seu programa de ação. Dos municípios aos estados, e destes à União, a política dominante é a de sacrificar ainda mais os trabalhadores e proteger a classe capitalista. O programa defendido pelo Partido Operário Revolucionário é o guia para os combates futuros entre a maioria oprimida e a minoria opressora. Nesse exato momento se coloca a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta para derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da Terceirização e impedir que o governo Lula imponha a sua contrarreforma. A defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas está na base do programa de ação propagandeado pelo POR nas eleições municipais.

## Ceará

# A vitória de Evandro Leitão/PT em Fortaleza e o balanço final das eleições

Com os resultados do 2º turno em Fortaleza e Caucaia definiu-se o quadro político no Estado. A polarização entre a frente ampla estadual e a ultradireita bolsonarista marcou a disputa eleitoral na capital. De um lado, o PSB e o PT saíram como os grandes vencedores. De outro, o PL e a ultradireita, embora derrotados, exibiram uma força maior que em todas as eleições anteriores.

O candidato da coligação estadual, Evandro Leitão/PT, acabou eleito por uma margem estreitíssima de votos contra o candidato da ultradireita, André Fernandes/PL. Evandro obteve 716.133 votos (50,38%) contra 705.295 votos (49,62%) de André Fernandes. Como se vê, menos de 10 mil votos de diferença ou 0,76% dos votos. Os votos nulos (43.509), brancos (24.415) e as abstenções (280.329) totalizaram 348.253 ou 19,68% do eleitorado. Quanto à

Caucaia, o candidato do PSD, Naumi Amorim, venceu as eleições com 109.835 votos (60,40%) contra 72.014 (39,60%) do candidato petista, Waldemir Catanho. Os nulos, brancos e abstenções atingiram 19,44%.

No computo estadual assim ficaram distribuídas as forças: o PSB, de Cid e Ivo Gomes, saltou de 8 prefeituras em 2020 para 65 em 2024. O PT passou de 18 para 47; o PSD de 27 caiu para 16 e o Republicanos aumentou de 2 para 14. O PP aumentou de 10 para 13 prefeituras ao passo que o MDB de Eunício Oliveira caiu de 17 para 9. Nada se compara, porém, ao caso do PDT, de Ciro Gomes, que caiu de 67 prefeituras para apenas 5. Fechando o quadro, o PRD e o União Brasil terminaram com 5 prefeituras cada; o Pode-



mos e o moribundo PSDB com 2 e o PL e solidariedade com apenas 1 cada.

Além da polarização, o 2º turno em Fortaleza foi marcado pelos gastos astronômicos com as campanhas, especialmente por parte da coligação estadual. Sem a compra de votos maciça, compra do apoio de vereadores, de candidatos eleitos e não eleitos não teria sido possível a vitória de Evandro. Por outro lado, a derrota no 2º turno de André Fernandes enterrou ainda mais a oligarquia cirista como força política viva. Isso porque o PDT, em sua grande maioria, apostou esperançoso numa vitória de André, passando ao apoio ativo. O ex-prefeito Roberto Cláudio, mais abertamente, e Sarto mais discretamente manifestaram apoio ao PL na expectativa de transferirem os votos obtidos do 1º turno. A ampla maioria dos vereadores da sigla, incluindo o presidente da Câmara, Gardel Rolim, seguiu a toada. A contabilidade das urnas, contudo, impôs esta segunda derrota melancólica à fração cirista. O PDT estadual se viu fraturado como nunca. Tudo leva a crer que a derrota de Ciro abra o caminho para sua saída da sigla. A pressão da bancada do partido no Congresso e da direção nacional do PDT, a começar pelo Ministro Carlos Lupi, é total. O PDT, aliado do governo Lula/Alckmin, teme que em 2026 a permanência de Ciro nas hostes partidárias possa trazer novos infortúnios, num momento em que o partido luta para alcançar a cláusula de barreira. André Figuei-

redo, presidente nacional do partido e deputado federal cearense terá a incumbência de trazer o PDT para a base de apoio de Leitão. Tarefa facilitada pela derrota do bolsonarismo e pela benesses do poder facilmente negociáveis.

A coligação governista do PT, PSB, PSD, MDB, PP, e parte do PSOL que já possui o controle do governo estadual conquistou finalmente, a prefeitura da capital e estabelece, por assim dizer, uma hegemonia política no estado. As oposições burguesas a esta coligação encontrarão dificuldades ainda maiores que no passado. O papel das correntes de esquerda que chamaram o voto em Evandro no 2º turno foi vergonhoso. O novo governo municipal, agora definido, em nada se diferenciará dos anteriores, salvo em aspectos pontuais. Será um governo de ataque à vida das massas, embora coberto temporariamente com o manto do assistencialismo.

O POR chamou o voto nulo nas eleições erguendo a bandeira da independência de classe e chamando os explorados a confiarem em suas próprias forças. Mais cedo do que tarde, os trabalhadores terão de ir às ruas enfrentar a este com aos demais governos estadual e federal. A crise do capitalismo que obriga os governos a lançarem pacotes antipopulares precisa ser respondida com a formação de uma frente única de luta e a construção do partido revolucionário marxista-leninista-trotskista.

## Rio Grande do Norte - Segundo Turno

# Derrota do PT em Natal

Com várias denúncias de assédio eleitoral e utilização da máquina pública para compra de votos, o candidato Paulinho Freire (União Brasil) vence o segundo turno com 55,34% dos votos, contra Natália Bonavides (PT) obteve 44,66% dos votos válidos, sendo o melhor desempenho eleitoral do PT em Natal desde as eleições de 2000. A abstenção foi de 26,07%. Foram 3,78% de votos nulos e 1,67% brancos.

Paulinho Freire é apoiado pelo atual prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos), e também pela oligarquia Maia (José Agripino). O que reforça a manutenção da influência dessa oligarquia na política burguesa do RN. Além disso, Paulinho está alinhado com o bolsonarismo, o que marcou, frente ao PT, a polarização na eleição em Natal entre a ultradireita/direita e centro-esquerda burguesas.

No segundo turno, Natália (PT) se preocupou em desfazer a acusação de que estaria a favor de legalizar o furto de celulares e fios. Para isso, prometeu criar o programa "Natal Segura", que seria investir em tecnologia para rastrear e recuperar os celulares furtados, reprimindo o crime de receptação. A preocupação, na busca de votos, em ceder a pressões de um setor da classe média

em seu clamor por mais policiamento nos bairros, repressão e prisão dos enfermos sociais é típico de uma candidatura burguesa.

Com o argumento de impedir o avanço da extrema direita pela via eleitoral, as esquerdas se embocaram no segundo turno chamando voto em Natália, seja de forma mais aberta (como PSOL e UP), ou o voto crítico para "dialogar com uma parte importante dos ativistas e trabalhadores" (PSTU). O fato é que a ultradireita e direita se fortaleceram eleitoralmente e organizativamente, com a conquista de um maior número de prefeituras, apesar dos esforços do PT e PSOL em formar alianças eleitorais burguesas para impedir seu avanço.

O Partido Operário Revolucionário atuou no segundo turno dando continuidade à sua linha política, denunciando a farsa das eleições burguesas em que se prometem a solução dos problemas como forma de ludibriar as massas com ilusões na democracia burguesa. No dia seguinte, os governos, sejam eles de centro-esquerda, direita ou ultradireita, dão continuidade às medidas de ataques aos direitos. O POR chamou o voto nulo, defendendo a organização das massas pelas suas reivindicações e a construção do partido revolucionário.

## Rondônia - balanço do 2º turno

# Porto Velho – vitória do Podemos

O segundo turno das eleições em Porto Velho continuou expressando as tendências direitistas e da ultradireita. A disputa foi acirrada, entre Mariana Carvalho/União Brasil e Leo Moraes/PODEMOS. Logo no começo da campanha, as pesquisas demonstravam pouca diferença entre os dois candidatos. Isso se manteve até as vésperas das votações, quando as pesquisas começaram a mostrar vantagens para o candidato eleito.

Apesar da Mariana Carvalho/UB ter feito uma grande coligação, reunindo os partidos REPUBLICANOS / PP / DC / PRTB / PRD / PL / AGIR / UNIÃO / PSD / AVANTE / Federação PSDB CIDADANIA (PSDB/CIDADANIA), que no 1º turno elegeu todos os vereadores da câmara municipal, mesmo assim não conseguiu se eleger e contando com muito investimento de recursos nos dois turnos.

O candidato vitorioso, Léo Moraes, usou desde o 1º turno o slogan "Coligado com o povo", não se coligou com nenhum partido. Fez uma campanha usando esse slogan no intuito de arregimentar votos usando toda demagogia que é própria da democracia burguesa.

Mariana Carvalho obteve 105.406 votos, ou seja, atingiu 43,82% dos votos. O seu concorrente, Léo Moraes, 135.118 votos, ficando com o percentual de 56,18%. As abstenções foram de 30,63%. Os votos nulos, 2,84% e brancos, 1,44%.

O POR interveio no 2º turno das eleições indicando o voto nulo, com a bandeira de "Nenhuma ilusão nas eleições burguesas", em defesa dos empregos, salários e direitos e tendo como método a ação direta coletiva e na defesa da construção do Partido Operário Revolucionário.



Rio Grande do Sul

## Fortalecimento da direita

O resultado geral das eleições no RS não difere muito da dos outros estados. Venceram majoritariamente os partidos de direita e houve um recuo do PT, PSOL e outras legendas identificadas como “esquerda”.

Das cinco maiores cidades – com mais de 200 mil habitantes – onde houve segundo turno, o PT venceu em Pelotas. Em Porto Alegre, se reelegeram o prefeito Sebastião Melo do MDB, que derrotou a candidata do PT, a deputada federal Maria do Rosário. Em Caxias venceu Adiló do PL, em Canoas Airton Souza, também do PL foi eleito prefeito e em Santa Maria, Rodrigo Decimo do PSDB foi o eleito.

O confronto mais importante foi em Porto Alegre onde o PT, junto com o PSOL, imaginava que derrotaria o prefeito Sebastião Melo utilizando contra ele as denúncias de inação e incompetência durante as enchentes deste ano. Entretanto, Maria do Rosário teve menos votos do que na disputa anterior com José Fogaça do MDB em 2008 e o balanço feito pelo entorno da candidata responsabiliza o próprio governo Lula e o PT de não terem se comprometido na campanha da deputada.

Contudo, na eleição de vereadores, o PT e o PSOL conseguiram eleger 5 cada um, de um total de 35 vereadores. Este resultado foi muito comemorado pelo PSOL e pela própria presidente municipal do PT, Laura Sito, para quem “voltamos a ser a legenda mais votada da cidade, com mais de 80 mil votos. Nossa bancada voltou a crescer, fizemos a quinta cadeira”.

A mesma Laura Sito, tentando “explicar” o desastre eleitoral, atribui a um problema “geracional” dentro do PT, onde ainda pontificam os velhos dirigentes vinculados à fundação do partido e pouco espaço teriam as novas lideranças. Nas palavras dela: “... talvez, do ponto de vista de elaboração programática, nós ainda não tenhamos aberto internamente espaços para poder beber também nessas novas vivências, naquilo que é elaborado na academia, que faça com que nós possamos compreender as novas dinâmicas da classe trabalhadora brasileira, que não é mais uma classe trabalhadora operária. Nós vivemos em um País onde as pessoas absorvem a ideia do empreendedorismo e vivem a partir disso como MEIs e nós não conseguimos nos conectar com essa nova dinâmica da classe trabalhadora. Então, o quanto que nós vamos estar abertos também para isso. Eu acho que aproveitar dessa vivência intergeracional é o que pode também renovar a nossa conexão”.

Nestas apreciações da dirigente, fica evidente que está cobrindo do partido em Porto Alegre uma maior assimilação da

orientação francamente burguesa por parte do PT, de modo a manter a sua presença eleitoral. A mesma avaliação é feita pelos comentaristas da grande imprensa burguesa para quem o “problema” da candidatura da Maria do Rosário era a sua grande rejeição no eleitorado devido à identificação com a pauta dos direitos humanos e a não ter feito uma aliança mais à direita, escolhendo como vice alguém do PSOL. Murilo Medeiros, do Instituto Mileium acrescenta: “Os partidos de esquerda, ancorados no discurso identitário e no ideário sindicalista dos anos 1980, deixaram de conversar com o Brasil mais religioso e com a nova classe C, que emerge no seio da sociedade em torno de um futuro mais empreendedor e com menos amarras estatais”.

A adaptação da esquerda centrista ao processo eleitoral burguês se expressou, mais uma vez em Porto Alegre. No segundo turno, o PSTU defendeu o “voto crítico” em Maria do Rosário. No entanto, já antevendo as críticas que esta posição provocou, a candidata a prefeito derrotada do PSTU destaca que esse voto crítico não representa um aval ao programa de governo de Maria do Rosário ou a um eventual governo petista. Fabiana Sanguiné explicou que o PSTU não concorda com o projeto político da frente formada por PT, PSOL, PCdoB, PSB e Avante. Devemos votar contra Melo, mas organizar a luta de forma independente, com uma oposição de esquerda e socialista aos governos municipal, estadual e federal”, afirmou Sanguiné.

Outro aspecto que se repetiu nas eleições gaúchas foi o grande índice de abstenções e a redução dos votos brancos e nulos. Em Porto Alegre, o índice de abstenção chegou, no segundo turno a 34,83%; a 35,72% em Canoas; em Caxias foi de 35,72%; em Pelotas, 35,72% e em Santa Maria, 29,83%.

A vitória do prefeito Melo, identificado como responsável pelo descaso na prevenção de enchentes, indica que as disputas eleitorais burguesas não são o espaço onde se manifestam os interesses populares e proletários. A máquina eleitoral, os aparatos de propaganda burguesa e a degeneração dos reformistas e centristas bloqueiam a expressão desses interesses. A principal lição do balanço eleitoral no RS é que as massas oprimidas e a classe operária devem construir o seu partido, o Partido Operário Revolucionário, armado com a estratégia da revolução e ditadura proletárias e fundamentar suas ações na luta de classes. Sem o partido revolucionário, os oprimidos não têm qualquer perspectiva de superar a sua condição de opressão.

Belo Horizonte

## Venceu o direitista Fuad, com apoio do PT e PSOL

Apuradas as urnas do segundo turno em BH, Fuad Noman (PSD) saiu vencedor, com 53,73% dos votos válidos, enquanto Bruno Engler (PL), obteve 46,27%.

Fuad e Engler não têm diferença significativa. Nessas eleições, quem ganhou realmente foram: Rubens Menin, Ricardo Guimarães e Salim Mattar. Menin é dono de várias empresas, incluindo a MRV Engenharia, o Banco Inter, a CNN Brasil, a Rádio Itatiaia e outras (Menin também é um dos proprietários do Clube Atlético Mineiro); Guimarães é um empresário que já ocupou a cadeira mais importante do referido clube, e hoje se prepara para ser um dos acionistas da SAF do Galo; e o Mattar é o quarto maior doador

nas eleições de 2018 - ele doou mais de 2,9 milhões de reais, distribuídos a 28 candidatos, incluindo o ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni e Rodrigo Maia. Ele apoiou também o governador eleito de Minas Gerais Romeu Zema, do partido Novo, e é dono da Localiza - doou R\$5 milhões para campanha de Zema.

Fuad é o candidato dos bilionários. Seu vice é um radialista de extrema direita, tal como o Engler e o Tramonte, e inclusive é funcionário do Menin na Itatiaia. O próprio Fuad é de extrema direita. A diferença entre ele e o Engler está somente na retórica. Enquanto o Engler é um bolsonarista típico, ou seja, um aventureiro de traços populistas, o Fuad é um político tradicional. Fuad sancionou



a lei de proibição do uso de banheiros pelas pessoas trans. Mesmo assim, teve apoio da senadora Duda Salabert, do PDT. A gestão do Fuad foi marcada por violência direta contra os trabalhadores, e usou a força policial diversas vezes para reprimir greves, sobretudo contra os professores da rede municipal.

Os petistas defenderam o “mal menor” (voto em Fuad), porque estão dentro da prefeitura ocupando cargos, o que é bem típico do partido oportunista que o PT se tornou. O petismo, na prática, é uma força política reacionária. Sua política de conciliação de classes tem se esvaído, colocando-se francamente como agente das contrarreformas. O PSOL, que se comporta como um satélite petista, demonstra estar se degenerando rapidamente, absorvendo a

estatização dos organismos de massa e o eleitoralismo como única justificativa para existir. Apresentou uma candidatura efêmera em BH, que não sobreviveu ao primeiro convite do candidato do PT, Rogério Correia, para assumir a vice.

É necessário romper com a política da burguesia. A experiência de BH demonstra a importância de os explorados confiarem em suas próprias forças, organizando o combate coletivo pelas reivindicações elementares das massas, principalmente por empregos, salários e direitos. Só a classe operária, com seus métodos próprios de luta, pode barrar o avanço da burguesia e suas frações. A derrota à ultradireita virá da organização e da luta, no campo da independência de classe.



## NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XX - Novembro de 2024**

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



### Política Operária

## Vem aí o pacote de medidas de Lula contra os trabalhadores

Depois das reformas trabalhista e previdenciária, impostas por Temer e Bolsonaro, agora Lula irá lançar mais um pacote de medidas, que atinge duramente os trabalhadores, aposentados, doentes e pensionistas. Faz parte desse pacote, os cortes de recursos à saúde e à educação. Entre as medidas estão previstas: 1) mudanças na multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e no seguro-desemprego; 2) revisão no abono salarial; 3) alteração no Benefício de Prestação Continuada (BPC); 4) Mudança no Seguro Defeso; 5) reparos no Fundo de Educação Básica (Fundeb); 6) freio no programa “Pé de Meia”. Trata-se, como se vê, de mais uma contrarreforma, nos moldes da de Temer e Bolsonaro.

Os discursos de Lula, repetidos pelos dirigentes sindicais, contra as reformas trabalhista previdenciária ficaram para trás. Agora, estando no topo do poder do Estado, negocia com os ministros e com os chefes do Congresso Nacional o novo pacote ditado pelo capital financeiro, para que o país possa continuar honrando o pa-

gamento da dívida pública. A receita é sempre a mesma, seja dos governos direitistas ou tidos reformistas, cortar na carne da maioria trabalhadora para salvar os lucros dos banqueiros.

Diante de tamanho ataque, as direções sindicais preparam os discursos junto aos trabalhadores de que o remédio é amargo, mas é preciso “sacrifícios”. Na época de Bolsonaro, discursaram que era preciso eleger um outro governo, Lula. E, agora? Certamente, irão dizer que é preciso sustentar a governabilidade de Lula, para que a ultradireita não retome ao poder. E quem paga é a classe operária e os demais explorados.

*O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a rejeitarem integralmente o pacote de Lula/Haddad. Nada de pagar a fraudulenta dívida com os banqueiros à custa da miséria e fome dos explorados. E defende que os sindicatos convoquem imediatamente as assembleias e aprove o caminho para derrubar essa monstruosa contrarreforma do governo Lula.*

## Derrotar nas ruas, com a greve, o plano privatista dos governos Tarcísio e Lula

Tarcísio avança com seu plano de privatização (PPI) financiado pelo BNDES. Vendeu 33 escolas públicas. Em pouco mais de um ano, Tarcísio já privatizou a Sabesp, linhas da CPTM, as rodovias Nova Raposo e “Rota Sorocabana” e prepara a entrega da linha azul do metrô.

A privatização afeta todos os trabalhadores! Com a venda da Enel, as tarifas de energia elétrica foram às alturas. Com a privatização das linhas 8 e 9 da CPTM, os atrasos, acidentes e quebras de trens são frequentes. Com a entrega da Sabesp, o preço da água e sua falta nas torneiras já se tornaram uma rotina. Com a venda das escolas, virão as demissões de servidores públicos.

A política de privatização não é particular a Tarcísio. Lula

também tem privatizado rodovias e portos, e está prestes a vender o Metrô de Recife. Trata-se de uma política de todos os governos burgueses. Porque todos estão submetidos às diretrizes do capital financeiro, que exige a entrega de estatais e serviços públicos para manter o pagamento da dívida pública.

O Boletim Nossa Classe defende que somente com a luta unificada e nacional dos explorados será possível colocar abaixo as privatizações dos governos burgueses. Chamamos os operários a exigirem que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios para enfrentar o plano de privatização e organizar a luta pela estatização, sob o controle dos trabalhadores.

## Capitalistas e agronegócio são os responsáveis pela fome e a miséria

Um pequeno grupo de empresários e multinacionais do agronegócio controlam o que produzir, a quantidade e o preço dos alimentos no país. As exportações brasileiras de alimentos atingiram o recorde de US\$ 30,7 bilhões no primeiro semestre deste ano, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia). Produção suficiente para alimentar 1,6 bilhão de pessoas. No entanto, no Brasil, que tem uma população de 212,6 milhões, segundo dados do IBGE, 64,2 milhões de brasileiros vivem em situação de “insegurança alimentar”, ou seja, passam fome, não têm assegurada as três refeições ao dia. Bastam esses dados para provar que os responsáveis pela fome e a miséria das massas, da maioria explorada no país são os capitalistas e o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

Lula, para comprovar o caráter burguês de seu governo lançou o Plano Safra 24/25 de R\$ 400,59 bilhões de ajuda para os capitalistas do agronegócio. O governo federal e os porta-vozes da burguesia exaltam o crescimento econômico que houve no último período. O que eles não dizem é que o aumento das exportações, o crescimento econômico foi apenas para os empresários do agro, da indústria, do comércio etc. Para a classe operária não houve nenhuma melhora ou crescimento econômico. Ao contrário. O au-

mento dos preços dos alimentos, a inflação real do último ano foi muito maior do que os reajustes de 5% ou 6% que tiveram os salários da maioria dos trabalhadores. Ou seja, o poder de compra dos salários é cada dia menor.

Ao decretar um salário mínimo de R\$ 1.412,00, o governo Lula condena 35% dos trabalhadores registrados, que recebem um salário mínimo a viver na miséria, passando fome. Para colocar fim a fome é necessário colocar fim a propriedade privada, expropriar e estatizar, sem indenização, sob o controle operário a agroindústria e demais setores da economia. O capitalismo só tem a oferecer miséria e fome para a classe operária, a juventude e demais explorados.

*O Boletim Nossa Classe chama a classe Operária a exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral para defender um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias e emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados.*

### São Paulo

## Realizado o Encontro Operário

No dia 26 de outubro, o POR realizou o Encontro Operário, que tem como objetivo organizar os contatos operários para construir as comissões de luta, classistas e revolucionária nas fábricas e sindicatos.

Na primeira parte do Encontro, fizemos a leitura do Boletim Nossa Classe e discutimos criticamente as campanhas feitas pelo partido nas fábricas. Destacamos a importância da intervenção do partido nas eleições municipais, chamando a classe operária e demais trabalhadores a não terem nenhuma ilusão nas eleições, defenderem o programa próprio de reivindicações por meio da ação direta e a votarem Nulo, para garantir a independência de classe do proletariado. Alertamos também, que não basta votar nulo. Que é necessário construir o Partido Operário Revolucionário e lutar por nosso próprio governo, operário e camponês. Outra campanha importante do Nossa Classe foi o chamado a solidariedade ativa dos operários da Volks e de todo o país contra o plano de demissões e o fechamento de duas fábricas da Volkswagen na Alemanha e, que também afetará os empregos e direitos no Brasil. Na discussão foi ressaltado que o fechamento das fábricas na Alemanha tem sua causa na crise de superprodução, no choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada monopolista. Que a resposta da classe operária no Brasil e no mundo, para combater as demissões e o fechamento de fábricas, passa por exigir que os sindicatos convoquem as assembleias gerais e aprovem a greve com ocupação de fábrica, a implantação do controle operário da produção e a luta pela estatização, sem indenização das empresas privadas e demais setores da indústria.

Na segunda parte, realizamos a formação política. Iniciamos o estudo das Teses de Pulacayo, elaboradas pelo POR Boliviano e aprovadas em 1946 no 19º Congresso Mineiro da FSTBM (Federação Sindical dos trabalhadores Mineiros da Bolívia). O primeiro capítulo das teses trata dos fundamentos do programa para a Federação de mineiros. Destacamos três teses como sínteses do estudo.

O primeiro ponto das teses caracteriza que o proletariado, também na Bolívia, constitui a classe social revolucionária por excelência. Caracteriza a Bolívia como um país capitalista atrasado, que dentro dos mais diversos estágios de evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista. Que a Bolívia, apesar de ser um país atrasado, só é um elo da corrente capitalista mundial. A segunda tese afirma que a particularidade boliviana consiste em que não se tem apresentado no cenário político uma burguesia capaz de liquidar o latifúndio e as outras formas econômicas pré-capitalistas; de realizar a unificação nacional e a libertação do jugo imperialista. Tais tarefas burguesas não cumpridas são os objetivos democrático-burgueses que, inadiavelmente devem se realizar. A terceira tese mostra que os países atrasados se movem sob o signo da pressão imperialista. Que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. Assinala que o proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas. Ambas etapas – a democrática e a socialista – “não estão separadas na luta por etapas históricas, se não que surgem imediatamente uma das outras”.

O primeiro capítulo conclui afirmando que o proletariado se caracteriza por ter a força suficiente para realizar seus objetivos próprios e inclusive os alheios. Seu enorme peso específico na política está determinado pelo lugar que ocupa no processo de produção e não por seu escasso número. O eixo econômico da vida nacional será também, o eixo político da futura revolução. Que os problemas centrais dos países semicoloniais são: a revolução agrária e a independência nacional, ou seja, a libertação do jugo imperialista; tarefas que estão estreitamente ligadas umas às outras e que somente poderão ser resolvidas pela revolução social e a constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Rio Grande do Norte

## Moradores do Golandim e de Felipe Camarão protestaram com bloqueio

No dia 31 de outubro, a menina Maria Fernanda (12 anos) foi raptada enquanto ia para a escola, no bairro Golandim. Os familiares e vizinhos passaram a realizar bloqueios de avenidas, denunciando a falta de empenho por parte da Secretaria de Segurança em investigar o ocorrido, o que seria diferente se fosse um filho de uma autoridade. Após quatro dias de protestos e repercussão na mídia, no dia 4 de novembro, o governo Fátima, sob pressão, resolveu intensificar as buscas. No final da tarde, a garota foi achada sem vida.

No bairro Felipe Camarão, na noite do dia 3, moradores incendiaram dois ônibus em protesto contra o assassinato de um jovem pela polícia militar em perseguição após furar uma blitz, momento em que a polícia atirou em suas costas e cabeça quando o jovem pilotava a moto.

Os dois casos têm em comum o fato de se tratar de jovens de bairros periféricos. São inúmeros os casos de crianças e adolescentes desaparecidos, sem que seus familiares e vizinhos, após meses e anos, sequer saibam o que de fato ocorreu e a real situação

dos seus parentes desaparecidos. Quando são achados, já é tarde demais!

O segundo caso, do jovem assassinado pela polícia, retrata a política de extermínio da juventude dos bairros pobres e favelas pelo Estado burguês, e a violência policial que recai sobre a juventude.

Seja pela negligência em elucidar os casos, seja pela violência policial que mata a juventude, o Estado e seu aparato policial expressam a opressão do sistema capitalista que recai sobre os oprimidos, que sofrem com o desemprego, miséria e a barbárie social.

*O Boletim Nossa Classe chama os operários a se solidarizarem com as famílias e moradores do Golandim e de Felipe Camarão, que se manifestam contra a opressão do Estado e em defesa de seus filhos, irmãos e vizinhos, expressando o método da ação direta. Somente a união da classe operária e dos demais explorados, na luta por suas reivindicações, é capaz de acabar com a opressão dos capitalistas e de seu Estado.*

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**



## Intervenção da Corrente Proletária contra o leilão de escolas públicas

Foram divulgados dois Boletins sobre os leilões de escolas públicas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os Boletins mostram o avanço do plano privatista de Tarcísio e expõe a política das direções sindicais que não organizaram a resistência dos professores e estudantes. Os atos, assim, reuniram apenas a vanguarda.

No dia 4, aproximadamente 300 manifestantes, principalmente professores e estudantes, participaram do protesto. O governo determinou o cerco das vias para impedir a concentração do ato. Diante da pressão dos manifestantes, recorreu à repressão policial, com gás de pimenta, bomba de gás lacrimogênio e cassetete para conter a revolta. Apesar da repressão, os manifestantes se mantiveram firmes na luta e, mesmo sob chuva intensa, seguiram em marcha da concentração, em frente a Bovespa, até a Praça da República, sede da Secretaria Estadual de Educação, denunciando o entreguismo do governador.

O POR interveio no ato com a distribuição do seu manifesto contra as privatizações, e com fala no carro de som, na qual destacou que o leilão é parte da onda privatista que terceiriza funções públicas, privatiza transporte e saneamento básico e agora as escolas. Afirmou que o Estado recorreu mais uma vez à repressão para impor a privatização, já que a maioria da população é contra a privatização da Sabesp, do Metrô e CPTM e quer a reestatização da ENEL. Colocou que é preciso unificar a luta da classe operária, professores, estudantes e demais trabalhadores contra as privatizações e em defesa dos direitos e do serviço público. Fez um chamado às entidades sindicais e estudantis para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com greve, manifestações e bloqueios, como preparação da Greve Geral.

**Reproduzimos ao lado parte do Boletim, distribuído no ato do dia 4 de novembro.**

## Tarcísio segue firme com o plano de privatização

### Novembro ficará marcado pelo entreguismo dos serviços públicos

No dia 29 de outubro, quarenta e oito horas após a reeleição do prefeito Ricardo Nunes, apadrinhado por Tarcísio Freitas, ocorreu o leilão na Bolsa de Valores do primeiro lote de 17 escolas públicas. Trata-se da ofensiva do governador direitista de impulsionar o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), financiado pelo BNDES, organismo controlado pelo governo Lula/Aloízio Mercadante. O segundo lote está previsto para 4 de novembro, com mais um bloco de 16 unidades escolares.

Tarcísio com o martelo nas mãos, acompanhado do Secretário da Educação, Renato Feder, entregaram para a iniciativa privada o direito de exploração da educação por 25 anos. Para isso, armou um circo reunindo as empresas interessadas e acionou o martelo para o Consórcio Novas Escolas, constituído pela Engeform Engenharia e o fundo Kinea. A Engeform já tem a expertise nesse ramo de PPI. Faz parte de outros Consórcios que venceram as privatizações de sete cemitérios em São Paulo e a construção de 3.800 moradias na capital, sob o mandato do prefeito Nunes. O consórcio de braços dados com Tarcísio, ao término do leilão, afirmou: “A oportunidade dessa parceria para a construção de escolas é a Copa do Mundo do nosso setor”. Isso se deve ao benefício conseguido de sugar os cofres públicos por mais de duas décadas. Tarcísio, na ocasião, disse que a “gestão pedagógica não está no radar”. Como todo governo privatista de serviços públicos, a entrega é feita por partes, para em seguida ganhar corpo. Tarcísio iniciou com 33 escolas, abocanhando o setor da construção e manutenção física das escolas, certamente para ir ganhando terreno.

O plano de privatização de Tarcísio/Nunes não se encerra com o leilão de escolas. Aproveitaram o fim do processo eleitoral para, em novembro, dar uma arrancada. Assim, um dia após a venda de escolas, aconteceu o leilão da rodovia “Rota Sorocabana”. Dois dias depois, 1º de novembro, foi a vez do serviço de loteria do estado. Dia 4, segundo lote de escolas. Encerra o mês, dia 28, com o lote da Nova Raposo. Não por acaso, declarou ao bater o martelo da venda de escolas públicas: “é preciso ter energia”. Isso em um claro gesto de que é preciso ter força para pôr em prática o plano privatista. Vendeu a Sabesp, linhas da CPTM, escolas e rodovias, em pouco mais de um ano e meio de governo. Tem ainda pela frente a privatização total do Metrô. Como se vê, está depenando tudo que é público no estado de São Paulo.

### As vítimas das privatizações

As consequências das privatizações dos serviços públicos recaem inteiramente sobre a população pobre. Com a venda da Enel, as tarifas de energia elétrica foram às alturas

e as condições cada vez mais precárias com os constantes apagões. Com a privatização de linhas da CPTM, os atrasos e quebras de trens são frequentes. Com a entrega da Sabesp, o preço da água e a sua falta nas torneiras já se tornaram uma rotina. Com a venda de escolas, os problemas de construção e manutenção vão também se agravar. Isso sem falar das demissões de funcionários públicos e contratação de trabalhadores terceirizados, com salários miseráveis.

Tarcísio e Nunes se livram da responsabilidade de manter os serviços públicos com as privatizações/PPIs. As empresas enchem os bolsos com o dinheiro repassado pelo governo e nunca cumprem o que está no contrato, basta ver o que ocorre com a Enel. Os governadores e prefeitos impulsionam as privatizações ancorados no governo federal. O BNDES, sob o controle do governo Lula, é o grande avalista do plano de privatização de Tarcísio. Com diferenças de tons e ritmos, a privatização é a política de todo o governo burguês, que tem de priorizar o pagamento da dívida pública.

As justificativas governamentais para a privatização, em um primeiro momento, alimentam ilusões na população de que os serviços podem melhorar. Contam para isso com uma poderosa campanha nos meios de comunicação, que ressaltam os supostos benefícios que podem trazer a privatização de serviços essenciais. Desorganizada, a população não tem como reagir para expressar o seu descontentamento, como se passa com os apagões da Enel e Sabesp, para citar dois exemplos.

### Nossa posição

O trabalho junto aos professores nas escolas tem sido fundamental, para que as posições contrárias à privatização ganhem força, portanto se opondo à política da direção da Apeoesp, que se coloca em palavras contra a privatização, mas rejeita convocar uma assembleia para organizar a resistência ao plano privatista de Tarcísio/Nunes.

Na manifestação de 29 de outubro, a Corrente Proletária defendeu que a Apeoesp fizesse um chamado aos sindicatos da educação, que inclui o Sinpeem, às entidades estudantis e ao movimento popular para uma assembleia unificada para combater de conjunto todo o plano de privatização de Tarcísio. Defendeu, também, que as centrais sindicais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, contra as privatizações. Ressaltou que a luta contra o leilão de escolas públicas não pode se limitar à educação. E que é preciso a unidade dos trabalhadores, com seus próprios métodos de luta. Os militantes distribuíram o Manifesto e divulgaram o Jornal Massas e o recente livro sobre “A Concepção Materialista da Questão Judaica”.

Até o momento, a direção da Apeoesp não convocou a assembleia, apesar do discurso inflamado de Maria Izabel prometer a greve. Cabe à Corrente Proletária e à vanguarda consciente combater a política de conciliação de classes da direção da Apeoesp e ressaltar que somente a luta unitária, grevista e nas ruas poderá derrotar o plano privatista dos governos burgueses.



*Após o leilão do dia 4 de novembro, a Corrente Proletária retomou a campanha contra a privatização e as demissões, divulgando o Boletim com três notas: 1) sobre o avanço da ultradireita e a resposta proletária, a privatização e os cortes de recursos da educação e a luta para derrotar as medidas de Tarcísio.*

Política operária

## **Ausência de partidos revolucionários empurra as massas para a ultradireita**

A crise econômica do capitalismo, os enormes gastos de recursos públicos para sustentar as guerras de dominação (Ucrânia e Faixa de Gaza), a eliminação de direitos trabalhistas e sociais, a elevação do custo de vida e o crescimento da fome e miséria no mundo todo estão na base do deslocamento das massas oprimidas para as posições de direita e ultradireita. A vitória eleitoral de Trump nos Estados Unidos, o avanço dos partidos ultradireitistas na Alemanha, França e Espanha, a manutenção da governabilidade de Milei na Argentina, Meloni na Itália, Orbán na Hungria, sobretudo, indicam o fracasso dos governos qualificados de democratas em proteger a maioria oprimida da crise econômica e da arremetida de governos fascizantes.

O problema está em que os partidos de centro-esquerda, que inclui o PT no Brasil, inventaram a fórmula desastrosa de que é possível derrotar a onda “fascista” por meio das eleições. E quando estão no governo, como foi o caso de Biden, Fernandez etc. não fazem senão descarregar a crise econômica sobre os ombros da maioria oprimida. É o que estamos vivenciando com o governo Lula, que além de continuar com as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, está prestes a impor um brutal plano de destruição das poucas conquistas que restam dos trabalhadores.

A Corrente Proletária/POR vem mostrando que não se derrota as tendências fascizantes por meio das eleições burguesas. Nas eleições, vencem os partidos da ordem capitalista. Se os partidos “democratas” se mostram incapazes de conter o descontentamento das massas empobrecidas, a burguesia lança mão dos partidos ultradireitistas. É o que vem ocorrendo em vários países. A vitória da Trump é a vitória de uma fração burguesa.

Lamentavelmente, mal foi anunciado a vitória do ultradireitista Trump, Lula correu para parabenizá-lo e pedir diálogo. É ou não um traidor da classe operária, berço de onde nasceu e ainda colhe os seus frutos?

A Corrente Proletária tem insistido que a derrota da ultradireita implica a organização da classe operária, dos camponeses pobres e da classe média arruinada em seu próprio partido, em outras palavras, no partido revolucionário, que tem como programa o fim do capitalismo e a edificação de uma sociedade socialista. O nacional-reformismo do PT está esgotado historicamente e sobrevive politicamente se subordinando cada vez mais aos partidos da ordem capitalista.

### **Tarcísio aproveita os louros obtidos das eleições para avançar com seu plano de privatização**

Mal terminaram as eleições municipais, o direitista Tarcísio, propulsor da reeleição de Ricardo Nunes, dia a dia vem impondo seu plano de privatização. Leilou nos dias 29 de outubro e 4 de novembro 33 escolas públicas, publicou a lista com mais de 100 escolas que terão a gestão privatizada (PPP), colocou fim à loteria estadual e, agora, entrega parte das rodovias que ainda está em mãos do estado.

Ao mesmo tempo que entrega as escolas públicas para serem exploradas pelos capitalistas, promove na Assembleia Legislativa o corte de 5% de recursos da educação, ou seja, retira dos escassos recursos educacionais de uma só vez R\$ 10 bilhões. O estado mais rico da federação, que tinha por lei a obrigatoriedade de investir 30%, conseguidos por meio da luta na época do governo Franco Montoro, sofrerá um duro golpe com a perda de 5%. Os deputados lambe-botas de Tarcísio usam o falso argumento de que se trata de “flexibilização” e não de corte de recursos. O que veremos é que logo mais, depois de acabar o circo na Assembleia Legislativa, a educação paulista ficará ainda mais pobre.

Tarcísio, o bolsorista enrustido, arranca R\$ 10 bilhões da educação, como parte de seu plano de entrega de escolas públicas aos capitalistas. Discursou na Bolsa de Valores, a cada martelada do leilão, que com esse dinheiro conseguirá mais investimentos para os serviços públicos. Nada mais falso! O que Tarcísio faz é sucatear a escola pública, arrancando recursos, e entregando a fatia de escolas em melhores condições para a iniciativa privada.

A política direitista de Tarcísio não será derrubada com audiências públicas, atos desorganizados, ações judiciais e discursos inflamados. O plano do governador terá de ser derrubado com os métodos próprios dos trabalhadores, convocando as assembleias e organizando a greve unitária dos setores que foram e estão sendo privatizados: Sabesp, Metrô, Educação, Saúde etc. Ser derrotado sem ter lutado, é o pior que pode acontecer aos explorados.

### **Derrotar as medidas de demissão de Tarcísio *Enfrentar agora, para não chorar depois do leite derramado***

Ao mesmo tempo que privatiza escolas públicas, Tarcísio lançou o pacote de demissões. Publicou as Resoluções 84 e 85, que tratam das mudanças nas grades curriculares do ensino fundamental II e médio. Ou seja, redução da carga horária das disciplinas, particularmente da área de humanas. Além de aumentar de 45 minutos para 50 minutos a duração das aulas. As consequências recaem diretamente sobre os professores e os estudantes.

A direção da Apeoesp, que há muito vem abandonando a luta direta e enfatizando as ações parlamentares e judiciais, divulgou seu Boletim criticando em palavras as medidas do governador, considerando que se tratam de uma “visão retrógrada e utilitarista de Educação”. E concluindo com uma frase própria de burocracia sindical que é avessa à organização da luta direta: “a redução da carga horária dessas disciplinas também terá impacto entre os professores, com a possibilidade milhares de demissões”. Nenhuma convocação de assembleia estadual, nenhuma ação de paralisação das escolas contra mais esse ataque. Está aí o caminho da derrota, sem luta.

A Corrente Proletária, ao contrário, defende que a direção da Apeoesp convoque imediatamente uma assembleia, amplamente

divulgada junto aos professores, precedida de reuniões abertas nas subseções, para aprovar o real caminho para enfrentar a política de demissão, privatização, terceirização e corte de recursos da educação. O que necessariamente implicará a paralisação/greve de professores, em unidade com os estudantes. Nada de deixar para o próximo ano! Essa política de prometer greve no início do ano letivo é a velha política dos burocratas sindicais que empurram com a barriga para em seguida abandonar a promessa. A luta tem de ser agora, mesmo sabendo que estamos caminhando para o final do ano letivo.

São Paulo

## Eleição na Afuse

*Os militantes da Corrente Proletária percorreram algumas escolas para discutir com os funcionários sobre as eleições na Afuse, que se realizaram no dia 8 de novembro. Para isso, divulgaram o Boletim criticando as eleições virtuais e chamando o voto na chapa classista ao Conselho Estadual. Reproduzimos abaixo o material que serviu de base às discussões.*

## Votar em funcionários classistas e de luta para o Conselho Estadual da Afuse

*O que levou a Corrente Proletária a intervir nas eleições da Afuse*

No dia 8 de novembro, ocorrerão as eleições para a direção e Conselho Estadual de nosso Sindicato (AFUSE). Mais uma vez, a direção decidiu por uma eleição virtual. Ou seja, uma eleição despolitizadora, burocrática e individualizada. A eleição virtual é o sintoma mais visível do grau em que alcançou a burocratização da Afuse. O argumento da direção de que uma eleição virtual reúne mais votantes e é menos onerosa não se sustenta politicamente. A experiência já demonstrou que uma eleição virtual não necessariamente atrai mais votantes e acarreta, acima de tudo, um alto custo político. Isso pelo fato de ser despolitizadora e ser um ato voluntário (de um indivíduo filiado) de lançar seu voto no sistema virtual, determinado pela direção. Sem dizer, que os votantes não têm nenhum controle sobre os resultados do pleito.

Para chegar a esse nível de burocratização, a direção da Afuse aboliu as assembleias estaduais e realizou Congressos extremamente antidemocráticos. Sem as decisões coletivas das bases (dos funcionários que vivem diariamente os problemas das escolas), a direção impôs as mudanças estatutárias, criando critérios que impossibilitam a inscrição de uma chapa de oposição para disputar as eleições sindicais. É o que se passe hoje nessas eleições de 8 de novembro, quando somente a chapa da burocracia (chapa única) concorre as eleições. Assim, não importa o número de votos, porque a chapa 1 já está eleita.

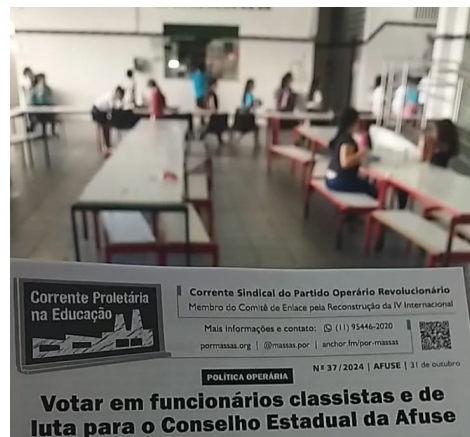
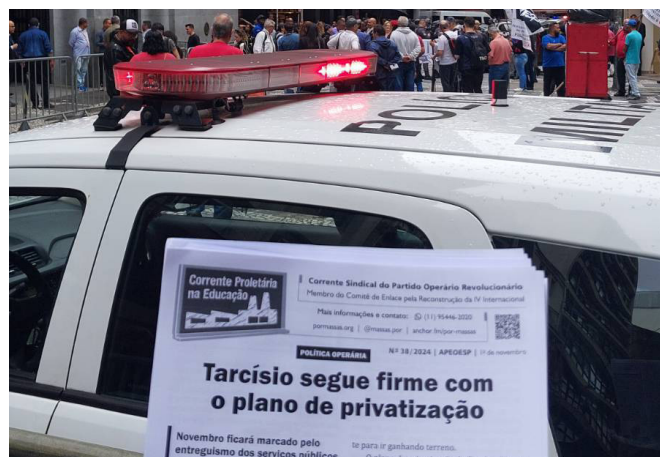
A Corrente Proletária há muito vem criticando a burocratização da Afuse. Denunciou o Congresso, onde somente os apadrinhados puderam participar. Basta lembrar o que ocorreu com a eleição de delegados e a proibição de funcionários da Corrente Proletária de recorrerem no próprio Congresso a fraude na eleição dos delegados. Na eleição da Afuse passada, que foi virtual, a Corrente Proletária não apresentou seus candidatos para o Conselho, considerando que a direção poderia abandonar a farsa da eleição virtual. No entanto, não foi o que ocorreu. Essa burocracia instituiu o processo eleitoral virtual como regra. Assim, a Corrente Proletária avaliou que era necessário, agora, intervir apesar dessas duras condições, para que militantes classistas pudessem participar de uma instância do sindicato, que é o Conselho. E combater a burocratização

que vem corroendo o sindicato, anulando-o como instrumento dos trabalhadores para enfrentar as medidas privatizantes, a terceirização, o arrocho salarial e a destruição de direitos.

## Votar nulo para a diretoria da Afuse

Os critérios impostos pela direção para a inscrição da chapa de oposição são impeditivos. Mas, é preciso considerar duas condições que pesaram na inscrição de uma chapa opositora para a direção da Afuse:

1) Os longos anos de afastamento da Afuse das escolas. Enquanto os governos avançaram sobre as condições dos funcionários, cortando direitos, mantendo o piso salarial de fome, ampliando a terceirização e fechando escolas, a direção da Afuse se recusava a organizar e convocar as assembleias estaduais. Ficou calada durante toda a pandemia, enquanto os funcionários conviviam com a tragédia da doença e morte. Não moveu um dedo sequer diante da terceirização, substituição de funcionários por trabalhadores privados, semi-escravizados. Manteve-se em silêncio frente a privatização de escolas, leilão ocorrido no dia 29 de outubro, e a criação das escolas cívico-militares. Essa conduta acabou fortalecendo a política dos governos de sucateamento e privatização de escolas. O que causou um profundo descrédito de uma parcela de funcionários em relação ao sindicata-



to. E alimentando uma confusão entre o sindicato e a direção de um sindicato. A política dos governantes tende a piorar, e é necessário recuperar o sindicato para a luta. Está aí um dos objetivos da Corrente Proletária apresentar candidatos ao Conselho Estadual.

2) Os critérios burocráticos para a inscrição de uma chapa para concorrer às eleições. Tais critérios vão desde o número de funcionários para constituir a chapa, a “experiência” de três anos como conselheiro estadual, até a exigência de nomes em outros municípios do estado. Como não houve um Congresso democrático para rejeitar esses critérios antidemocráticos, a Corrente Proletária não conseguiu transpor essa barreira para constituir uma chapa de luta. Eis por que se vê na contingência de chamar o voto nulo para a diretoria. Trata-se de um voto consciente da necessidade de uma direção voltada à defesa das reivindicações e dos métodos próprios de luta dos trabalhadores.

## Votar nos candidatos classistas para o Conselho Estadual

A Corrente Proletária, apesar de todos os impedimentos, comparece nesse momento chamando os funcionários a votar nos funcionários opositores, classistas e de luta para o Conselho. Como para o Conselho, as inscrições continuam sendo nominais, a Corrente Proletária reuniu alguns funcionários e constituiu um agrupamento opositor à direção da Afuse. Chama, assim, o voto nulo na Chapa 1, pois se trata da continuidade da política nefasta aos funcionários e à educação pública em geral. E chama o voto no agrupamento de funcionários classistas para o Conselho Estadual.

## Principais pontos de defesa dos funcionários de escola e dos explorados em geral:

### 1) Por um piso salarial necessário para manter nossas famílias

A crise econômica capitalista tem empurrado a classe operária e os explorados em geral para a pobreza e miséria completa. Os funcionários da educação estão vivendo essa dramática situação. Os governos impuseram um brutal arrocho salarial. De dois salários mínimos e meio que recebíamos até o ano 2000, hoje se resume ao salário mínimo de R\$ 1.550,00. Qual família consegue viver - pagando aluguel, gás, água, luz e comprando alimentos - com o salário mínimo? NENHUMA! No entanto, a direção da Afuse continua achando que é possível, porque se recusa a organizar a luta por um salário mínimo vital. É vital porque está apoiado na existência do trabalhador e o seu valor é determinado pelos próprios funcionários, organizados em assembleias democráticas. Está aí por que estamos chamando a votar em funcionários classistas, que lutam pelo salário necessário para manter dignamente a família trabalhadora.

### 2) Fim da privatização e da terceirização

Os governos impuseram a terceirização nas escolas. Usaram as contrarreformas trabalhista e a Lei da Terceirização, aprovadas por Temer, endossadas por Bolsonaro e seguidas por Lula/Tarcísio, para terceirizar totalmente a cozinha e a limpeza das escolas. Em vez de contratar funcionários e efetivá-los, os governos contratam empresas que sugam o sangue dos terceirizados com salários ainda mais baixos que os do estado para lucrarem à custa do dinheiro público.

Agora, Tarcísio foi mais longe com a venda de escolas públicas. O leilão de dezenas de escolas na Bolsa de Valores evidencia o plano de privatização do governador, que iniciou com a venda da Sabesp, avançou para a CPTM e Metrô, e atingiu as escolas públicas. Com a terceirização e a privatização, Tarcísio entrega para a iniciativa privada a contratação de funcionários e professores nas escolas.

O que tem feito a direção da Afuse e sua Chapa 1? NADA!

A Corrente Proletária tem insistido nessa luta contra a terceirização, defendendo a reivindicação de efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. E lutando contra a privatização das escolas, ou seja, contra a entrega de escolas públicas para as empresas lucrarem, saqueando os cofres públicos.

### 3) Lutar pelos nossos direitos

Os governos têm eliminado conquistas históricas conseguidas por meio da luta. Tem fortalecido uma divisão entre os funcionários, por meio da imposição de um “Plano de Carreira” antidemocrático, que tem em sua essência as avaliações de mérito. E imposto os contratos temporários, submetendo inúmeros funcionários a um trabalho estafante e por tempo determinado. Os miseráveis salários, a terceirização e os contratos temporários têm agravado as doenças próprias da superexploração. Com a privatização, o governo entregará toda a gestão escolar – direção, coordenação e funcionários – para as empresas que estão arrematando os lotes de escolas na Bolsa de Valores.

O que tem feito a direção da Afuse e sua chapa 1? NADA. Contra esse imobilismo, que a Corrente Proletária intervém nas eleições chamando a votar nos funcionários classistas para o Conselho.

### 4) Recuperar a Afuse para a defesa das reivindicações vitais

A experiência já mostrou que, com os funcionários descontentes, dispersos nas unidades escolares e individualizados, não é possível enfrentar uma política de Estado, que é centralizada. Como vimos, o salário mínimo de fome, a terceirização, a privatização e a eliminação de direitos trabalhistas são políticas de governos, que administram o Estado burguês (capitalista).

O sindicato, que foi criado pela classe operária para enfrentar a exploração capitalista, é um instrumento de luta dos trabalhadores. No entanto, na sua grande maioria, acabaram se transformando em correia de transmissão da política dos governos. Está sob o controle de direções que praticam a conciliação de classes. Rejeitem os métodos próprios dos trabalhadores, que são as manifestações de rua, as greves etc., ou seja, a luta coletiva dos explorados contra os patrões e os governos.

Diante da truculência dos governos para quebrar os sindicatos, o que tem feito a direção da Afuse e a sua chapa 1? NADA. Tem ampliado a burocratização e se utilizado do sindicato para impor sua política conciliadora.

A Corrente Proletária intervém nas eleições, para divulgar seu programa classista e de combate aos governos e à burocratização da Afuse. Tem defendido a democracia sindical, ou seja, as assembleias, reuniões e congressos assentados na mais ampla democracia, com direito de expressão de todas as posições políticas. Para isso, dando um basta às eleições antidemocráticas e virtuais, chamando à defesa das eleições presenciais, com direito democrático para a inscrição de chapas e defendendo a independência política da Afuse diante dos governos e da política burguesa. Intervém nas eleições chamando os funcionários a fortalecerem esse polo classista, expresso pela política da Corrente Proletária.



São Paulo

## Eleição virtual com chapa única elege novamente a burocracia sindical

No dia 8/11, aconteceu a eleição virtual para a diretoria da Afuse. Trata-se apenas de alterações de nomes e cargos, o burocrata que era presidente virou secretário e o secretário virou presidente. Sem discussão nas escolas e sob regras estatutárias antidemocráticas, que impediu que a oposição pudesse inscrever uma chapa, mais uma vez o sindicato será conduzido por uma direção que rejeita os métodos próprios de luta dos explorados. Para os funcionários de escola, nada mudou com a vitória da burocracia.

Apesar de todos os impedimentos, a Corrente Proletária inscreveu alguns funcionários para as eleições do Conselho Estadual. São companheiros que se opõem à política de conciliação de classes da burocracia e defendem a independência política dos partidos burgueses e do governo de frente ampla de Lula. Por outro lado, defendem os empregos, salários e direitos que estão sendo retirados pelos governos e

combatem a política de pressão parlamentar e judicial, levando a cabo há anos pela direção da Afuse. O trabalho da Corrente Proletária tem sido o de aglutinar esses companheiros classistas para fortalecer a Oposição, objetivando a recuperação do sindicato para a luta dos trabalhadores.

O processo eleitoral da Afuse se deu em meio aos ataques de Tarcísio, que realizou a privatização de 33 escolas e mais de cem gestões escolares. Ocorreu durante a votação do PL que retira 5% da educação, portanto, R\$ 10 bilhões. As privatizações e o corte de recursos golpearão ainda mais as duras condições de vida dos funcionários de escola. O fortalecimento de uma oposição classista, que tem seu embrião na Corrente Proletária, será vital para exigir da direção sindical eleita a convocação de assembleias democráticas para aprovar a luta contra os ataques do direitista Tarcísio.

São Paulo

## Conviva é responsável pela morte de José Cazuza na escola

*Pelo fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados!*

A Escola Estadual Reverendo Omar Daibert está passando por reformas. A empresa responsável pela obra é a Conviva, que contrata trabalhadores com baixíssimos salários e sem as mínimas condições de segurança. Dentro da escola, a “gestão” que não tem conhecimento de segurança do trabalho e que se submete à política privatista de Tarcísio de Freitas, sequer conhece os trabalhadores das terceirizadas, ainda mais se for pedreiro. Já a Secretaria da Educação, sob o comando do empresário da computação Feder, põe nas mãos das empresas o dinheiro público e estas fazem o que querem.

No dia 16 de outubro, o pedreiro José Cazuza Neto chegou sozinho para trabalhar. Tinha 65 anos, não possuía equipamentos de segurança, entrou no fosso e caiu, morrendo ali dentro da escola.

A direção da escola considerou a morte do trabalhador apenas um acidente. A Secretaria da Educação, por sua vez, lamentou, solidarizou em palavras com a família e pediu que a empresa arcasse com o enterro.

As direções dos vários sindicatos da educação nem tomaram conhecimento da morte do trabalhador dentro da escola. O que não é novidade, porque já naturalizaram a terceirização na educação. As empresas terceirizadas saqueiam os cofres públicos e impõem uma brutal exploração aos trabalhadores terceirizados.

A Corrente Proletária tem defendido para que se aprove a luta contra a terceirização e pela efetivação de todos os terceirizados. Trata-se de um combate que se choca com a política das burocracias sindicais.

São Paulo - ABC

## Fechamento da Secretaria da Educação de São Bernardo

O fechamento da Secretaria da Educação em São Bernardo do Campo foi realizado sem aviso prévio ou consulta à comunidade. No local onde existia a Secretaria, está sendo lançado um empreendimento imobiliário. As escolas da região informaram que os atendimentos relacionados à Secretaria agora serão realizados exclusivamente por e-mail, intermediados pelas instituições de ensino.

Mães de alunos da rede pública denunciaram que, após o fechamento da Secretaria, o transporte escolar de seus filhos foi alterado. Antes, o tempo de deslocamento das crianças era de aproximadamente 20 minutos, que segundo informações está de acordo com a legislação, que visa minimizar riscos, os perigos. No entanto, com as novas mudanças, o tempo de transporte aumentou significativamente, chegando a 45 minutos. As mães expressam grande preocupação com a segurança e bem-estar dos filhos,

que estão passando mais tempo do que o permitido em veículos escolares. Além disso, relataram que não há um canal físico de atendimento para tratar dessas questões, uma vez que a Secretaria foi fechada e a nova orientação é resolver tudo por meios digitais, o que têm se tornado extremamente difíceis. Portanto, fecha um organismo da educação para favorecer a especulação imobiliária, que vem utilizando as áreas “valorizadas” a serviço dos interesses de lucro das incorporadoras capitalistas.

É preciso que os sindicatos denunciem o fechamento da Secretaria e o atendimento exclusivamente virtual e que se coloquem por organizar um movimento de luta com toda a comunidade escolar (trabalhadores, estudantes e as famílias) contra esse fechamento. Que se retome o funcionamento do transporte escolar e que garanta a segurança dos estudantes!

São Paulo

## Balanço do 33º Congresso do Sinpeem

### *Mais um Congresso distracionista e burocrático*

Ocorreu entre os dias 29/10 e 1º/11 o 33º Congresso do Sinpeem, sindicato dos trabalhadores em Educação do município de SP. O encontro reuniu quase 4 mil delegados. Considerando todos os problemas que recaem sobre os trabalhadores, sobre os serviços públicos e sobre a juventude, questões urgentes que exigiam e ainda exigem resposta política, era para o Congresso ter se constituído como uma importante trincheira na luta contra a burguesia e seus governos. A Corrente Proletária na Educação trabalhou sob essa perspectiva. No entanto, a direção do sindicato não cumpriu essa tarefa elementar e repetiu o caráter festivo, despolitizado, acadêmico, culturalista, burocrático e distracionista das edições anteriores. O prejuízo para a categoria é enorme, ainda mais levando-se em conta que o Plano de Lutas aprovado indica um calendário de mobilização só para março do ano que vem, apesar de os governos estarem avançando agora com a privatização, precarização e militarização das escolas.

A particularidade desse Congresso é que se deu poucos dias após consolidada a derrota eleitoral de Boulos/PSOL em São Paulo. Pairava um clima de desânimo, devido às ilusões democráticas alimentadas pelas direções sindicais, a exemplo da do Sinpeem, e pelas correntes de esquerda pequeno-burguesas (incluindo parte das correntes que compõem a oposição no sindicato). A ideia de que era possível eleger um governo “comprometido” com a Educação se chocou com o domínio do poder econômico e com o peso dos aparatos da burguesia, concluindo com a vitória do direitista Ricardo Nunes/MDB. Esse desânimo constitui um obstáculo a ser considerado, pois interfere no processo de mobilização, ainda mais quando a situação concreta exige que se erga a resistência coletiva. É sintomático, nesse sentido, que o leilão do primeiro lote de escolas estaduais pelo governo do ultradireitista Tarcísio tenha passado completamente despercebido pelo Congresso do Sinpeem.

Outro aspecto que merece destaque é o teor das palestras proferidas no Congresso. Não é novidade a presença de temas acadêmicos, descolados da realidade das escolas. Mas, chama a atenção o fato de terem sido trazidos para dentro de uma instância sindical (e muito bem pagos) intelectuais defensores dos projetos da burguesia, como se deu com a questão do ensino integral, por exemplo – isso após um ano inteiro de combate aos impactos do São Paulo Integral (bem como do PEI, na rede estadual). Ao invés de trazer ao Congresso a experiência real com o ensino integral, que tem sido nefasta para a juventude e para os trabalhadores, visando mobilizar a categoria para pôr abaixo o SPI, compareceu ao Congresso a tese abstrata de um ensino que “desenvolva as múltiplas capacidades dos educandos”, quando, na verdade, a escola realmente existente mutila as faculdades físicas e intelectuais da juventude – bem como de quem trabalha na rede, como o demonstram os elevados índices de adoecimento.

Houve também um debate sobre o ensino privado que revelou posições reacionárias de membros da direção do sindicato. A Corrente Proletária na Educação defendeu uma resolução de combate à rede privada, entendendo que não pode haver uma coexistência harmoniosa com o setor público – transformada em mercadoria, a Educação responde às leis de funcionamento do capitalismo e necessita se expandir, acelerando o processo de privatização, como tem sido demonstrado com particular gravidade pelos projetos do governador Tarcísio. A bandeira defendida pela Corrente Proletária foi a da estatização da rede privada, sob controle de quem estuda e trabalha. Uma diretora

do sindicato, contudo, tomou o microfone para afirmar que o choque com os capitalistas poderia colocar em risco a frente ampla burguesa que dá sustentação ao governo federal do PT – o que significa subordinar os interesses dos explorados e a defesa da Educação pública à preservação da governabilidade de Lula.

O debate mais acalorado, porém, foi sobre a questão da efetivação dos contratados e terceirizados. A direção do sindicato se ergueu furiosamente contra a proposta, defendendo em seu lugar a consigna de realização de concurso público. A maioria absoluta do plenário colocou-se pela proposta da direção. Trata-se de uma incompreensão. Caso houvesse mais tempo de discussão e um Congresso realmente voltado ao debate classista, provavelmente o resultado da seria outro.

Os argumentos contrários à efetivação desconsideraram o conteúdo concreto dos concursos. Há categorias na rede municipal de educação de SP para as quais sequer há a possibilidade de realização de concurso, como as trabalhadoras da limpeza e da merenda. Os últimos concursos para professores da rede municipal se deram em 2014, 2016 e 2022, deixando de fora milhares de trabalhadores, em que pese a superlotação de salas. Assim, a política de concurso público mostra-se não como instrumento de ingresso, e sim de legitimação da exclusão e desemprego. E para lidar com o déficit de professores/funcionários, as políticas burguesas caminham no sentido de expandir o número de contratados temporários e aumentar a terceirização. O exemplo mais claro ocorre na rede estadual paulista de educação, onde mais de 50% da categoria é composta por professores de contrato temporário, um exército de mais de 100 mil trabalhadores.

O que cabe a uma direção classista é defender emprego a todos, onde o conjunto dos trabalhadores possa exercer suas funções sobre a base do princípio da estabilidade. Trata-se da defesa elementar da força de trabalho contra a chantagem patronal, reforçada pela reforma trabalhista, que utiliza o exército de desempregados para subordinar os trabalhadores aos seus interesses. Rechaçar a política de estabilidade coloca um grande setor da categoria ao lado do governo e da burguesia, que defende a manutenção da sociedade capitalista e seus mecanismos de exploração.

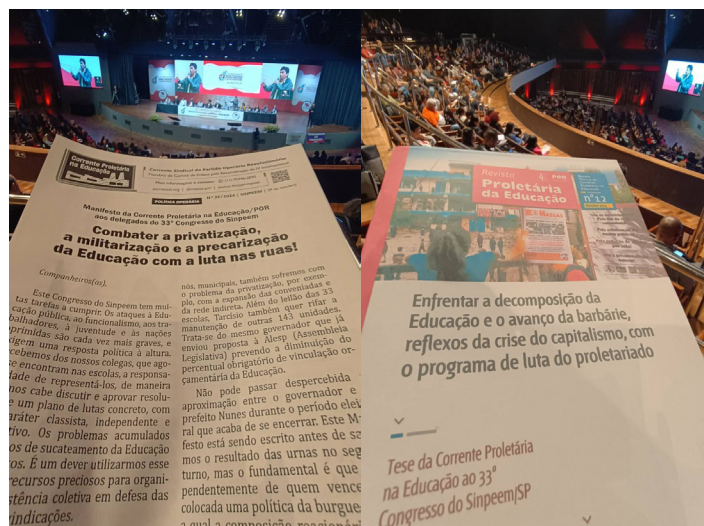
Como se vê, o Congresso esteve distante da tarefa de mobilizar os trabalhadores. A direção burocrática, com o caudilho Cláudio Fonseca à frente, tem utilizado os Congressos como ferramenta de alienação e de preservação de sua posição no comando do sindicato. À maioria das correntes de oposição, principalmente alguns setores ligados ao PSOL, cabe a crítica por não ter comparecido como força oposicionista claramente delineada. Nem sequer aceitaram um chamado feito pela Corrente Proletária para realizar uma reunião da oposição durante o Congresso, como já havia se tornado tradição. Pelo contrário, conciliaram em várias questões decisivas, como na polémica sobre a efetivação e na votação do Plano de Lutas, quando defenderam apenas adendos secundários à proposta apresentada pela majoritária, aceitando a sua essência, que é de uma lista de reivindicações abstrata, com a primeira atividade prevista só para março de 2025. Esse comportamento é resultado da aproximação entre o PSOL, PT e PCdoB, partido do Fonseca (ao qual retornou após vários anos de PPS/Cidadania).

Ainda sobre o Plano de Lutas, cabe ressaltar que a Corrente Proletária foi a única a fazer um destaque global à proposta da direção, demonstrando que a concepção da burocracia sindical não era de um verdadeiro Plano de Lutas, com resoluções políticas fundamentais, com a definição das reivindicações centrais, em

torno às quais deveriam ser apontadas as campanhas do sindicato e com os métodos de luta próprios dos trabalhadores. A proposta da direção não passava de uma simples lista de reivindicações. O resultado da aplicação dessa concepção tem sido a seguinte: o governo pinça a questão que lhe interessa, geralmente com o objetivo de dividir os trabalhadores, jogando um setor contra o outro, de forma a dificultar a mobilização.

As outras correntes, ao aceitarem a dinâmica de propor apenas emendas ao Plano da burocracia, acabaram ficando subordinadas politicamente a essa concepção. A Corrente Proletária, não: tendo feito a consideração de conjunto, que foi submetida a voto (o plenário votou na proposta da direção), pôde selecionar uma questão do Plano de Lutas, entendida pela Corrente Proletária como crucial, sobre a proposta de um Dia Nacional de Luta, e fez o destaque para defender ao microfone (a ideia era defender que fosse com paralisações e manifestações massivas, o que não constava da proposta da direção), mas foi impedida devido ao fato de ter atingido o horário-limite da plenária – revelando mais uma vez o problema de organização do próprio Congresso, com muito tempo destinado às atividades distracionistas e pouco para discutir os assuntos realmente relevantes.

Como lição fundamental fica a importância de formar uma oposição classista e de luta no interior do Sinpeem, para retomar o sindicato para as mãos dos trabalhadores, para que sirva de ferramenta de combate pelas reivindicações dos explorados. A Corrente Proletária participou do encontro empunhando essa linha política. Distribuiu seu Manifesto aos delegados, divulgou o Jornal Massas, participou da atividade promovida pelas



correntes da CSP-Conlutas contra o genocídio na Palestina e fez um debate de lançamento do 12º Número da Revista Proletária da Educação, discutindo com os delegados os temas da militarização, precarização e privatização das escolas. Como se vê, a Corrente Proletária precisou nadar contra a corrente, mas o fez de forma consciente, sabendo da importância e da necessidade de combater a política distracionista e burocrática da direção sindical, como condição para a defesa coletiva dos trabalhadores diante dos ataques da burguesia e dos governos.

## Rondônia

### Ato contra os descontos previdenciários

No dia 24 de outubro, o Sintero convocou os trabalhadores em educação para um ato contra a Emenda Constitucional 103/2019, que causou impacto nos salários dos servidores públicos aposentados e pensionistas das três esferas, pois obriga os aposentados e pensionistas a continuarem contribuindo com a Previdência. O ato, segundo os burocratas sindicais, objetivava pressionar os ministros do STF para votarem pela inconstitucionalidade dessa medida. Como não houve esforço por parte das direções sindicais, o ato ficou restrito aos representantes dos sindicatos e a alguns filiados.

A luta contra os descontos previdenciários dos aposentados e pensionistas é fundamental, pois se trata de um confisco salarial. A grande maioria dos servidores públicos contribuem por décadas para a Previdência e, quando se aposentam, os governos criam leis que obrigam os aposentados e pensionistas continuarem contribuindo com a Previdência. No entanto, as direções sindicais criticam o descontos, mas não trabalham pela organização da luta

dos aposentados para derrubar o confisco. Em alguns estados, como São Paulo, o desconto foi derrubado provisoriamente para os servidores estaduais. Na realidade, o fim do desconto dependerá de um combate nacional. Daí a importância da luta unitária e nas ruas para pôr fim a esse confisco salarial.

A Corrente Proletária interveio no ato, mostrando que é preciso sair das denúncias e avançar para a luta concreta contra os descontos. Denunciou o quanto os capitalistas e seus governos exploram os trabalhadores e o quanto continuam explorando os aposentados e pensionistas. Enfatizou que um combate consequente pressupõe organizar a luta nacional massiva, forte e unitária de todos os sindicatos dos servidores públicos. E conclui defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas nas ruas, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações e pelo fim dos descontos previdenciários aos aposentados e pensionistas.

## SINASEFE

### Governo Lula/Alckmin não cumpre o rebaixado acordo de greve

Em novembro, o Boletim da Corrente Proletária na Educação, voltado aos servidores dos IFs, fez a denúncia do não cumprimento do acordo de greve por parte do governo Lula. Além disso, a direção nacional do Sinasefe (com grupos majoritários: Coletivo Sinasefe para lutar (SPL), em unidade com UP; e TAEs na luta, em unidade com MEI (Movimento Ético Independente)), que expressa a continuidade da política governista, que no lugar de convocar a base para pressionar o governo a cumprir as migalhas

que serviram para pôr fim à greve, ilude os servidores com os Grupos de Trabalhos (GTs) sobre carreira, onde diversos estudos são feitos para mostrar o quão defasado está o salário e como avançou a exploração do trabalho na Educação, tanto dos Técnicos Administrativos (TAE), como dos docentes.

A 198ª Plenária, ocorreu no formato híbrido nos dias 01 e 02 de novembro e tinha como pauta o calendário de lutas e mobilização, mas se restringiu a discutir os pontos de carreiras,

que impactam na vida dos servidores, porém sem estabelecer um plano de lutas que garanta a pressão para que o governo atenda as reivindicações, diretamente relacionada à urgente necessidade de recomposição salarial e defesa dos direitos. Inclusive as discussões eram em torno de como rebaixar termos em caso de negativa do governo. Ou seja, a negativa do governo não será respondida com a organização da luta coletiva para pressionar o atendimento das reivindicações. Assim, a direção nacional eleita está na contramão da base que se levantou na greve deste ano.

Após a greve, com intensa participação da base, o caminho burocrático, de reduzir a luta às reuniões junto ao governo, só contribuiu para a manutenção da política de ataque à Educação e aos servidores. A Corrente Proletária na Educação (CPE) se colocou contra aceitar o acordo rebaixado do governo, que só serviu para o encerramento da greve, mantendo as perdas salariais e os cortes na Educação, o que impossibilita qualquer política de “valorização das carreiras” dos servidores. A greve foi forte, mas terminou com um acordo extremamente rebaixado, e que nem por isso o governo faz sinalização para o cumprimento. Junto ao acordo, as direções sindicais se comprometeram a não fazer greve neste mandato, o que expressa o quanto estas direções são governistas. A greve foi encerrada sob a política do medo, com as direções (PSOL/PT) espalhando que era preciso aceitar e não perder o RSC para os TAEs etc. E agora o que vemos é o governo protelando, sem atender o acordo de greve.

Até agora nenhuma garantia do RSC, das 30 horas para TAEs, da retirada do ponto para docentes. Isso mostra que o único caminho para os trabalhadores arrancarem a valorização salarial e as melhores condições de trabalho é com a retomada da luta. É urgente que a base se mobilize pela exigência do cumprimento do que foi acordado. Que exija da direção nacional e das seções a retomada da luta por uma campanha salarial que aponte a necessidade da base se levantar pela real recomposição das perdas salariais. Que em unidade com os estudantes, convoque um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua, que aponte: a defesa do orçamento necessário para os Institutos Federais e Universidades; Revogação do Novo Ensino Médio; Revogação de todas as contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Tributária), que só servem para arrancar direitos e aumentar a opressão. O governo Lula, que nos enrolou antes e durante a greve, aproveita as passivas reuniões de Grupo de Trabalho para continuar nos enrolando. É preciso exigir da direção nacional e das direções das seções que façam uma campanha ativa em defesa do cumprimento dos acordos de greve e de retomada da luta em defesa dos nossos salários e direitos – e isso não será atendido via reuniões e pressão parlamentar, mas com a retomada da luta, com paralisações, atos de rua e, se necessário, nova greve!

## Plenária dos servidores dos IFs discute a organização uma fração classista para o Sinasefe

A CPE convocou uma Plenária no dia 04 de novembro para balanço da 198ª Plenária e do 36º Congresso Nacional. Participaram IFCE, IFPE, IFPB e IFSP. A avaliação foi de que a direção nacional do Sinasefe tem utilizado a pauta de carreira para iludir e fazer os dispostos a participarem dos fóruns do sindicato a gastarem suas energias na elaboração e discussão de documentos que tratem dos problemas a serem resolvidos nas carreiras docente e TAEs. Mas, o que temos na prática é o governo destruindo a carreira TAE, com avanço da terceirização, e precarizando o trabalho docente, com professores substituídos recebendo aproximadamente 40% a menos que os efetivos (que já têm uma defasagem salarial que ultrapassa 30%). No IFPB, os coletivos TAEs na Luta e Pão e Rosas (PSOL) estão juntos, o que não ocorreu na direção nacional, onde o Pão e Rosas sofreu uma queda, saindo de grupo majoritário na última gestão para apenas 3 diretores na atual gestão – Lobão (PSOL) foi responsabilizado pela condução burocrática e governista que enterrou a greve. O fato é que na PB, TAEs na Luta e Pão e Rosas seguem com a política governista, não convocando nem a paralisação de 48h dos dias 15 e 16/10. No IFPE a direção do sindicato é do PT, mantém a passividade das assembleias virtuais (híbridas), convocadas às vésperas de Plenárias Nacionais, e o GT carreiras, que era para “manter a mobilização” após a greve, até agora não fez nenhuma passagem nos campi. No IFCE, TAEs na Luta rompeu com Pão e Rosas, por questões pessoais – a ressaca do Pão e Rosas fez com que não formassem chapa para seção, que será assumida por grupo de oposição. O Ceará enfrenta um forte movimento divisionista entre técnicos e docentes. Em São Paulo a oposição é conduzida pelo coletivo “Vozes da base”, que junto à CPE atuou no Congresso com críticas ao fim prematuro da greve, e estavam presentes nesta Plenária, contribuíram com a discussão de avaliação do 36º Congresso e da 198ª Plenária do Sinasefe, apontando que a baixa votação no “Pão e Rosas” mostrou que a base estava insatisfeita com a burocracia sindical, mas a volta de coletivos que politicamente não se diferencia do Pão e Rosas, alguns inclusive mais conservadores como SPL, mostra que apesar da mobilização da base na greve, ela não foi suficiente para forjar uma fração classista para o Sinasefe.

A Plenária concluiu apontando a necessidade de construir uma oposição organizada. Ainda não temos condições concretas de se estabelecer como coletivo, mas faremos uma nota conjunta dos que estavam presentes nesta plenária sob a assinatura de “Ação Direta”, para atuar junto à vanguarda classista, que têm crítica à política governista, que mantém a base na passividade, enquanto o governo avança nos ataques à Educação e aos servidores.

São Paulo - ABC

## Encontro da Corrente Proletária debate o salário mínimo vital e o 6º Congresso do SinTUFABC

Em 05 de novembro, a Corrente Proletária na Educação (CPE) da Universidade Federal do ABC (UFABC) realizou um encontro híbrido com participação simultânea de forma presencial nos campi Santo André e São Bernardo do Campo. Nos informes, falou-se sobre o ato contra o leilão do segundo lote das escolas realizado em São Paulo e sobre a campanha pela liberdade imediata do Professor Adriano Gomes da Silva, preso político por defender o direito à moradia.

Quanto ao 6º Congresso do SinTUFABC, que ocorrerá entre os dias 12 e 14 de novembro, contextualizou-se o processo de organização desde a sua convocação e o momento atual, de divulgação do resultado da eleição de delegados por local de

trabalho. Ressaltou-se a importância da eleição de delegados como ferramenta democrática para fazer o debate político, votar e garantir a representação das ideias, mesmo em pequenas organizações, como é o caso do SinTUFABC. Destacou-se, assim, o avanço no processo de organização congressual, a despeito do autoritarismo da direção majoritária. Foi ressaltado que o adiamento do Congresso, cogitado por alguns trabalhadores, não resolverá as arbitrariedades, pois a direção burocrática desrespeitou as instâncias e decisões coletivas até mesmo na greve, quando havia mais mobilização. Nesta direção, colocaram-se as seguintes tarefas: fortalecer a CPE e a oposição; produzir um material para divulgar as ideias democráticas e classistas ao

conjunto dos trabalhadores; realizar uma reunião da CPE durante o Congresso; começar a construir uma chapa para a próxima eleição da direção do SinTUFABC.

Em função da crítica à política das burocracias sindicais de desviarem a luta pelo salário para penduricalhos, criando reivindicações corporativistas e individualizantes, como é o caso do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), realizamos uma formação política sobre o salário-mínimo vital. Como referência usamos a nota “Porque devemos aprovar o salário mínimo vital” publicada na Edição 337 do Jornal Massas, em abril de 2007. Explicou-se que o salário-mínimo necessário calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) tem como referência a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos estabelecida com base no Decreto Lei N.º 399 de 30 de abril de 1938, o qual, a despeito de ser uma conquista à medida que garantiu um salário-mínimo nacional, está obsoleto. Pontuou-se a regressão das esquerdas que abandonaram a defesa do salário-mínimo necessário e inclusive aplicam um salário-mínimo de fome quando estão no Poder do Estado, de maneira que até o cálculo do Dieese parece absurdo. Como exemplo da

miséria, citou-se o auxílio moradia completamente insuficiente para garantir uma moradia digna. Colocou-se, assim, que o POR defende que nenhum trabalhador receba menos que um salário-mínimo vital e que a composição deste salário seja definida pelos próprios trabalhadores em assembleias, mas que não seja menor que o do Dieese. Ressaltou-se, ainda, que o salário-mínimo vital é parte do programa próprio de reivindicações, portanto inseparável de outras reivindicações como escala móvel dos salários, ou seja, reajuste automático do salário de acordo com a alta inflacionária, e outras reivindicações transitórias. Por fim, destacou-se a incapacidade do capitalismo da época imperialista resolver as tarefas democráticas pendentes, como a fome e a miséria, o que hoje depende unicamente da luta unificada e organizada do proletariado, como mostraram as revoluções proletárias.

Definiu-se que o próximo encontro será no campus São Bernardo do Campo e discutiremos o Balanço do 6º Congresso do SinTUFABC e o Balanço das eleições burguesas no Brasil e nos Estados Unidos. Os presentes foram convidados a participar do Curso Mensal de Formação Política do POR, que ocorrerá no próximo domingo.

## Rio Grande do Norte

# Organizar a luta contra os cortes orçamentários na rede federal de educação

A política de cortes de verbas (posta em prática pelos governos) têm castigado tanto o funcionalismo quanto os estudantes da rede federal. Só no ano de 2024, houve um corte de R\$ 30 milhões no orçamento anual (9,2% a menos do seu orçamento). Quando se fala em assistência estudantil, é notável a dificuldade em garantir que os estudantes sejam contemplados pelos programas de forma eficiente e que suas necessidades sejam atendidas.

O IFRN Natal Centro-Histórico não fica fora dessa órbita. No dia 05/09, houve falta de almoço para uma parcela de estudantes (que já estão contemplados com o auxílio alimentação), pois a quantidade de comida foi insuficiente. Foi alegado que o provável motivo do acontecido tenha sido o desperdício e a divisão de refeições feita por alguns estudantes, o que evidencia a necessidade de ampliação do programa de alimentação. Se os estudantes precisam dividir as refeições é porque o programa não contempla todos que realmente precisam e quando precisam. Esse

acontecimento foi mais um dos vários exemplos que temos tido de como os cortes na educação submetem os estudantes à humilhação.

É preciso que haja um grande movimento em torno às reivindicações mais sentidas pelos estudantes e servidores, somente com os métodos de ação direta (greves, manifestações, piquetes etc.) é que iremos ter conquistas.

A REGIF, que organiza os grêmios dos IF's, deve cumprir seu papel de impulsionar uma luta unificada de estudantes e servidores pelo NÃO pagamento da dívida pública - que gera os cortes de gastos por parte dos governos - pela ampliação do orçamento para educação e pelo cumprimento dos acordos da greve deste ano.

Que as entidades estudantis e sindicais organizem a luta! Pela garantia de refeições gratuitas para todos os estudantes! Pelo financiamento integral da educação pelo estado! Pelo não pagamento da dívida pública!

## Rondônia

# Todo apoio à luta dos estudantes do Campus de Rolim de Moura

No segundo semestre de 2015, o campus de Rolim de Moura em aula inaugural abriu o curso de Licenciatura da Educação do Campo que foi fruto da luta dos camponeses no país, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O Curso que tem 9 anos de uma universidade que já tem mais que 40 anos ainda não tem residência e restaurante universitário. A luta estudantil ao levantar esta pauta sempre é desencorajada pela burocracia da universidade, alegando dispositivos legais do Ministério de Educação e Cultura contrários à fundação de residência e restaurante universitário.

Acontece que se todos os Campi da universidade, carecem de residências e restaurantes universitários, no Campus de Rolim de Moura é bem mais difícil para os estudantes de 4 cursos de tempo integral. A particularidade da educação do campo que além de ser integral, atende predominantemente aos estudantes que vêm de outras cidades. Quando são estudantes da cidade, estes se deslocam dos sítios e passam 15 dias fora de casa.



Apesar da carência quanto ao atendimento estudantil em termos de Restaurante e Residência ser geral em todos os oito Campi da universidade, os estudantes do curso de Licenciatura da Educação do Campo se adiantaram nesta busca, até pelo fato

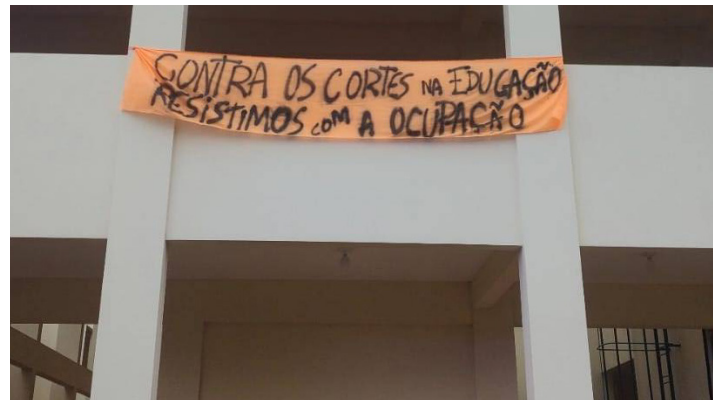
de que a maioria não conta com os ajuda financeira para alimentos e moradia. Assim, na manhã do dia 29, ocuparam salas de aulas destinadas ao atendimento do curso. São duas semanas em cada mês em tempo integral na universidade. Estes estudantes saem do campo e ficam distante da produção no cultivo da terra e quando retornam levam consigo atividades e estudos para realizar na comunidade e conjugar, assim, os estudos com as atividades no campo.

Os estudantes foram coagidos a desocupar o espaço no domingo dia 3, devido à realização das provas do ENEM e para chamar atenção, espalharam faixas pelo Campus, com as bandeiras de luta, tais como: “Educação do Campo, direito nosso e dever do Estado” e “Liberdade para lutar, educação para transformar”, mas foram retiradas pela direção do Campus e só recuperadas na segunda-feira apesar do retorno à ocupação no domingo à noite.



Depois de dois anos que o curso iniciou, ganharam uma doação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e adquiriram uma pequena casa de madeira que através da fundação de uma associação, começaram a acolher os estudantes deste curso, mas a falta de manutenção do prédio tem impossibilitado condições de uso que sempre foi precária. Afinal, a residência para os estudantes deve ser oferecida pela universidade, para permitir aos estudantes as condições adequadas de estudo. Chega de lero-lero de justificar dispositivos legais para desencorajar a luta estudantil pelos Restaurantes e Residências Universitárias e embromar os estudantes com promessas de auxílio moradia e alimentação.

*Todo apoio e solidariedade aos estudantes do curso de Licenciatura de Educação do Campo na luta pela residência e restaurante universitário no Campus de Rolim de Moura!*



## São Paulo

### Distribuição do Boletim Juventude em Luta

No dia 25 de outubro, houve a distribuição do Boletim Juventude em Luta na E.E. Prof. Manuel Ciridião Buarque, em São Paulo. Foram entregues em torno de 150 Boletins aos alunos e para alguns servidores, com o objetivo de mostrar a importância da luta e da organização dos estudantes secundaristas.

No Boletim, o tema principal era “Como a Juventude deve se posicionar diante das Eleições Municipais?”, defendendo que os alunos não caiam nas falsas promessas dos candidatos, para que organizem os comitês classistas e revolucionários, e que os grêmios estudantis sirvam para preparar a luta desde as escolas, em defesa das suas reivindicações. Pela via eleitoral, a juventude não conseguirá garantir os direitos. Esse terreno é da classe burguesa.

Os militantes poristas que fizeram a entrega disseram aos estudantes que é necessário erguer a luta em defesa da educação, contra o fechamento de salas, de turnos e da EJA (Educação de Jovens e Adultos), contra as privatizações e a militarização das escolas, revogação do “Novo Ensino Médio” e do avanço do ensino a distância.

Na E. E. Décio Ferraz Alvim, Zona Leste de São Paulo, estudantes se organizaram, fizeram protestos contra o fechamento de salas e do EJA, se reuniram para discutir os problemas da escola, foram à Diretoria de Ensino exigir o não fechamento das salas e denunciaram a repressão policial no interior da escola. Esse foi um exemplo de luta para os estudantes.



Mês da consciência negra

## Mais um jovem negro assassinado pela PM em nome da propriedade privada

Poucas horas depois do Enem, cujo tema da redação foi “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”, o que seria mais uma expressão do combate do governo ao racismo, mais um jovem negro foi assassinado pela PM do estado de São Paulo.

O jovem Gabriel Soares, 26 anos, foi alvejado com ao menos oito tiros por um PM de folga no mercado Oxxo na Av. Cupecê, zona sul de São Paulo. O PM alegou que o rapaz estava furtando o mercado e que estaria armado, sendo assim, os tiros teriam sido disparados em “legítima defesa”. Gabriel era sobrinho do rapper Eduardo Taddeo, ex-Facção Central, que fez a denúncia nas redes sociais: “Mais um jovem preto, mais um jovem da periferia exterminado por esses filhos da puta. Mais uma vez vai ser absolvido, mais uma vez vai ser legítima defesa”. O fato de ser parente de alguém com certa projeção fez o caso repercutir nas redes sociais e jornais, mas não se pode esquecer que casos assim acontecem todos os dias, sendo a maioria ignorados pela grande mídia.

O governo de São Paulo, sob o comando de Tarcísio e a Secretaria de Segurança Pública, sob a direção de Guilherme Derrite, tem impulsionado a violência policial desde que assumiram em 2023. O caso mais conhecido foi o da Operação Escudo, no litoral do estado, onde a polícia deixou em alguns meses, um rastro de sangue com dezenas de mortos. A polícia é o braço armado do Estado, e no caso do governo de SP essa utilização é levada até às últimas consequências. O governo usa a polícia para garantir os interesses dos capitalistas, por exemplo, nas privatizações. Recentemente, no leilão das escolas públicas, colocou a polícia para reprimir os estudantes e professores que se manifestaram contra essa política entreguista. O mesmo aconteceu com a privatização da Sabesp. A famosa consigna da PM, “servir e proteger”, não tem outro sentido que não seja o de servir a burguesia e proteger a propriedade privada.

Nesse caso da empresa mexicana Oxxo, uma das maiores redes varejistas do mundo, que se espalhou pela capital de São Paulo como rastilho de pólvora nos últimos anos, a ação do PM de folga foi motivada pela defesa do patrimônio do mercado, em detrimento da vida de uma pessoa. Nem arma, nem produtos foram encontrados com o corpo de Gabriel.

O mês da consciência negra está marcado, mais uma vez, pela morte violenta de mais um jovem negro, que teve sua vida interrompida por mais um crime de classe da burguesia contra as massas exploradas, em particular, a sua parcela preta e pobre. A tarefa da vanguarda com consciência de classe, é defender junto às massas pretas e brancas o fim do massacre sobre a juventude negra

## A barbárie sobre as massas negras segue o curso da decomposição capitalista

Pelo quinto ano consecutivo, o relatório “Pele Alvo”, da Rede de Observatórios da Segurança, afirma que a polícia matou, em média, uma pessoa negra a cada quatro horas. A edição de 2023 foi publicada no dia 7 de novembro. A publicação existe desde 2019 e abrange atualmente nove estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Exporemos apenas parcialmente os muitos dados apresentados no relatório. Ao longo do mês de novembro, para dar continuidade à campanha do POR, apresentaremos novos dados.

Entre os principais dados apresentados sobre o ano de 2023 estão:

pelas mãos da polícia, do narcotráfico etc. O ponto de partida é unificar essa reivindicação democrática com as necessidades mais elementares da classe operária e demais explorados. A convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e bloqueios, pode impulsionar esse movimento e colocar as massas em choque com os governos e com a burguesia.

### O vestibular e o problema racial

A menção ao Enem no início do texto é ilustrativa, pois o reformismo alega combater o racismo através de múltiplas políticas de reparação histórica, uma delas seria incluir a questão racial nas escolas e, conseqüentemente, nos vestibulares. De conjunto, as políticas de reparação têm se mostrado fracassadas, como indicou a contradição entre aquilo que foi proclamado no Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, e aquilo que foi efetivamente realizado. Além disso, o fracasso pode ser prontamente evidenciado na situação concreta das massas negras, que permanecem entre aqueles que recebem os menores salários, que são a maioria entre os desempregados, a maioria dos que moram na rua etc. A situação das mulheres negras é ainda pior, recebem em média salários 48% menores que os homens brancos.

A ideia de que se combate o racismo colocando questões raciais nos vestibulares é absurda. O vestibular é um filtro social para o ingresso nas universidades. Longe de ser a porta de entrada para o ensino superior, como prega o governo, é o filtro que impede que a maioria preta e pobre siga nos seus estudos. Aí está a hipocrisia das questões com temática racial nos vestibulares. A luta da juventude proletária deve ser pelo fim do vestibular e não pela modificação de sua aparência, mantendo sua essência excludente.

A luta pelo fim do vestibular é bandeira histórica do movimento estudantil classista, mas tem se apagado conforme avança a crise de direção revolucionária do proletariado, o que afeta diretamente a direção estudantil. Pouco a pouco, muitos daqueles que lutavam contra o vestibular passaram para o campo da reforma, defendendo um “conteúdo crítico nas questões”. Soma-se a isso, o fato de passarem a defender as cotas raciais e sociais como um fim em si mesmo, substituindo o acesso universal, para todos que queiram estudar, pela garantia de uma cota de vagas para esse ou aquele grupo social oprimido. É preciso retomar a bandeira transitória de fim do vestibular, acesso livre a todos os níveis de ensino, como parte da luta por um governo próprio na universidade e na sociedade como um todo.

- Os agentes de segurança do estado mataram 4.025 pessoas, das quais 2.782 eram negras. Os dados ainda revelam que a polícia matou 243 crianças e adolescentes de 12 a 17 anos;

- O Amazonas passa a integrar a lista de estados monitorados pela Rede de Observatórios. Os dados de 2023 revelam que 92,6% das pessoas mortas decorrentes de intervenção policial no estado eram negras; 69,5% das vítimas tinham entre 12 e 29 anos;

- A Bahia mantém a polícia mais letal, com 1.702 mortes provocadas por agentes do estado — o segundo maior número já registrado desde 2019 dentre todos os estados monitorados;

- No Ceará, o número de negros vitimados pela letalidade policial foi oito vezes maior do que de brancos;
- O Maranhão fornece pela primeira vez dados de raça e cor das vítimas da letalidade provocada pela polícia. Os negros representam 80,0% dos casos que continham essa informação e jovens de 12 a 29 anos totalizam 54,9% das vítimas;
- O Pará reduziu o número de mortos por agentes de segurança, mas, ao mesmo tempo, aumentou em 16% o número de vítimas negras de um ano para o outro, reafirmando a cor do alvo principal da violência policial;
- Pernambuco registra aumento de 28,6% no número de mortes provocadas pela polícia e atinge seu maior índice, desde 2019;
- No Piauí, 74,1% das vítimas eram negras e 48,1% tinham de 12 a 29 anos;
- Pela primeira vez, o Rio de Janeiro apresentou menos de 1 mil mortes, mas ainda registra a morte de uma pessoa negra a cada 13 horas;
- Em São Paulo, o número de mortes provocadas pela polícia avançou 21,7%, sendo negras 66,3% das vítimas.

Como se pode ver, trata-se de um conjunto de dados muito rico para uma análise profunda das condições de opressão por que passam as massas negras. Aos dados de violência devem ser

sempre considerados os dados relativos à miséria, ao desemprego, ao subemprego, aos baixos salários etc.

Sobre a juventude, os dados indicam que permanece como a parcela da população mais vitimada pela letalidade policial — com a faixa etária de 18 a 29 anos concentrando a maior quantidade de casos. No Ceará, por exemplo, eles representam 69,4% do total de vítimas.

A condição das massas negras no Brasil expressa até que ponto chegou a decomposição capitalista e seus efeitos sobre a classe operária e a maioria oprimida. Por consequência, indica a necessidade da luta revolucionária para superar a barbárie que se impõe para esse grupo social. As reformas expressas em propostas de reparação histórica, leis antirracistas, cotas raciais, inclusão da história africana nos currículos escolares etc., não fazem senão alimentar as ilusões de que por esse caminho o odioso racismo será eliminado ou mesmo minimizado dentro do capitalismo. Tais propostas, uma vez aprovadas pela democracia burguesa, devem ser, naturalmente, defendidas para que o retrocesso social mais geral não as elimine, mas jamais como um fim em si mesmas. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é se elevar ao nível da consciência de classe proletária, para compreender que toda forma de opressão é uma manifestação mais ou menos direta da opressão de classe, o que nos obriga a combater o racismo sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

## Formação Política

# Grupo de Estudos - A Revolução Permanente

No jornal *Massas* nº 726 apresentamos as principais conclusões dos estudos do livro *A Revolução Permanente* no que se refere ao capítulo 3. Agora apresentaremos as conclusões relativas aos capítulos 4 e 5 do mesmo livro.

Com o título de “Como se apresenta, na prática, a teoria da revolução permanente?”, o capítulo inicia mostrando que Radek, em sua tentativa de atacar a teoria da Revolução Permanente, vai além do que tinha sido feito até então, ou seja, não se limita a criticar a concepção teórica, mas também a tática dela decorrente. Trotsky inicia sua resposta mostrando que em 1905, no III Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), estava de acordo com a linha dos Bolcheviques. Eis o que diz: “A luta encarniçada entre o tsar e o povo, afastando tudo o que não sirva para a vitória; a insurreição popular, como apogeu dessa luta; um governo provisório, como coroamento revolucionário da vitória do povo sobre o seu inimigo secular; o desarmamento da reação tsarista e o armamento do povo pelo governo provisório; a convocação da Assembleia Constituinte na base do sufrágio universal, igual, direto e secreto — tais são as etapas revolucionárias que se desenham objetivamente”.

A discussão em nosso estudo mostrou que os ataques à teoria da Revolução Permanente carregavam uma série de falsificações que deveriam ser passo a passo desmentidas e esclarecidas. Uma delas, era a de que se dava um salto por cima da revolução e das tarefas democráticas. Para responder essa questão, Trotsky recorre a um texto de 22 anos antes: “Quando os jornais socialistas formularam a ideia da revolução permanente, que liga a supressão do absolutismo e da servidão à revolução socialista, por meio de uma série de conflitos sociais crescentes, da insurreição de novas camadas populares e de ataques incessantes do proletariado aos privilégios políticos e econômicos das classes dominantes, a nossa imprensa progressista soltou um rugido uníssono de indignação (*Nossa Revolução*, 1906, p. 258). Antes de mais nada, chamo a atenção do leitor para a definição da revolução permanente que essas linhas encerram: a liquidação da

Idade Média ligada à revolução socialista, por meio de conflitos sociais crescentes. Onde está o salto? Onde está a negação da etapa democrática? E não foi justamente isso o que se passou em 1917?”

Em relação à tática, o problema principal consistia no campesinato. A teoria da Revolução Permanente era atacada por supostamente desconsiderar o papel do campesinato. O que, como vimos nos estudos anteriores, não passava de uma forma de mascarar a posição do estalinismo de retornar a posição estratégica antiga de ditadura democrática do proletariado e do campesinato. Era necessário então mostrar que o papel do campesinato sempre foi claramente apresentado por Trotsky em seus escritos da revolução de 1905, como na seguinte passagem: “O proletariado conseguirá apoiar-se na insurreição camponesa e poderá acabar nas cidades, que são os centros da vida política, o que soube começar. Apoiando-se nos elementos camponeses e tomando sua direção, o proletariado dará o golpe de misericórdia vitorioso na reação e saberá assegurar a vitória da revolução (Vol. II, parte I, p. 448). Será que isso se parece com a negação dos camponeses?”

Ainda sobre o problema da tática, agora de forma mais geral, o autor vai responder às acusações de saltava por cima da revolução democrática e de suas tarefas, com a apresentação do programa do soviete de outubro, novembro e dezembro de 1905: “A história não se repete, e o novo soviete não deverá repetir de novo os acontecimentos dos 50 dias (de outubro a dezembro de 1905); poderá, porém, tirar quase todo o seu programa de ação da experiência desse período. Esse programa é perfeitamente claro: cooperação revolucionária com o Exército, o campesinato e as camadas plebéias da pequena burguesia das cidades; supressão do absolutismo; aniquilamento de sua organização material; licenciamento de parte das tropas e dissolução definitiva de outra parte; supressão do aparelho burocrático e policial; introdução da jornada de 8 horas; armamento da população e, em primeiro lugar, do proletariado; transformação dos sovietes em órgãos revolucionários autônomos das cidades; criação dos sovietes de deputados camponeses (comitês camponeses), considerados como



órgãos da revolução agrária nas áreas rurais; organização das eleições para a Assembleia Constituinte e luta eleitoral baseada num programa definido de trabalho da representação popular (Vol. II, parte II, p. 206)."

Por fim, um camarada ainda destacou uma questão do método apresentada por Trotsky nesse capítulo. Trata-se de uma acusação que estava sendo feita a ele de levantar, em 1905, as bandeiras de "abaixo o Czar!" e "viva o governo operário!". Sua resposta mostrou que, mesmo que tivesse levantado tais bandeiras, o que não era verdade, sua análise não poderia ser feita pelas bandeiras em si, isoladamente, mas pelo conjunto dos escritos que sustentariam as bandeiras propostas. O problema era ainda maior: as tais bandeiras tinham sido levantadas por Parvus e não por Trotsky, o que indicava que os críticos sequer tinham sido disciplinados o suficiente para buscar os textos reais daqueles que se propunham criticar. Em escala diferente, vemos ainda hoje que esse problema é recorrente, quando se critica essa ou aquela bandeira de um partido sem ir nas raízes de suas elaborações das quais a bandeira decorre.

\*\*\*

Já no encontro seguinte o Grupo de Estudos discutiu o capítulo V, "Realizou-se, entre nós, a 'ditadura democrática'? Quando?", e a atual escalada bélica no Oriente Médio com o ataque do Irã à Israel, respectivamente. Destaca-se que o encontro do dia 01/10 trataria do capítulo VI, mas a discussão de informes e conjuntura, que sempre realizamos nos primeiros minutos do encontro, se estendeu por todo o encontro devido à importância dos acontecimentos da conjuntura.

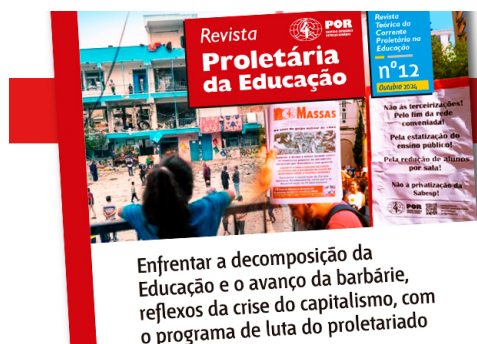
Em relação ao estudo do capítulo V da "Revolução Permanente" a discussão destacou como Trotsky expõe a deturpação das idéias de Lenin feita por Radek, que propositalmente omitia o desenvolvimento do pensamento de Lenin e o caráter condicional que ele utilizava quando se referia ao Governo provisório, estabelecido em fevereiro de 1917, como expressão da "ditadura democrática". Expõe que "foi só no período de abril a outubro de 1917, isto é, antes da verdadeira realização da revolução democrática, que Lenin fez suas observações sobre a ditadura democrática 'realizada' pela dualidade de poderes (sob certa forma e até certo ponto) (...). As palavras de Lenin tiveram um único sentido: significavam que não há e nem pode haver outra ditadura democrática a não ser esse miserável aborto da dualidade de poderes, sendo necessário, portanto o 'rearmamento', isto é, a mudança de palavra de ordem. Afirmar, todavia, que a coligação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques com a burguesia não deu a terra aos camponeses e quis aniquilar os bolcheviques, fosse a 'realização' da palavra de ordem bolchevique, significa ou fazer o passar o branco por preto, ou ter perdido definitivamente a cabeça".

Trotsky procurou mostrar como os epígonos buscavam uma 'ditadura democrática' onde a burguesia resolveria as tarefas democráticas pendentes, uma "etapa burguesa" separada da "etapa socialista", e que seus adversários criticavam suas formulações de 1905, quando só era possível fazer prognósticos do futuro, em vez de analisar suas formulações durante e após o processo revolucionário de 1917. Mostra que a dinâmica de classe 'confundiu' essas duas etapas e que o Governo Provisório não deu terra aos camponeses (tarefa tipicamente democrática) e que somente com a revolução proletária (e a ditadura proletária) é que as tarefas democráticas puderam ser cumpridas.

Foi ressaltada a exposição de Trotsky de como as formulações de Lênin foram se definindo mais claramente no decurso do desenvolvimento histórico. Que as formulações que possuíam um caráter "algébrico" foram sendo resolvidas pelos acontecimentos da luta de classes. Que critica Stalin e os epígonos de quererem utilizar as formulações ultrapassadas: "mas por acaso poderá isso significar que devemos aplicar, hoje, à China, à Índia e aos demais países, a fórmula de Lênin de 1905, com seu caráter algébrico e até incompleto, e permitir que Stalin e Ricov chineses e indianos (Tan Pin-san, Roy e outros) dêem a essa fórmula um sentido pequeno-burguês e nacional-democrático, à espera da chegada providencial de Lênin para fazer as correções de 4 de abril? Pode-se confiar em semelhante correção na China e na Índia? Não seria mais prudente dar logo a essa fórmula o caráter concreto cuja necessidade foi demonstrada pela experiência histórica tanto da Rússia, quanto da China?".

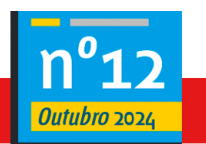
Trotsky conclui o capítulo com uma denúncia e uma formulação importantes. A denúncia é a da política anti-marxista que classifica os pensamentos e ações humanas em apenas duas categorias "as indiscutivelmente justas, que estão na 'linha geral do partido', e as indiscutivelmente errôneas, que se afastam dessa 'linha geral'". Mostrando que não se trata apenas de um erro, pois essa classificação "não impede, naturalmente, que se declare errôneo, hoje, o que ontem se proclamava absolutamente justo". Mostra que no pensamento marxista "a evolução real das ideias conhecia também o método da aproximação progressiva da verdade", que foi justamente o trajeto dos pensamentos de Lenin.

A formulação final é a de que a história demonstrou que a pequena burguesia não pode cumprir um papel político independente. Trotsky diz: "A enorme importância histórica da fórmula de Lênin consiste em ter esgotado completamente, numa nova época histórica, a questão do grau de independência política a que podem chegar os diferentes grupos da pequena burguesia e, antes de tudo, o campesinato. Graças à sua amplitude, a experiência bolchevique de 1905-1917 fechou definitivamente a porta à 'ditadura democrática'. Sobre essa porta, o próprio Lênin colocou a inscrição: 'Condenada'. Expressiu essa ideia em algumas palavras: o camponês só pode seguir o burguês ou o operário".



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

## Revista Proletária na Educação



O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nesta edição:

- **107 anos da Revolução Russa** – ato-político do POR;
- **Bolívia**
  - A queda do MAS e o futuro da burocracia sindical;
  - A crise econômica empurra a população de volta às ruas;
- **Argentina**
  - Vigorosa greve geral dos sindicatos que compõem a Mesa dos transportes;
  - Uma primeira aproximação ao 3º Encontro León Trotsky;
- **Alemanha** – Retomada da luta de classes;
- **Trotsky** – 32 anos da dissolução da URSS
  - Capitulção de Stalin; Questão ucraniana; Dez anos.

## Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



# 107 anos da Revolução Russa

**VIVA AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO!**

**Recuperar o terreno perdido para a  
contrarrevolução restauracionista**



*O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um Ato Político dos 107 anos da Revolução Russa, no dia 20 de outubro. No Jornal Massas anterior, nº 726, publicamos uma nota e o Manifesto. Neste número, concluímos com a publicação das exposições. Aproveitamos, também, para reeditar uma parte do Jornal Massas Especial de outubro de 1991, poucos meses antes de a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ser desmoronada sob os golpes da contrarrevolução restauracionista, encarnada pela ditadura estalinista. Essa atenção com a Revolução Russa corresponde à necessidade de construção do POR e de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Tarefa essa que tem sido motivo da existência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).*

*Abaixo publicamos as exposições de acordo com a ordem e a conexão estabelecida na preparação coletiva.*

## **Abertura do Ato 107 anos da Revolução Russa**

### **Atílio**

Camaradas, é muito significativa essa atividade de defesa da Revolução Russa. Passaram-se 107 anos. Mas vocês sabem que 107 anos na história da humanidade é apenas uma fração de tempo. Certamente, nesse transcurso, ocorreram muitos fatos importantes, que dizem respeito à luta do proletariado, à luta da maioria oprimida, para superar o sistema capitalista, que é um sistema de divisão de classes, que é um sistema de violentas opressões. Hoje, o capitalismo se encontra praticamente mergulhado na barbárie. É o que constatamos nas guerras da Faixa de Gaza e da Ucrânia, contra as quais estamos lutando. A guerra na Ucrânia ameaça se estender à Europa. Assombra-nos a discussão sobre os armamentos nucleares.

Camaradas, a defesa da Revolução Russa se torna um imperativo impostergável. Nós, marxistas, que lutamos pelo fim do capitalismo e pelo socialismo, reivindicamos, conservamos e praticamos as lições da história, e, principalmente, as lições das revoluções.

Camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário, temos a tradição de fazer a defesa da Revolução Russa não como uma festividade, não para comentar a Revolução Russa, mas fazemos a defesa da Revolução Russa como parte do nosso programa. Como parte do Programa Internacional do Proletariado. Por isso, temos o cuidado constante de realizar um Ato político, de escrever sobre os

acontecimentos, publicar manifestos e realizar a formação política. Temos claro que não há como construir uma direção revolucionária, não for herdeira da Revolução Russa. Eis por que a defesa da Revolução Russa se tornou uma imperiosa necessidade.

Traço um número do Jornal Massas, de 1991, quando a Revolução completava 74 anos. Ainda usávamos a máquina de escrever. Dois meses depois de realizado nosso Ato e levantado a bandeira da revolução política, concebida pela IV Internacional, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desmoronaria sob os golpes da própria burocracia estalinista que encarnou a contrarrevolução restauracionista. O Ato e o Jornal Massas dedicados aos 74 anos da Revolução Russa tem para os poristas um valor inestimável. Certamente, também terá este Ato dos 107 anos.

Camaradas, vocês estão vendo e constatando como o POR honra a tradição do bolchevismo. Sabe o valor das conquistas revolucionárias do proletariado. A Revolução Russa também herdou as lições da Comuna de Paris de 1871, que foi a primeira revolução proletária, sufocada a sangue pela ditadura de classe da burguesia francesa, com auxílio da alemã. Foi nesse momento que ficou clara e patente a estratégia da ditadura do proletariado. Essa foi uma das grandes lições e conclusões de Marx e Engels.

É preciso ainda acrescentar os ensinamentos da constituição da Primeira Internacional. Lenin e Trotsky, sobretudo, souberam aprender com as lições da história, da Comuna de Paris, para dedicarem todas as suas capacidades e forças para a luta revolucionária do proletariado russo e internacional. O Partido Bolchevique, nascido do trabalho sistemático de Lenin em assimilar e aplicar o marxismo, tornou-se o mais elevado herdeiro das experiências realizadas pela construção da Primeira Internacional e pela luta do proletariado francês que culminou com a Comuna de Paris.

Camaradas, este Ato dos 107 anos da Revolução Russa ocorre em um momento bem distinto. Desde 1991, momento em que este Jornal Massas foi dedicado aos 74 anos da revolução proletária na Rússia, tem prevalecido o avanço da contrarrevolução nas condições de profunda decadência do capitalismo mundial. A destruição da URSS, sem dúvida, foi o marco que separou a revolução de Outubro vitoriosa do triunfo da contrarrevolução restauracionista. É preciso compreender e extrair todas as lições dessa profunda derrota do proletariado internacional para retomar o caminho da transição do capitalismo ao socialismo. O POR vem se esforçando ao máximo para incorporar em suas formulações e respostas à luta

de classes as conquistas da Revolução Russa, da Fundação da Terceira Internacional e edificação da URSS.

Camaradas, o capitalismo está em profunda decomposição. As tendências bélicas ganham uma amplitude que trazem o espectro de uma terceira guerra. As guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza assinalam os perigos de uma confrontação dos Estados Unidos e aliados imperialistas com a Rússia e a China.

Neste Ato, lançamos o livro *Concepção Materialista da Questão Judaica* Abraham Leon, que passa a fazer parte de nossa assimilação programática.

A sua importância está em que faz parte de nossa campanha internacionalista pelo fim do genocídio do povo palestino e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida. Com essa publicação, o nosso partido contribui com a luta revolucionária pela derrocada do capitalismo e construção do socialismo.

Chamo os camaradas a dar um viva à eterna memória do judeu marxista-leninista-trotskyista e um viva aos 107 anos da Revolução Russa.

Camarada, assim iniciamos nosso Ato político.

## Condições históricas da Revolução Russa

Magda

Camaradas, a Revolução Russa de 1917 foi o acontecimento político mais importante do séc. XX. Marca a era das Revoluções Proletárias. Teve profundas repercussões no mundo, a exemplo do Brasil, momento em que a classe operária dava seus primeiros passos na luta de classes.

Gerações inteiras de combatentes pela causa do socialismo nela se inspiraram e extraíram dela suas mais preciosas lições: que é possível derrotar seus opressores por meio da insurreição armada; que é possível aos oprimidos organizarem-se como classe, isto é, estruturarem seu próprio partido político; que a organização socialista da produção, tendo por base a expropriação da burguesia, permite o salto das forças produtivas e a melhoria do bem-estar das massas.

Sendo que a principal lição está em que sem o partido revolucionário não é possível a vitória da revolução proletária. Portanto, não bastam os fatores objetivos é preciso combinar com o fator subjetivo da insurreição, que é o partido-programa.

A insurreição armada de 25 de outubro de 1917 não caiu do céu. Eis as condições que levaram à revolução proletária:

Em 1905, ocorreu o início da revolução. Lênin dizia, camaradas, que este levante foi um ensaio geral para a revolução de 1917. Em 1904, o czar Nicolau II decidiu iniciar uma guerra contra o Japão pelo controle da Manchúria. Trata-se da Guerra Russo-Japonesa. Esse conflito agravou os problemas russos e aumentou a pobreza da população, que, insatisfeita, passou a realizar uma série de manifestações e greves. Um desses protestos foi chamado de Domingo Sangrento, em que a população de São Petersburgo realizou uma passeata pelas ruas da cidade, exigindo medidas para enfrentar os graves problemas, entre eles a fome, e foi duramente reprimida. Uma importante conquista desse levante foi a criação dos soviets. No entanto, com o esmagamento do levante, os soviets desapareceram por um período. Foram recriados na Revolução de Fevereiro de 1917.

A decisão do czar de entrar na Primeira Guerra Mundial foi decisiva. A 1ª Guerra Mundial colocou em choque aberto as posições do marxismo e as da socialdemocracia da II Internacional. Até a guerra, o Partido Bolchevique pertenceu à socialdemocracia

internacional. No entanto, em 4 de agosto de 1914, o voto da socialdemocracia alemã em favor dos créditos de guerra acabou de uma vez para sempre com essa unidade e abriu a era da luta incessante do bolchevismo contra a Segunda Internacional.

Lênin desenvolveu desde o início da guerra a caracterização de que se tratava de uma conflagração interimperialista. Não podia ser confundida com uma guerra de defesa nacional. Porque expressava o enfrentamento das potências guiadas pelo capital financeiro e monopolista em torno aos mercados e saque às nações oprimidas. A bandeira era a de transformar o período da guerra de dominação em guerra de libertação, em guerra civil pelo socialismo;

A Revolução de fevereiro de 1917 retomou os elos da revolução de 1905, interrompidos pelas forças contrarrevolucionárias. Com a guerra, a situação econômica e social da Rússia era terrível. A falta de alimentos, miséria e fome provocaram greves e protestos contra a monarquia. O que acabou derrubando a monarquia em 27 de fevereiro de 1917. Instaurou-se uma República burguesa, apoiada pelos mencheviques e socialistas revolucionários, que tinham maioria nos soviets.

Como revolução burguesa, foi demasiadamente tardia, não continha em si nenhum elemento de estabilidade. As contradições eram volumosas e se manifestaram imediatamente. Depois de alguns meses, sob o impacto da manutenção da guerra, os acontecimentos modificaram o rumo da democracia burguesa.

**LANÇAMENTO!** Adquirá já com o distribuidor do Massas.

**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA**  
Abraham Leon

R\$ 30

Abraham Leon  
**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA**

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

**POR**  
Marxismo  
Teoria e Programa



A intervenção de Lênin foi decisiva. Desde o exílio, escreveu “As Cartas de Longe” (março de 1917), onde assinala a tarefa de combater o governo burguês. Estabelece a bandeira de nenhum apoio ao governo burguês. Dizia que se enganavam os que pensavam que era necessário o apoio para evitar a restauração da monarquia. Somente a organização armada do proletariado podia evitar a restauração. Portanto, era necessário prosseguir a marcha da revolução.

Lênin afirmava que o proletariado não devia considerar a revolução de fevereiro mais que um triunfo inicial, de nenhuma maneira completo. Era necessário demonstrar a todos os trabalhadores da cidade e do campo e aos soldados a verdade sobre o atual governo. Era necessário ganhar a direção dos soviets.

No final de março, o governo burguês se viu obrigado a revelar que manteria a Rússia na guerra até a vitória dos aliados, Inglaterra e França.

Quando Lênin chegou à Rússia, formula o documento que marca o curso do Partido Bolchevique, que são as “Teses de Abril”. A tarefa da conquista do poder só se pôs ao partido depois da chegada de Lênin a Petrogrado.

Desde maio, os operários e soldados impacientemente realizavam manifestações e protestos, empurrando o partido para o caminho das ações decisivas. As reivindicações em torno à “terra, paz e pão” vão sendo assimiladas pelas massas, colocando as direções dos partidos que apoiavam o governo contra a parede.

Camaradas, dois documentos escritos por Lênin foram fundamentais. Em 10 de julho, Lênin publicou o artigo “Deslocamento de classes”, onde mostrava a penetração das posições revolucionárias entre os explorados, por isso, era preciso fortalecer as fileiras do proletariado e do campesinato em direção à revolução social.

No mesmo mês, publicou o artigo “Momento Decisivo”. Dizia que o dia 18 de junho de 1917 havia passado para a história da revolução como o momento da virada. A manifestação de 18 de junho se transformou em uma demonstração de força da política do proletariado. Contou aproximadamente com meio milhão de ma-

nifestantes. Palavras de ordem, como «todo o poder aos Sovietes», «abaixo os dez ministros capitalistas», «nem paz separada com os alemães, nem tratados secretos com os capitalistas anglo-franceses» etc., indicavam a unidade das massas em direção à revolução.

No entanto, havia uma contradição entre essa virada das massas e a posição do partido sobre o momento em que se daria a revolução. Lênin enfrentava a posição contrária de Kamenev e Zinovietv, de que se deveria aguardar o Congresso dos Sovietes, que ocorreria em novembro. Que a revolução proletária, nesse momento, seria uma aventura. Lênin contestou a posição do partido, porque significava renunciar à tomada do poder. O fracasso do golpe de Kornilov, final de agosto, indicava a profundidade da crise política e apontava a necessidade da tomada do poder.

Lênin lançou, no dia 20 de outubro, o artigo “A crise amadureceu”. Estava em jogo o futuro da revolução operária internacional pelo socialismo. Afirmava que os revolucionários cometeriam o maior crime se deixassem passar esse momento. A situação era extremamente convulsiva, empurrando o conjunto do partido para dirigir a insurreição.

Assim, a revolução se impôs. Lênin divulgou o seguinte comunicado: “O governo provisório foi deposto. O poder do Estado passou para as mãos dos soviets e seu comitê militar revolucionário. Eis a causa pela qual o povo lutou: pela concessão imediata de uma paz democrática, abolição a propriedade latifundiária sobre a terra, o controle operário sobre a produção e a criação de um governo soviético. Esta causa está assegurada. Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!

25 de outubro, 10 horas da manhã.

Em 25 de outubro, camaradas, a revolução socialista derrubou a burguesia e venceu a reação das potências imperialistas. A classe operária unida com os camponeses pobres realizou as tarefas da revolução democrática, não cumpridas pelo governo liberal burguês. Estabeleceu o Estado operário, expropriou a grande propriedade dos meios de produção, uniu as nações oprimidas e edificou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

## Transição do capitalismo ao socialismo

### Antônio

Camaradas, a Revolução Russa foi o resultado da combinação de fatores objetivos e subjetivos. A Rússia, país de capitalismo atrasado, apresentava uma economia combinada. O mais alto grau de desenvolvimento industrial convivia com um mar de economia camponesa, profundamente atrasada. Lênin consagrou a fórmula segundo a qual a revolução na Rússia teria rompido os elos da cadeia mundial do capitalismo, na época imperialista, em seu elo mais fraco.

As agudas contradições dessa estrutura econômico-social acabaram se cruzando com um partido marxista, guiado pelo programa da revolução e do socialismo, tendo à sua cabeça um dirigente à altura da tarefa histórica, que era Lênin. A insurreição constituiu o momento mais agudo na luta entre classes antagônicas, em disputa pelo poder. A revolução significa uma mudança no regime social, transmite o poder das mãos de uma classe, que se esgotou, às mãos de outra classe em ascensão.

O Estado é sempre o produto do antagonismo das classes sociais fundamentais em cada época. Até capitalismo, sempre foi a expressão da ditadura de uma minoria exploradora sobre a maioria explorada. Marx e Engels já haviam estabelecido as bases da teoria marxista do Estado, principalmente após a experiência da Comuna de Paris, em 1871, quando se formula de maneira mais acabada a concepção da ditadura do proletariado.

Lênin assimilou essa experiência, aplicando-a à realidade russa, tendo especial importância o “ensaio geral” da revolução de 1905, pois se tratava de dar resposta ao problema do czarismo, levando em conta a incapacidade da burguesia daquele país em cumprir as tarefas democráticas pendentes, num país de maioria camponesa e com um proletariado jovem e sem tradições parlamentares, como na Inglaterra, por exemplo.

Em setembro de 1917, às vésperas da Revolução de Outubro, Lênin redige o Estado e a Revolução, revelando a clareza do grande revolucionário em relação às tarefas a serem cumpridas no que diz respeito à questão do Estado, em particular. O Estado burguês, como máquina de dominação e de opressão dos capitalistas sobre o proletariado e demais explorados, devia ser destruído e em seu lugar devia ser erguido o Estado Operário, expressão da ditadura do proletariado, ou seja, como instrumento de opressão da maioria explorada sobre a minoria exploradora. Nesse sentido, deveria se constituir como a forma mais democrática já vista, expressando os interesses históricos da maioria, apontando como objetivo a supressão das classes.

Na Rússia, a experiência determinou que esse Estado deveria assumir a forma do governo soviético e deveria se concretizar por meio da forma de um governo operário e camponês. É por isso que a revolução proletária e a instituição da ditadura do prole-

tariado abriram um período de transição entre o capitalismo e o socialismo.

Camaradas, a revolução constituiu o mecanismo necessário para libertar as forças produtivas de seu invólucro capitalista, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção. A expropriação da burguesia e dos grandes latifundiários permitiu um rápido desenvolvimento das forças produtivas. Em uma obra de 1932, Trotsky descreve da seguinte maneira o salto permitido pela revolução: “ponhamos para o ano de 1913, o último ano antes da guerra, o número 100. O ano 1920, fim da guerra civil, é o ponto mais baixo da indústria: 25 somente, isto é, um quarto da produção de antes da guerra; em 1925, um crescimento até 75; em 1929, aproximadamente 200; em 1932, 300, ou seja, o triplo do que havia nas vésperas da guerra”. Há que se considerar que esse crescimento não foi linear, teve seus avanços e recuos. E há que se considerar também que se deu apesar dos erros na condução da política econômica cometidos pela burocracia estalinista após a morte de Lênin, em 1924.

Os êxitos obtidos foram resultado da expropriação da grande indústria, da nacionalização da terra, da economia planificada e do monopólio do comércio exterior, que são elementos indispensáveis para se caracterizar o Estado Operário como tal. Os êxitos só não foram maiores, devido ao nacionalismo estalinista, com a política do “socialismo num só país”, que impôs a manutenção da camisa de força das fronteiras nacionais ao desenvolvimento das forças produtivas.

A derrota da revolução alemã já havia configurado um quadro de extrema dificuldade à revolução russa, contribuindo para o seu

isolamento. O fracasso das revoluções na China, em 1927, e na Espanha, nos anos 30, resultado da política desastrosa da Internacional Comunista sob o domínio da camarilha estalinista, aumentou ainda mais o isolamento da URSS, impondo sérias dificuldades ao desenvolvimento da economia soviética.

Vale lembrar que a revolução na Rússia havia impulsionado a formação de partidos comunistas em todo o mundo, como foi o caso até do Brasil, em 1922, e possibilitou a formação, apenas cerca de 5 anos após a tomada do poder pelos bolcheviques, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1922.

A URSS foi a conquista mais avançada da luta revolucionária, constituindo-se como uma federação de países que expropriaram a burguesia e decidiram se unir, livre e espontaneamente, na forma de uma federação. A burguesia do mundo todo tremeu diante da formação da URSS. Foi por esse caminho que a revolução pôde iniciar as transformações necessárias para solucionar o milenar problema da opressão nacional, permitindo uma relação harmônica, onde o intercâmbio entre os países pudesse resultar em um amplo desenvolvimento das forças produtivas.

A contrarrevolução estalinista, no entanto, mutilou essa experiência, como os companheiros e companheiras poderão verificar na apresentação dos próximos camaradas, que vão expor como se deu degeneração do partido bolchevique, da Internacional Comunista e do Estado Operário, até culminar com a destruição da URSS.

Camaradas, neste Ato, o POR expressa a defesa das conquistas da Revolução Russa e em particular a da constituição da URSS.

# A Revolução Russa e a constituição da Terceira Internacional

Luiz

Boa tarde, camaradas.

Fiquei responsável de apresentar o resumo das resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional. Inicialmente, é importante o contexto da fundação da terceira internacional, que foi fundada em 1919, logo depois de uma revolução vitoriosa do proletariado. Esse processo mostrará a importância do programa da Terceira Internacional. É importante a ideia de que a terceira internacional marcou a fundação do primeiro Partido Mundial da Revolução Socialista.

Na Primeira Internacional, destacou-se a divergência entre o marxismo e o anarquismo. O marxismo combateu o anarquismo, que tinha divergência em relação à ditadura do proletariado e do centralismo democrático. Depois, a direção da Segunda Internacional acabou capitulando diante do nacionalismo, apoiando os créditos de guerra ao governo imperialista. Então, a Terceira Internacional vem para reafirmar e desenvolver os fundamentos do marxismo. O programa da internacional coloca que o objetivo, a estratégia, os fundamentos da Terceira Internacional é o de colocar abaixo o capitalismo, destruir o Estado burguês, por meio de uma revolução proletária e a constituição da ditadura do proletariado. A terceira internacional, portanto, vai reafirmar os fundamentos do programa.

Ao determinar os fundamentos da ditadura do proletariado, define as táticas para ser alcançado esse objetivo. A resolução vai defender as táticas que o proletariado deveria levar adiante na luta de classe em relação aos países atrasados e aos países desenvolvidos. Vai fazer a caracterização das semicolônias, nas teses do Oriente, onde o proletariado deve levantar a frente única anti-imperialista, para alcançar a unidade da maioria explorada, dirigida

pela classe operária, para derrotar o imperialismo e colocar abaixo a burguesia nacional. A tática da frente única anti-imperialista permite desmascarar todas as frações nacionalistas que se colocam na luta para arrastar as massas.

Essa tática foi e é um grande acerto para unir a maioria oprimida e combater o nacionalismo burguês em todos os países. É o que está confirmando-se agora com a guerra de dominação no Oriente Médio e na Europa, onde o partido está fazendo a defesa desse programa, desse legado, dessa tática, ao defender a frente única anti-imperialista como um meio necessário para colocar fim às guerras de dominação. Vai defender também a tese da frente única proletária, para os países desenvolvidos, onde está colocada a necessidade de unificar o proletariado para colocar abaixo a sua burguesia imperialista e também o nacionalismo. A história confirmou o acerto dessas duas táticas da Terceira Internacional.

As resoluções sobre o movimento sindical mostram a traição da socialdemocracia com a criação da organização sindical amarela pela Segunda Internacional e pela Internacional Dois e Meia. Eis por que as teses da Terceira Internacional vão colocar também a necessidade de combater a internacional amarela, como, por exemplo, quando sua direção chama o movimento operário a defender que os sindicatos fossem neutros, apolíticos, e que os sindicatos não deveriam tomar posição diante dos problemas políticos. Afirmam que os sindicatos jamais podem ser neutros na luta de classe, perante a luta entre o capital e o trabalho. Os sindicatos jamais podem ser neutros perante uma guerra de dominação, perante qualquer massacre da classe operária em qualquer país.

Os sindicatos devem se posicionar com uma política proletária, de independência, não vinculada a nenhuma burguesia. Esse



é um outro aspecto que vai mostrar na prática toda a traição: os dirigentes do sindicalismo amarelos abandonam a suposta neutralidade no momento da guerra, sendo os primeiros a defender que os sindicatos apoiassem a burguesia imperialista de seus países. Mostraram assim a farsa de que a neutralidade era simplesmente para combater as posições revolucionária. Quando falavam em neutralidade, era para combater o Partido Comunista, ou seja, para combater o programa da Terceira Internacional. Na verdade, eram todos seguidores, apoiadores de suas burguesias nacionais.

Outro exemplo. A burocracia sindical e correntes políticas, adaptas ao capitalismo, em todos os países, se dizem independentes. Falam que não se deve apoiar este ou aquele partido nas eleições. Mas, chegadas as eleições, correm a apoiar os candidatos dos partidos burgueses. Acaba a neutralidade para eles. Então, nesse momento, o partido revolucionário tem de combater de conjunto a política burguesa e pequeno-burguesa, seja reformista, seja centrista, que arrastam as massas.

Outra tese é sobre a unidade sindical, que diz respeito de como unificar a classe operária e os demais explorados. O partido deve combater o reformismo e o centrismo, levantando as reivindicações econômicas, objetivando a luta política pela tomada do poder. A frente única sindical significa defender o programa próprio que de reivindicações com os métodos da ação direção e sob a democracia operária. Nessa luta pela unificação dos explorados, coloca-se a tarefa desmascarar as direções burocráticas, que falam em unidade, mas estão junto com os patrões, estão junto com os governos burgueses, negando-se a defender as reivindicações próprias.

Isso se confirma em qualquer momento da luta. Como a gente está vendo agora, tomando como exemplo o problema do fechamento de fábrica e das privatizações que acontecem em todo os países. As direções sindicais não organizam a luta pela manutenção

dos empregos e para colocar abaixo as privatizações.

São exemplos do acerto do partido revolucionário em levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo de Lula, ao chamar a construiu a frente única anti-imperialista sobre a base do programa próprio da classe operária. Trata-se da aplicação da linha programática dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional.

Outro ponto. Lênin em seu discurso no Quarto Congresso vai descrever a situação da classe operária e a necessidade de o partido intervir no movimento operário e se fortalecer em seu interior. Anotei, neste ponto, essa passagem: “nenhum partido comunista poderá ser considerado como um verdadeiro partido comunista, um partido sólido, se não possuir fortes células comunistas no movimento operário. Se não trabalha, se não dedica todas as suas forças para ganhar a classe operária, na indústria, nas ferroviárias, em todos os setores da classe operária. Porque a classe operária é a classe revolucionária”. Então, Lênin vai colocar que um partido que se reivindica da classe operária, comunista e revolucionário, deve dedicar todas as suas forças para intervir e ganhar a classe operária para a revolução.

Essa resolução é importante porque é exatamente o que nós do Partido Operário Revolucionário estamos fazendo. Fazendo todo o trabalho para intervir e ganhar a classe operária. Debatendo o que estamos fazendo e o mais devemos fazer para penetrar o programa na classe operária. Porque o partido revolucionário que não ganha a classe operária, que não vai à classe operária, ele tende a fracassar em sua tarefa histórica. E como foi colocado, anteriormente, sem o partido revolucionário não é possível a conquista do poder pelo proletariado.

Para concluir, camaradas, afirmamos nestes 107 anos da Revolução Russa que essa é nossa tarefa. Esse é o caminho para superar a crise de direção.

## **Burocratização do Estado operário e restauração capitalista**

**Rafael**

Camaradas, a minha exposição vai se centrar no processo de burocratização da União Soviética, o primeiro Estado operário do planeta, e na luta de morte que a Oposição de Esquerda travou contra o estalinismo contrarrevolucionário.

Por que a análise da burocratização do Estado soviético é de fundamental importância para o partido revolucionário e para a Quarta Internacional? É porque, se tivemos uma derrota catastrófica para o movimento operário internacional com a derrocada da União Soviética de 1991, a burocratização do Estado operário, se configurou como uma primeira derrota. Ela aparece como a raiz que nos permite compreender todas as contradições que atravessaram o Estado operário e que vão culminar em sua dissolução.

É importante mencionar que mesmo com o extraordinário triunfo dos soviéticos, mesmo com a expropriação da burguesia, o estabelecimento da economia planificada e a fundação da Terceira Internacional que, por si só, constituiu uma vitória estrondosa (raçar a Internacional Socialista, social-traidora, e arrancar a classe operária de suas mãos), a liderança do partido bolchevique, especialmente Lênin e Trotsky, nunca perderam de vista uma tese central, aquilo que mais tarde Trotsky chamará de “o propósito fundamental do bolchevismo”. Qual seja: se a revolução proletária não triunfasse no Ocidente, se a classe operária dos países avançados não fosse capaz de tomar o poder, a Revolução Russa não teria condições de se sustentar. O Estado operário degeneraria e cairia, seja pela via de uma intervenção armada estrangeira - coisa que a liderança soviética viu com seus próprios olhos acontecer durante a guerra civil, em que teve de montar um Exército Ver-

melho e enfrentar quatorze exércitos estrangeiros - seja pela via da contrarrevolução interna.

Então, esse prognóstico fundamental mostra que, antes da revolução de 1917 e mesmo décadas antes desta revolução, os bolcheviques já tinham a clareza de que a Revolução Russa não poderia fundar um Estado nacional socialista e tentar a via de erguer uma economia nacional isolada. Era preciso que a revolução se internacionalizasse.

Ocorre, no entanto, que a revolução triunfou em um país atrasado na Europa. País que ainda carregava uma pesada herança de pré-capitalismo e de feudalismo. E, nessas circunstâncias, começará a se desenvolver aquilo que Trotsky intitulou como “Termidor”, ou seja, uma reação contrarrevolucionária no interior do Estado soviético. Lembremos que o uso desta expressão - termidor soviético - implica um paralelo com a Revolução Francesa. A Revolução Francesa que, diga-se de passagem, era uma das experiências quase que obrigatórias para os revolucionários examinarem. A Revolução Francesa apontou todo um percurso de seu Termidor que culminou com a derrota daquele processo e concluiu com a ascensão de uma ditadura bonapartista. Quando Trotsky faz uso dessa expressão, ele o faz objetivamente, mostrando uma analogia histórica com a Revolução Francesa.

Quais são as causas desse termidor soviético? A primeira, já mencionada aqui, refere-se ao atraso econômico e social da Rússia que teve todo um peso particular, específico. Reconhecemos o peso da guerra civil russa; porque em uma guerra civil extremamente sangrenta, o destacamento mais avançado da vanguarda é

justamente aquele que se empenha em defender suas conquistas, que se empenha em defender com a vida o nascente Estado operário. É essa parcela avançada do proletariado que vai pagar o preço da sua existência física para manter o Estado operário. Portanto, o extermínio de uma parte da vanguarda na guerra civil tem um peso importante para esse processo. Mas não apenas isso. A morte prematura de Lênin, em 1924, contribuiu para o desequilíbrio dessa balança entre as pressões internas e a luta revolucionária. Mas o fator fundamental, além de todo esses mencionados, foi o isolamento da Revolução Russa em razão da derrota das revoluções proletárias da Europa.

Em 1919, a Revolução Húngara que dava sinais de que podia se consolidar, desmorona. A Revolução na Letônia também fracassa. A revolução promissora na Finlândia acaba derrotada por meio da intervenção armada estrangeira alemã. E, finalmente, a tão esperada Revolução Alemã de 1923 fracassa completamente. Essas condições vão criar um ambiente que leva uma parcela do partido bolchevique a assimilar as pressões da contrarrevolução interna e passem a assumir a defesa de novas teses, completamente contrapostas à tradição do bolchevismo.

Essa fração, que vai se organizar em todo o Estado, passa a defender a possibilidade de se construir o socialismo nacional. Vai levantar a bandeira do “socialismo num só país”. Essa fração expressa a adaptação de uma parte da burocracia às novas condições de construção do Estado Soviético. A burocracia soviética capitaneada por Stálin vai romper com as tradições do marxismo e vai romper com o internacionalismo proletário. Todos nós sabemos que Lênin travou uma batalha tremenda contra a socialdemocracia em plena Primeira Guerra Mundial, defendendo as teses do internacionalismo. Muito antes de Lênin, os fundadores do socialismo científico, Marx e Engels, já defendiam com afinco a impossibilidade de se construir um socialismo nacional, uma vez que as forças produtivas de uma nação não são exclusivamente nacionais, mas parte inseparável das forças produtivas internacionais. Ou seja, o capitalismo, desde o momento em que se internacionalizou, desde o momento em que constituiu uma unidade econômica nova, chamada economia mundial, não mais permite a nenhum país que siga o seu curso de desenvolvimento nacional de costas para a economia mundial. Marx tinha clareza disso. O bolchevismo não precisava martelar essas teses uma vez que constituíam o ABC do marxismo revolucionário.

Contra o revisionismo estalinista, ergueu-se uma fração no interior do partido bolchevique, liderada por Trotsky, a partir de 1923, especialmente após o documento ‘O Novo Curso’ e a carta endereçada ao Comitê Central do PCUS assinada por 46 proeminentes revolucionários. A Oposição de Esquerda vai defender a tese de que é preciso lutar contra as tendências colocadas pela burocratização, especialmente o centralismo burocrático que a fração estalinista vai utilizando em substituição ao centralismo democrático. Mas não apenas isto. Há o fato também de avançar a burocratização dos soviets, o processo de estatização dos sindicatos e de se interromper o processo de cooperação entre os povos do antigo império tsarista libertados pela Revolução Russa e que puderam se

constituir em uma federação de repúblicas soviéticas. O que hoje nos remete à guerra na Ucrânia.

O processo de cooperação entre os povos, de construção de uma república soviética internacional que iniciava a transição socialista foi interrompida pela degeneração estalinista. Desde então, a Oposição de Esquerda vai travar um conflito de vida e morte contra essa burocracia estalinista. A Oposição sabia que tinha contra si uma série de condições desfavoráveis, entre elas a mais importante de todas: o fato de o proletariado internacional não conseguir se erguer, nem realizar a revolução em seus países. A burocracia soviética venceu, mas não foi uma vitória fácil. O processo de burocratização durou quase toda uma década - os anos 1920 - e foi marcado por avanços e retrocessos. À medida que se sinalizava qualquer fermentação revolucionária em algum país, as fileiras da oposição imediatamente se fortaleciam - como o caso da Revolução Chinesa de 1925/1927.

Ao fim deste processo, a burocracia estalinista acabou se transformando em um fator onde ela era, ao mesmo tempo, causa e efeito do isolamento nacional. Ao mesmo tempo em que nascia como uma reação a esse isolamento, impulsionava, por sua vez, por meio de sua política contrarrevolucionária, o bloqueio no avanço da revolução. Inúmeras revoluções proletárias foram lançadas no precipício. Mas, se a oposição de esquerda foi derrotada na União Soviética, excluída dos quadros do partido, impossibilitada de formar sua fração e ter o direito de travar o combate na Internacional, não foi arrancada do seio da classe operária russa e internacional. Após a expulsão do Trotsky do Comitê Central, em 1927, e após sua expulsão do próprio território soviético, em 1929, a oposição vai projetar seu trabalho de forma internacional. Ela reunirá os poucos quadros que permaneceram nesta trincheira e se organizará como uma Oposição de Esquerda Internacional. Logo mais vai assumir o nome de Liga Comunista Internacional, para apontar, em seguida, a perspectiva da Quarta Internacional.

A ascensão do nazismo na Alemanha em 1933 se tornou um marco, um divisor de águas. Até essa data, a Liga Comunista Internacional tinha como ideia recuperar o Partido Comunista da União Soviética, recuperar a Terceira Internacional e a própria União Soviética. A tese colocada era a da reforma. O ano de 1933 estabeleceu um divisor de águas porque a derrota do proletariado alemão significou, objetivamente, que a Terceira Internacional estava morta, incapaz de guiar o proletariado pelo caminho estabelecido por Lênin que era o da frente única proletária que possibilitasse arrancar a classe operária das mãos da socialdemocracia e guiá-la rumo à revolução.

Trotsky aguardou a conferência da Terceira Internacional para saber qual balanço se faria da tragédia alemã. E, pasmem: nem uma única organização foi capaz de denunciar a loucura praticada pelo estalinismo na Alemanha. Desde então, Trotsky se orientou pela fundação de novos partidos revolucionários, por uma nova internacional e pela revolução política na URSS. As tarefas da revolução política eram a regeneração da democracia nos soviets, a libertação dos sindicatos, a volta ao controle operário da produção e um conjunto de mudanças na economia planificada. Tal era o conteúdo da revolução política.



**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

**100 anos da Revolução Russa**

**RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL**

R\$ 35

# A restauração capitalista e liquidação da URSS

## Nossa defesa das conquistas da Revolução Russa

Raul

Boa tarde, camaradas. Fiquei encarregado de fazer uma exposição sobre o processo final da restauração capitalista e derrocada da União Soviética.

O camarada que me antecedeu fez a exposição do processo de burocratização na URSS. A burocratização e a restauração formam uma unidade.

A análise da restauração capitalista na União Soviética e na Rússia tem dois aspectos principais: por um lado, a situação concreta dos dados econômicos, políticos e sociais da ex-União Soviética e da Rússia. E, por outro, os prognósticos feitos por Trotsky no processo de luta contra a burocratização do Estado Operário, que foi apresentado pelo camarada.

A União Soviética foi a maior conquista da história do proletariado. E a sua queda, então, representou a maior derrota do proletariado. A importância que o Partido Operário Revolucionário dá para esse acontecimento não tem nenhum precedente no Brasil. Somente o POR pode fazer esse balanço. O estalinismo não tem moral alguma para fazer um balanço sobre a União Soviética. E os partidos centristas também não, já que colocam em segundo plano e dão pouca importância para esse acontecimento. Mas nós dizemos, insistentemente, que a queda da União Soviética interrompeu o processo de transição do capitalismo para o socialismo.

Trotsky, quando travava - valendo-se da Oposição de Esquerda - a luta contra a burocratização, traçou três prognósticos do que poderia acontecer com o Estado Soviético. De forma resumida, a primeira possibilidade era que a burguesia pudesse retomar o poder através de uma contrarrevolução. A segunda possibilidade era de que o proletariado pudesse retomar as bases da Revolução de Outubro, fazendo a revolução política, arrancando a burocracia estalinista do poder e realizando as reformas no Estado operário. E por que é um conjunto de reformas? Porque a burguesia já tinha sido expropriada. Não cabia, então, a revolução social. Tratava-se, então, de retomar as bases das transformações advindas da Revolução de 1917. O terceiro e último prognóstico que Trotsky concebeu, era de que poderia acontecer da burocracia permanecer no poder por um longo período. Nessa possibilidade, a própria burocracia se daria lugar a uma nova "classe de possuidores."

O que nós vimos, depois de 50 anos desses prognósticos, foi que exatamente essa terceira variante se confirmou através do processo de restauração capitalista e da burocratização do Estado operário, a burocracia impulsionou a reconstituição da burguesia e a restauração capitalista.

Desses prognósticos, dessa batalha da Oposição de Esquerda, até a queda final da União Soviética, lá em 1991, foi um longo período. São aproximadamente 50 anos. Uma série de acontecimentos marcaram esse período e traçaram as bases da restauração capitalista. Não podemos dar os detalhes de todos os acontecimentos. Mas alguns muito importantes e devemos citar: como a política do socialismo num só país, a política da coexistência pacífica com o imperialismo, as contradições da Segunda Guerra Mundial, onde a União Soviética contribuiu decisivamente com a vitória contra o nazismo, o que impulsionou, inclusive, as outras revoluções e o avanço das chamadas repúblicas populares do leste europeu. A contradição está em que a União Soviética saiu fortalecida da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que impulsionou a restauração, através de uma série de políticas que foram implantadas, como, por exemplo, a política da Gosplan, que começa a destruir as bases da economia planificada, as ocupações e as intervenções em outros países, que não correspondiam aos métodos da luta de classe do proletariado como na Tchecoslováquia. Então, todo esse conjunto de políticas, sejam econômicas, sejam sociais, sejam militares, favoreceram o processo da restauração capitalista, que se iniciou lá atrás, desde o início da degeneração do Estado Soviético pelo revisionismo estalinista.

Mas foi nos anos 70 que a crise internacional do capitalismo teve grande importância, porque impactou profundamente os países do Leste europeu e a própria União Soviética. Isso fez com que nos países do Leste europeu, por exemplo, se desenvolvessem uma desigualdade social muito grande, tinha se esgotado aquele período de recuperação econômica mundial do pós-guerra, e passa-se a ter então uma desigualdade social e avanço da miséria. As massas passam a observar e perceber que a burocracia que controla os Estados se torna uma casta privilegiada, com uma série de vantagens. O aumento da desigualdade nos anos 70 e 80 vai impulsionar as massas contra o regime burocrático e ditatorial. Neste sentido, os países do Leste europeu são os primeiros a favorecerem a restauração capitalista. Mas a crise internacional vai impactar também a própria União Soviética.

Nos anos 80, com o governo de Gorbachev e com o conjunto de políticas, a restauração capitalista se impôs de forma irreversível. Alguns exemplos dessas políticas que nós devemos destacar são, obviamente, a Glasnost e a Perestroika, como reformas políticas e econômicas, que levaram à farsa dos títulos entregues aos operários, com a ideia de tornar os operários "proprietários" das fábricas. O que foi uma impostura: rapidamente os títulos foram adquiridos pela burocracia e por aquele germe da oligarquia burguesa que se havia gestado na União Soviética. Uma vez rapidamente adquiridos, os operários passaram a não ter nada e a servir de força de trabalho à exploração capitalista. Confirmou-se o prognóstico de Trotsky de que, sem o retorno da classe operária ao poder por meio da revolução política, se formaria a nova classe de possuidores.

Nesse período, a restauração capitalista passa a se impor de forma muito mais clara na URSS. Chega-se, então, em dezembro de 1991, quando cai definitivamente a URSS, que nós caracterizamos como uma grande derrota do proletariado internacional. Uma derrota concreta, por conta de ser a URSS o grande pilar na história da humanidade, e na história do proletariado em particular.

Já nos países, não mais formando a URSS, mas nas ex-repúblicas soviéticas, a restauração seguiu seu curso. Na Rússia, em particular, assumiu o governo de Yeltsin, que é um governo francamente pró-imperialista. Um governo da restauração explícita. Um governo da desnacionalização. Um governo das privatizações, da abertura para o mercado financeiro, que ele chamou de terapia de choque, uma forma de restaurar rapidamente o capitalismo na Rússia. Mas essa tendência, francamente, pró-imperialista, entra em choque com uma outra tendência que vinha desde a União Soviética, desde a própria burocracia, encabeçada por Putin, que era uma tendência centralizadora-nacionalista do processo de restauração capitalista. Essa tendência, que passou a centralizar e a controlar a restauração, através do capitalismo do Estado, sai vitoriosa. E passa a disciplinar a restauração capitalista. O que não significa, em absoluto, que ela tenha restituído as bases do Estado operário, que já tinham sido destruídas no processo de restauração.

Que bases são essas? São a nacionalização, a economia planificada e o monopólio do comércio exterior. Esses três pilares da economia soviética não foram reconstituídos pela fração liderada por Putin, que apenas disciplinou o processo. Reestatizou algumas empresas consideradas estratégicas.

Mas as bases da economia nacionalizada não foram restituídas. E por quê? Porque sem a revolução política, as tendências à restauração do capitalismo, já suficientemente amadurecidas, iria se impor nas condições de crise econômica mundial e nas condições em que o proletariado russo e mundial se achava disperso e desorganizado. Tendo sido arrancado de si a sua ideologia política, desorganizado ideológica, política e organizativamente, o que significa que não tinha o seu partido marxista-leninista-trotskyista. Nessas condições, não foi possível frear o processo de restauração capitalista na Rússia.

A Rússia, então, colocada novamente na divisão internacional do trabalho, na divisão capitalista internacional do trabalho, na condição de exportadora de matéria-prima, na condição de exportadora de



commodities, ou seja, de uma economia tipicamente semicolonial. A democracia soviética é substituída pela democracia burguesa e pelas formas da democracia burguesa, através de uma Constituição que é completamente regida pela defesa da propriedade privada dos meios de produção. O parlamento e o próprio funcionamento da democracia oligárquica formada na Rússia, é voltado à defesa da propriedade privada, por um lado, e à manutenção da restauração capitalista, dominada por essa fração, de outro.

Então, nesse sentido, se formou na Rússia, depois da queda da União Soviética, um Estado burguês, com características típicas de um Estado burguês, que é essa democracia, que na verdade é uma paródia de democracia, como é típico dos países semicoloniais. Se forma um sistema bancário tal e qual o dos países capitalistas. A economia no Estado russo passa a ser regida pela Bolsa de Valores, tal e qual um Estado capitalista. Nesse Estado burguês que se formou na Rússia, para se manter, essa casta centralizadora precisa usar de um recurso, que também é um recurso típico do capitalismo, que é o recurso da opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas. Então a Rússia passa a agir e intervir sobre as ex-repúblicas soviéticas na forma da opressão nacional. Não há outra forma da Rússia enfrentar a ofensiva do imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, que não seja manter as relações de opressão nacional. A restauração serviu e serve, em última instância, ao capital financeiro e monopolista internacional. E essa é a essência da explicação da guerra atual que nós estamos presenciando, a guerra na Ucrânia. Diante da ofensiva do imperialismo para subordinar as ex-repúblicas soviéticas e a própria Rússia, o Estado russo

utiliza a Ucrânia como escudo, enquanto, no lado oposto, os Estados Unidos e aliados imperialistas a usam como bucha de canhão em seu combate por submeter a Rússia.

É importante entender e assimilar programaticamente a luta da Oposição de Russa, depois Oposição de Esquerda internacional e finalmente a IV Internacional contra o revisionismo estalinista. Em seu fundamento, se encontra a revolução política, descrita aqui pelo camarada que me antecedeu. O fato da revolução política não ter sido possível de se realizar, não significa em absoluto que ela perca a sua validade histórica. A revolução política foi, através dessa experiência, incorporada ao programa da Revolução Mundial e ao programa do Partido Revolucionário Internacional. E por quê? Porque a revolução política foi uma elaboração do trotskismo, da Oposição de Esquerda, como resposta ao processo de burocratização que tinha acontecido pela primeira vez na história. A revolução política não foi possível na URSS, mas se nós lutamos agora por uma nova revolução de Outubro na Rússia, como parte da revolução proletária internacional, a revolução política agora faz parte desse programa como orientação revolucionária no combate ao Termidor. O risco de burocratização sempre vai existir. Mas o programa de resposta a essa burocratização já existe no programa da revolução política. Ela não foi aplicada e não foi possível de ser aplicado na Rússia pelas condições concretas que nós colocamos aqui.

Concluo chamando um viva às conquistas da maior construção do proletariado internacional que foi a União Soviética. Viva!

## Vigência do programa da Revolução Russa

Lara

Boa tarde, camaradas. A minha exposição vai ser sobre a vigência do programa, das conquistas e das experiências da Revolução Russa, dando sequência ao companheiro que me precedeu, que tratou sobre a restauração do capitalismo na Rússia e a liquidação da União Soviética. Essa restauração, ao contrário da propaganda triunfalista do capitalismo, não trouxe um rejuvenescimento do sistema capitalista, pelo contrário, esse sistema está mais decomposto do que nunca. Assistimos às manifestações dessa profunda decomposição na opressão imperialista que só se acirra, nas tendências fascistas – não se vê um florescimento da democracia, pelo contrário, o que nós vemos é um aprofundamento de tendências de governos de extrema direita, tendências fascistas –; na destruição das forças produtivas – que se manifesta principalmente no percurso das guerras, tanto na guerra comercial entre Estados Unidos e China, onde se prepara a conflagração bélica, mas também isso é visível no prolongamento da guerra da Ucrânia que, em alguns momentos mais, em outros menos, coloca a ameaça de uma conflagração envolvendo a Europa e que mostra o peso da OTAN e dos Estados Unidos –; e se quisermos ver a face mais brutal da barbárie, é só observar esse mais de um ano de genocídio da Faixa de Gaza.

Essa condição nos leva a uma resposta proletária a todos esses problemas, que refletem a decomposição do capitalismo. Essa resposta do partido exige empunhar o programa da revolução russa. Então, quando celebramos esses sete anos da Revolução Russa, o fazemos assimilando suas experiências. Um ponto importante de assimilação é compreender a etapa histórica em que vivemos, que é a etapa do imperialismo, das guerras, revoluções e contrarrevoluções. Fundamentalmente, trata-se da compreensão de que a fase imperialista não é só a fase de decomposição do capitalismo, mas também da era das revoluções proletárias. A Revolução Russa, como a primeira revolução proletária vitoriosa, inaugura esse momento histórico, seguida de outras.

O fato dessa grande construção da classe operária mundial ter sofrido com a restauração capitalista, o fato de se vivenciar uma profunda crise de direção, nos dias de hoje, não significa que as condições objetivas para a revolução proletária não estejam maduras. Pelo contrário, a caracterização do Trotsky de que as condições

estão maduras e que é preciso compatibilizar com as condições subjetivas, com a organização, com o partido, está mais vigente do que nunca.

Outro elemento programático fundamental para se responder aos nossos problemas nos dias de hoje é o internacionalismo proletário. A compreensão do papel das guerras na fase imperialista, a compreensão de que não é possível ter uma negação às guerras em abstrato, pacifista, é preciso compreender a distinção entre as guerras de dominação e as guerras de libertação. É preciso assimilar o programa que diferenciava, inclusive, a ala que vai dar origem à Terceira Internacional – que recusou o nacionalismo da Segunda Internacional, que se subordinou às burguesias imperialistas –, e ergueu a defesa de que, quando as potências imperialistas estão guerreando pela partilha do mundo, em guerras de rapina, é necessário transformar essas guerras em guerras de libertação, em guerra civil contra a própria burguesia de cada um desses países. Essa distinção é fundamental para compreender a guerra da Ucrânia o quanto ela tem a característica de uma guerra de dominação. É fundamental para compreender a guerra de Israel contra Gaza, contra a Palestina.

A revolução russa também expressou de forma mais desenvolvida a defesa da autodeterminação das nações oprimidas, na medida em que naquele território mais da metade da população não era russa e estava submetida ao império russo. A partir da revolução russa, se mostrou o caminho da libertação dessas nações oprimidas por meio da revolução socialista e da criação de uma federação de repúblicas socialistas soviéticas. O programa da autodeterminação tem toda a sua vigência porque se se entende que nós vivemos a era das revoluções proletárias. Isso significa que foi fechada a era das revoluções burguesas, as revoluções burguesas não são mais possíveis. Isso também mostra toda a impotência do nacionalismo burguês para responder à opressão nacional. Por isso que a resposta que o marxismo-leninismo-trotskismo dá à opressão nacional é a defesa do internacionalismo proletário.

A revolução russa, ao expressar a teoria da revolução proletária, mostrou a grande importância da conquista da independência política das massas, da classe operária, perante a política burguesa. Isso é o oposto do que a imensa maioria das correntes faz.

Estamos saindo de um período eleitoral em que elas arrastaram as massas por trás da política burguesa. Mesmo nesses conflitos internacionais, se vê a grande confusão que é colocar as massas por trás de uma ala ou de outra da política burguesa. Conquistar a independência política é fundamental. O leninismo é a expressão mais acabada da luta por essa independência política. A construção do Partido Bolchevique é a expressão programática e organizativa da luta pela independência política. Essa luta só é possível de se travar quando se tem a estratégia da ditadura do proletariado, a estratégia de que a revolução vai dar origem a um Estado operário. Esse é um elemento - a ditadura do proletariado - é fundamental. Pode ser anunciado pelas demais organizações de esquerda como uma figura histórica, mas não é empunhado como estratégia, sendo substituído por várias outras fórmulas democratizantes: governo de trabalhadores, poder popular etc. É fundamental manter alta a defesa da estratégia programática, que é a ditadura do proletariado.

Outra conquista programática da revolução, plenamente vigente, é a teoria da revolução permanente, porque a revolução russa se deu em um país de capitalismo atrasado, foi o primeiro momento em que se colocou a questão de qual seria o tipo de revolução nesse país. Se seria ainda uma revolução burguesa, uma ditadura democrática de operários e camponeses... Trotsky fez um prognóstico bastante acertado de que não haveria outro caminho a não ser o da ditadura do proletariado, porém reconhecendo que as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a particularidade de ser esse país de economia combinada, fruto do desenvolvimento desigual, faria com que no mesmo processo revolucionário ininterrupto se vinculassem as bandeiras democrático-burguesas e as bandeiras socialistas. Efetivamente, foi isso que se deu na revolução russa: uma combinação da resposta àquelas tarefas democrático-burguesas não resolvidas, principalmente a questão da reforma agrária, com as tarefas socialistas de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, de expropriação da burguesia. Essas tarefas se combinaram e a condição da formação social russa de combinação dessas tarefas coloca a necessidade da aliança entre a classe operária e o campesinato pobre. Em geral, corresponde a um programa vigente para os países oprimidos, para os países atrasados de todo o mundo. A necessidade não só de conquistar a independência da classe operária perante a burguesia, mas a necessidade de soldar a maioria nacional oprimida sob a direção do proletariado. Isso é uma conquista programática testada no terreno da luta de classes, testada pela revolução russa, que é um patrimônio.

Outro elemento é a tática insurrecional. Os partidos da bur-

guesia oferecem aos oprimidos uma série de ilusões de que seus problemas podem ser resolvidos por meio da democracia burguesa, pelas vias eleitorais e pelas vias parlamentares. Defender que a via da libertação dos oprimidos vai ser a da insurreição de massas, é fundamental. Isso também responde às táticas de que um pequeno grupo armado pode substituir as massas na sua tarefa de libertação. A defesa da tática insurrecional deve ser assimilada e defendida nas nossas condições da luta de classes, tanto no Brasil como internacionalmente.

Não tem como se falar das conquistas programáticas da Revolução Russa sem fazer referência à Quarta Internacional, uma vez que é a continuidade do marxismo-leninismo. O trotskismo é a continuidade do marxismo-leninismo e a Quarta Internacional o preservou diante da degeneração burocrática do partido bolchevique e do Estado operário. Diante das deformações colocadas pelo estalinismo, foi a Quarta Internacional que preservou a essência dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional. É no programa da Quarta internacional que se tem o desenvolvimento do programa da revolução política, que mostrou toda a sua validade histórica no combate à restauração capitalista, nesse sentido segue plenamente vigente. Não é porque esse programa não encontrou condições de ser aplicado para reverter o processo de restauração capitalista na Rússia, que ele tenha se comprovado como errado ou não vigente. O programa da revolução política é parte do arsenal teórico dos revolucionários. Reivindicar esse programa da Quarta Internacional nos leva também a empenhar os nossos esforços não só em construir o Partido Operário Revolucionário no Brasil, mas reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional.

Nesse momento histórico em que os caminhos que se colocam entre o socialismo e a barbárie mostram cada vez mais as ameaças de mergulhar a humanidade na barbárie social - os explorados já vivenciam a barbárie. O que exige da vanguarda, aqui presente neste Ato político de defesa da Revolução Russa, o empenho militante em construir o Partido Operário Revolucionário. Objetivo que nos leva a redobrar os esforços de construção do Partido Mundial, de reconstrução da Quarta Internacional, de assimilação das experiências da Revolução Russa, de compreensão, de assimilação do programa, de desenvolvimento e aplicação programática aos novos fenômenos da luta de classes. Por tudo isso, estamos aqui celebrando os 107 anos da Revolução Russa, uma celebração que tem o objetivo prático de nos fortalecer realizando a tarefa de ampliar a nossa inserção na classe operária e de organizar a juventude oprimida sob a bandeira da revolução proletária.

Viva o programa da revolução proletária!

*Republicamos abaixo parte do Jornal Massas Especial, de outubro de 1991. A sua importância está em que evidencia a disciplina com que o POR assimila os ensinamentos da Revolução de Outubro e a luta da Oposição de Esquerda contra a restauração capitalista.*

## **Defender as bases da Revolução Russa**

A fase Gorbachov, na história da União Soviética, representa a evolução final do estalinismo. A transformação operada por Stalin no partido bolchevique o liquidou como partido da vanguarda proletária mundial. Durante anos, principalmente depois de 1927, o partido da revolução foi sendo descaracterizado em sua função de desenvolver o internacionalismo proletário e fortalecer na Rússia o controle operário sobre a produção. A ditadura estalinista acabou com a democracia direta das massas, exercida nos primeiros anos da Revolução através dos soviets e do partido centralista democrático.

O regime de terror de Stalin, que assassinou milhares de opositores de esquerda, entre eles os maiores líderes da Revolução de

Outubro, como Trotsky, Kamenev, Bukarin etc., ampliou em grande escala a burocratização do Estado, destruindo os fundamentos históricos da ditadura proletária, que materializa a hegemonia das massas sobre o Estado. Em lugar da classe operária, em aliança com camponeses pobres, responder ao comando do Estado, uma casta de funcionários privilegiados do partido burocratizado a substitui, exercendo o poder como burocracia com interesses distintos das massas, que continuaram famintas.

Trotsky, em "A Revolução Traída" (1986), analisa a grande diferenciação social ocorrida entre a burocracia do Estado e as amplas massas. Assinala a existência de tendência à acumulação capitalista impulsionada pelos privilégios de casta e pela diferen-

ciação social; indica que “os círculos dirigentes mesmos são o principal foco da acumulação privada lícita e ilícita”. Considerando a questão do Estado diz: “A propriedade do Estado não chega a ser “Povo inteiro” senão na medida em que desaparecem os privilégios e diferenças sociais, quando o Estado perde a sua razão de ser. Em outras palavras: a propriedade do Estado se torna socialista à medida que vai deixando de ser propriedade do Estado”.

O que verificamos é que a casta estalinista separou o Estado e a economia das massas, que continuaram escravas do parasitismo. A propriedade estatal passou a sofrer o limite da burocratização do Estado. Os fundamentos da revolução proletária têm a propriedade estatal como a base para desenvolvimento da propriedade coletiva (social) dos meios de produção. E isto é incompatível com a crescente diferenciação social e permanente da opressão econômica, política e cultural etc. “A distância entre o trabalho manual e intelectual cresceu em vez de diminuir nos últimos anos, apesar da formação de quadros de cientistas vindo do povo” – eis a constatação de Trotsky.

O dirigente do exército vermelho conclui: duas tendências opostas crescem no seio do regime. Uma ao desenvolver as forças produtivas, ao contrário do capitalismo estratificado cria os fundamentos econômicos do socialismo; a outra, extremando as normas burguesas da repartição, em sua complacência perante os dirigentes, prepara a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade de repartição não pode crescer indefinidamente”.

Atualmente, depois de 55 anos da previsão de Trotsky, o programa de restauração capitalista ganhou amplitude com a Perestroika. Todo período de Stalin serviu de preparação para acirrar a contradição entre os métodos contrarrevolucionários da burocracia e a propriedade estatal centralizada. A União soviética foi conduzida a uma bancarrota e submetida, presentemente, à mo-

numental crise mundial capitalista, que, por toda a parte, destrói forças produtivas e intensifica a opressão nacional e social.

A Revolução Russa arrancou o Estado e a economia das mãos dos capitalistas e latifundiários-feudais e abriu a possibilidade de desenvolver a propriedade coletiva dos meios de produção, única forma de emancipar o homem do sistema de exploração de uns pelos outros (a minoria contra a maioria escravizada). A burocracia reacionária e parasitária, no sentido inverso, coloca o Estado burocratizado a serviço da restauração da economia de mercado, o que quer dizer colocar os meios de produção estatizados as mãos de capitalistas e tornar a maioria trabalhadora em assalariada do capital. Este é o conteúdo essencial da Perestroika.

A ditadura estalinista coloca-se a serviço da tarefa de transformar o Estado operário degenerado em Estado capitalista, ou seja, o retorno à ditadura de classe burguesa. Não há na história da humanidade um retrocesso mais reacionário que este, principalmente nas condições em que avança a putrefação capitalista e a sua barbárie sacrifica milhões de trabalhadores do mundo inteiro.

Aos revolucionários cabe se trincheirar em torno às conquistas revolucionárias do proletariado russo de Outubro de 1917, defendendo a economia estatizada e a propriedade coletiva dos meios de produção. Isto significa defender a reconstrução do poder através da revolução política e a estruturação da ditadura proletária, sobre bases soviéticas (conselhos operários e camponeses). Coloca-se com mais premência a necessidade de organizar o Partido da Revolução Mundial, ou seja, a IV internacional, sem a qual não será possível dirigir as forças proletárias internacionais contra burocracia pró-imperialista e contra o capitalismo decadente.

VIVA A REVOLUÇÃO RUSSA DE OUTUBRO!

ABAIXO A PERESTROIKA!

MORTE AO CAPITALISMO BÁRBARO!

## A degeneração do Estado Operário

Lênin, já antes da Revolução de Outubro, apontava que essa só teria sucesso e se manteria viva com o apoio do proletariado mundial, o que implicavam a vitória das revoluções nos outros países do planeta, em especial na Europa. Chegou a afirmar que, para o destino socialismo, era mais importante a realização da revolução alemã, mesmo que se colocasse a derrota da revolução russa. Isso porque a Alemanha, naquele momento, era um país com elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e por isso teria muito mais condição de resistir ao cerco do capitalismo mundial do que a Rússia atrasada.

O socialismo, sendo um sistema superior ao capitalismo, necessariamente só pode se implantar a nível mundial. Isso porque o capitalismo, na sua fase imperialista, constitui uma economia mundial, que predomina sobre as economias nacionais.

O isolamento da Revolução Russa, com a derrota da revolução alemã e o fortalecimento da reação nos outros países, favoreceu as tendências que encarnavam as pressões da burguesia internacional (imperialismo) e russa. Para o Estado Operário, não havia mais que duas alternativas: ou se apoiava no proletariado mundial e desenvolvia a revolução proletária nos outros países, no rumo da revolução mundial socialista, ou cedia às expressões do imperialismo e caminhava para a destruição das conquistas de Outubro, conforme previam Lênin e Trotsky. A burocracia estalinista encarnou e materializou em sua política a segunda alternativa. Daí viriam a estratégia de construir o socialismo em um só país, a conciliação de classe com imperialismo, através da convivência pacífica, a destruição dos soviets e da própria III internacional.

Contribuíram para a ascensão da burocracia vários fatores: a eliminação física da vanguarda proletária na guerra civil e na luta contra as invasões contrarrevolucionárias de 14 países vizinhos, a ascensão de funcionários e pequenos proprietários nas fileiras

do partido, a morte de Lênin e a derrota da oposição, seguida da eliminação física e toda a direção do Partido Bolchevique que dirigiu a revolução. Mas, sem dúvida, o fator fundamental é o fato de a Revolução ter ficado isolada. E a política do estalinismo levou à manutenção do isolamento durante as décadas seguintes. Com a política de conciliação de classe, levou à derrota importantes mobilizações revolucionárias em vários países. A orientação dos aparelhos burocráticos estalinistas (PC's), via de regras, sempre levaram o proletariado a se arrastar por detrás de uma série de variantes burguesas. Essa política foi expressa na tática das frentes populares, que implicaram a submissão aos nacionalistas.

As tendências à burocratização sempre estão presentes, enquanto existirem as classes sociais. Todo partido e Estado Operário não estão isentos dessas tendências. A questão é se existem ou não condições para que se desenvolvam. Na Rússia isolada, criaram-se essas condições, e o partido revolucionário não só foi capaz de barrar as tendências burocráticas. O partido se degenerou e foi liquidado.

O estalinismo levou à destruição dos soviets e da democracia operária. Assim, tirou o controle da economia das mãos das massas. As conquistas da Revolução Russa começaram a ser atacada logo na fase inicial do controle do partido pela camarilha de Stalin. Nascido como revisionista do marxismo-leninismo, passou a negar passo a passo a sua concretização (a Revolução Proletária). Se o regime soviético deu um enorme impulso à economia através da nacionalização dos meios de produção e do início da planificação da economia, a burocracia foi, ao longo e décadas, atacando essas conquistas de Outubro até chegar à Perestroika, que liquida com essas pilares e mostra a verdadeira face contrarrevolucionária da burocracia.



## Estalinismo e Trotskismo

O estalinismo é a negação do marxismo. O marxismo é, por definição, internacionalista. O estalinismo defende a teoria do socialismo num só país. O conteúdo dessa política é a conciliação de classes com imperialismo através da chamada convivência pacífica. Ignora que a economia assumiu um caráter mundial e por isso inviabiliza a construção de um novo sistema econômico isolado em um só país.

O marxismo conclui que a luta de classes levará necessariamente a ditadura do proletariado, ou seja, que seja necessário que o proletário tome o poder e lute incansavelmente para eliminar as classes, o que pressupõe a opressão sobre a burguesia que tentará sempre restabelecer o seu poder e reconstruir seu Estado. A ditadura do proletariado só pode constituir-se sobre a base da democracia operária. Já o estalinismo eliminou a democracia operária e a ditadura proletária, implantando uma ditadura burocrática, que exclui as massas em favor de uma casta parasitária.

O marxismo caracterizou há tempos a burguesia cumpre atualmente um papel contrarrevolucionário, reacionário. Estabelece que a revolução proletária terá um caráter permanente. Quer dizer que, mesmo nos países atrasados, a burguesia não será capaz de realizar as tarefas que as burguesias imperialistas realizaram até o século passado. De forma que será o proletariado que cumprirá justamente as tarefas democráticas e socialistas. O estalinismo defende o etapismo, que quer dizer que deveria haver nos países atrasados um período de desenvolvimento capitalista dirigido pelas burguesias nacionais, até que amadurecessem as condições

para o socialismo. Portanto, apoia e se arrasta por trás desses setores burgueses, na esperança de que eles comprem um papel que já se mostraram e historicamente incapaz de cumprir.

O marxismo é avesso a qualquer tipo de opressão nacional. O estalinismo manteve e mantém uma série de nações, submetidas ao seu controle, oprimidas pelo parasitismo burocrático.

O marxismo chegou à conclusão estratégica da necessidade da ditadura do proletariado, materializada pela Revolução de Outubro na forma do governo operário camponês. O estalinismo aplica nos países atrasados a orientação estratégica de um governo de unidade nacional (policlassista, burgueses).

Como vemos, o estalinismo, que hoje se desintegra, é a negação do marxismo. Na verdade, a sua falência é a prova do acerto das colocações marxistas, que aprontavam e previam os rumos do Estado operário se permanecesse isolado.

Lênin, durante os últimos anos de sua vida, e Trotsky, até ser assassinado em 1940, a mando de Stalin, levantaram-se contra a política estalinista, em defesa do marxismo. Apontaram o caráter contrarrevolucionário da linha de Stalin e previram o destino do estalinismo. Por isso, o trotskismo não é nenhuma invenção de seus seguidores, mas a defesa do marxismo na época da degeneração estalinista. O trotskismo é, por isso, necessariamente, internacionalista, defensor da estratégia da ditadura proletária, da revolução permanente, da democracia operária, contrário à opressão nacional e avesso à ditadura burocrática. O trotskismo é o marxismo-leninismo de nosso tempo.

Bolívia

## A queda do “Movimento ao Socialismo” e o futuro da burocracia sindical

Os trabalhadores do país observam com muita atenção o que está acontecendo na luta interna do MAS. Sabem muito bem que esse partido é o principal apoio da atual burocracia sindical (Huarachi da COB, Quispe da FSTMB e Segundo da CSTFB) e que o destino deste movimento político mudará a hegemonia e a ditadura que estes mantêm sobre as bases nos diferentes sindicatos e direções departamentais e nacionais. É um fato que os últimos acontecimentos desta guerra à morte entre as frações do MAS, que são expressão de sua agonia mortal como fenômeno político, também se refletirão na vida interna das principais organizações operárias do país.

Podemos tomar 2008 como o início desse período nefasto de estatização da COB e de outras organizações da classe média. Esse ano foi assinado um acordo entre Pedro Montes e Evo Morales chamado “Pela defesa da democracia e da unidade da Bolívia”, mediante o qual este burocrata entregou, em bandeja de prata, a principal e histórica organização matriz dos trabalhadores ao governo do MAS. A partir de então, percorremos uma história de vergonha e servilismo dos líderes degenerados até chegar a Juan Carlos Huarachi, que é a expressão mais grotesca de servilismo incondicional ao poder governamental burgueses do sindicalismo boliviano. Anos em que os interesses dos trabalhadores foram relegados aos interesses políticos conjunturais dos donos do palácio do governo.

Agora, essa ordem burocrática treme desde seus alicerces e seu colapso já se enxerga para o futuro imediato. O importante, nesse processo de transformações, é detectar as correntes internas rebeldes que surgem dentro dos setores filiados à COB. Embora, por enquanto sejam minoria, tendem a se tornar predominantes

no futuro. Estamos nos referindo às vozes que se amplificam dia a dia, reivindicando a Independência Político-Sindical das organizações sindicais. Os mineiros de Colquiri, a Central Operária Departamental de Chuquisaca, professores urbanos de La Paz, professores rurais de La Paz, camponeses de La Paz (FDUTCLP-TK) e muitos operários de base, em diferentes sindicatos e regionais do país, compartilham a necessidade de que os sindicatos tenham plena soberania diante do poder estatal e governamental burgueses e diante dos partidos políticos da classe dominante.

Mas corre-se o risco de que, com a remoção da camarilha burocrática, os líderes recém-eleitos se vendam ao governo que surgirá nas eleições presidenciais de 2025. A existência de uma crosta da classe que é burocratizada é uma doença no movimento operário. Sempre houve oportunistas e traidores uma vez que alcançam funções dirigentes. Para evitar que isso aconteça, não só é necessário que os novos dirigentes eleitos estejam sob estrito controle das bases, mas também é essencial entender que a independência diante do governo burgueses só é possível quando os trabalhadores pensam com suas próprias cabeças, com sua própria ideologia, e não com a mentalidade burguesa do empresário, ou seja, organizam-se em seu Partido que expressa os interesses gerais do proletariado.

O partido político revolucionário inserido na classe a transforma radicalmente, torna-a consciente. Isso significa que os trabalhadores adquirem plena consciência da existência da luta de classes na sociedade, que nada mais é do que a luta de interesses econômicos opostos e antagônicos com os donos do capital e do Estado burgueses. Condições de exploração da força de trabalho que determinam a necessidade de ter organizações de defesa da classe que são os sindicatos. Mas também ter em mente em todos os momentos de sua luta que têm um objetivo político histórico do

seu próprio governo e de sociedade, que é a socialista. Só assim, com quadros operários politicamente treinados na função de dirigentes, será uma realidade e será garantido que os sindicatos e as organizações matrizes exerçam plenamente, e sem trair, a independência sindical.

Uma vez que os explorados tenham superado politicamente o MAS, abre-se a possibilidade da classe operária recuperar a inde-

pendência sindical de suas organizações e, portanto, avançar em seu propósito de retornar à prática do Sindicalismo Revolucionário. Ou seja, fundir-se novamente com sua ideologia revolucionária de classe.

*(Extraído do Jornal Massas, 2813, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

## Bolívia

# A crise econômica empurra a população de volta às ruas

A cidade de Sucre foi mais uma vez palco de mobilizações de diferentes setores contra o aumento do custo de vida.

O primeiro setor a se mobilizar foi o dos professores urbanos, que convocaram uma marcha de panelas vazias em defesa da cesta familiar, sob uma plataforma de luta que exige a recuperação dos recursos naturais das mãos das empresas transnacionais e a estatização dos bancos e da agroindústria, expressando também seu repúdio à luta interna do MAS, que com os bloqueios agrava a crise e dá ao governo argumentos para justificar sua incapacidade; a mobilização também repudiou a velha direita oportunista que quer pescar em águas turbulentas e tirar vantagem política para voltar ao poder. Esta mobilização, pelo seu conteúdo, gerou muita simpatia na população e conseguiu arrastar o Sindicato dos Trabalhadores Municipais à marcha.

Outro setor que se mobilizou foi o dos transportistas que, com uma marcha importante, exigiram que o governo encontrasse uma solução para a falta de diesel e que os bloqueios dos grupos evistas fossem suspensos. Nas últimas horas, os transportistas também realizaram bloqueios nas bombas para pressionar as autoridades a garantirem o fornecimento de combustível para poder trabalhar e levar alimentos para suas famílias.

O Comitê Cívico também chamou uma mobilização que não foi convocada, porque o Comitê Cívico de Defesa dos Interesses de Chuquisaca foi de um lugar a outro, deixando-se arrastar pelos políticos da velha direita que o levaram a perder a credibilidade e o papel de força unificadora que tinha nas administrações anteriores; a gota d'água foi que na última Assembleia das Instituições, sem o quórum correspondente, foi eleito um Comitê de

Mobilização sob a direção de consagrados opositores da direita, alguns dos quais se identificam com as ideias ultradireitistas de Milei e são inimigos declarados das reivindicações dos trabalhadores. Por isso, diferentes organizações e o COD expressaram seu repúdio a essa liderança e se marginalizaram da mobilização da CODEINCA.

Por último, a direção da FEDJUVE, cujos principais dirigentes são controlados pelo arcismo, convocou uma marcha pressionada pelas bases que sofrem de fome devido ao aumento dos produtos da cesta básica, mas esses mesmas dirigentes encontraram formas de suspender a convocação, certamente a pedido do governo que não quer conflitos que exponham sua incapacidade de atender às necessidades da população.

Esse cenário mostra que os setores impulsionados pela crise são empurrados para as ruas em busca de uma resposta para a terrível situação econômica e de uma direção capaz de guiá-los na luta. Nesse processo, é muito importante a presença da direção trotskista à frente do magistério, mostrando o caminho da unidade, sob uma plataforma de luta e levantando bem alto as bandeiras da independência política e sindical contra os políticos evistas, arcistas e da velha direita. A situação política e econômica gerou um terreno fértil para o fortalecimento da tendência revolucionária que terá que redobrar seus esforços para ampliar sua linha e sua influência na COD e no departamento, pois, somente uma direção independente poderá dirigir consequentemente as futuras mobilizações.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 2.813, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

## Argentina

# Em 30 de outubro, vigorosa greve geral dos sindicatos que compõem a Mesa Nacional do Transportes

Em nível nacional, não houve aviões voando, trens, metrô, serviços nos portos, navios zarpando, os taxistas não trabalharam e nem caminhões. O sindicato da Receita Federal parou, assim como os professores e a Associação dos Trabalhadores do Estado, que estavam realizando uma greve de 36 horas, entraram em greve. Os coletivos interurbanos da Associação Operária da Indústria do Transporte de Córdoba também paralisaram. Numerosos sindicatos expressaram solidariedade com a medida. Setores universitários em luta se uniram. Houve atividades em todo o país por setores que se juntaram ao protesto com atos, mobilizações, pannelaço popular etc.

O cenário geral mostra dois meses de intensas lutas com mais uma extraordinária mobilização nacional em defesa da Universidade e a luta obstinada dos aposentados contra o veto presidencial a um pequeno reajuste dos seus vencimentos, com

forte repressão policial repudiada pela população.

O governo acreditava que os problemas gerados pela greve para os trabalhadores que tinham de chegar ao trabalho provocaria descontentamento contra os sindicalistas e os trabalhadores que estavam parando, no entanto, a agitação se virou contra o governo, pois a população o vê como responsável por todos os problemas que estão se agravando.

Não se transformou em uma greve geral devido ao boicote anunciado pela direção da União de Tranviários Automotor, comprometida com o governo, e que anunciou uma greve para o dia seguinte, mas, suspendeu a medida porque assinou um acordo sindical. Não houve greve geral porque um setor da direção da CGT pactuou com o governo em não se juntar às lutas e não convocar a greve geral. A desculpa deles é que, por meio

do diálogo, conseguiriam fazer com que o governo recuasse em muitos de seus ataques, falsificando a realidade, uma vez que o governo e o Congresso recuaram devido à força das greves e mobilizações gerais.

Moyano diz que é “o início de um plano de luta”, Maturano falou em “resistência” a Milei e Biró convocou a unidade e pediu a organização de um polo de oposição.

Os organizadores garantem que vão levar a proposta ao coração do conselho diretivo da CGT para que o próximo passo seja uma futura greve geral da CGT. Maturano, de La Fraternidad (condutores de trens) disse: “Esta foi uma rejeição retumbante das políticas de austeridade do governo e seu ataque às organizações sindicais”.

É necessário fazer um balanço da primeira etapa das lutas gerais que, de alguma forma, seguiram a agenda legislativa, pressionando-a a modificar este ou aquele aspecto da Lei ou a rejeitá-la. O governo conseguiu, comprando votos, com o apoio de outros blocos e com medidas autoritárias, aprovar a Lei Omnibus, impedir a anulação do Mega Decreto de dezembro, vetar a Lei de Aposentadorias e a Lei de Financiamento Universitário. Ficou demonstrado que o Congresso não pode impedir o ataque lançado pelo Governo, é completamente inútil. E que somente a ação direta das massas pode derrotar as políticas do governo. As greves demonstram a extraordinária força do movimento operário agindo unitariamente.

É uma resposta política ao saque e à entrega que a burguesia está realizando, tentando esvaziar Aerolineas Argentinas para vendê-la, abrir os céus às companhias aéreas estrangeiras de baixo custo, privatizar trens, o controle sobre as vias fluviais e os portos, desregular a tarifa internacional de transporte rodoviário etc. Os trabalhadores se colocam à frente da defesa da soberania nacional contra a arrogância imperialista.

O problema é político: Moyano denuncia que “quem acabou cagando foram os deputados peronistas que votaram para que os trabalhadores paguem os lucros, que cagaram 12.000 pesos dos aposentados, que cagaram o aumento do orçamento da universidade. A classe política foi quem traiu os trabalhadores”. Porém, Moyano, duas semanas antes, dividiu a tribuna do evento de 17 de outubro com os “dialoguistas” Daer e Acuña para apoiar o governador Kicillof em sua campanha eleitoral antecipada. Isso

mostra os limites de sua luta e seu embate com os dialoguistas, todos compartilham a mesma perspectiva política, enfrentar Milei nas eleições e tentar conquistar o maior número de legisladores no próximo ano e disputar a Presidência em 2027.

É por isso que a luta pela independência política dos trabalhadores em relação aos partidos patronais, às instituições e aos governos é vital. Nada há que esperar das eleições e do Congresso. Em 41 anos de democracia formal, os ataques direitos e conquistas dos trabalhadores avançaram mais do que nunca, a subjugação e rendição do País avançaram, a pobreza e a precarização do trabalho avançaram. Grande parte desse período foi governado pelo peronismo.

A classe operária, os trabalhadores, precisam independizar-se politicamente para dirigir os oprimidos da cidade e do campo na luta por seu próprio poder político. É necessário e urgente continuar exigindo que a CGT convoque uma greve geral ativa, desde as bases, desde as assembleias, plenárias, reuniões de trabalhadores. Romper todo diálogo com um governo inimigo dos trabalhadores e da nação, em guerra com nossos direitos. Devemos derrotar o plano do governo Milei e das grandes corporações o mais rápido possível, o dano que está causando é extraordinário.

E debater qual é a lista de demandas que unifica os trabalhadores, começando pelo salário e aposentadoria que alcancem ao menos o que custa a cesta básica, acabar com todas as formas de precarização do trabalho, desconhecer o programa do FMI e desconhecer a dívida externa e interna, esse parasitismo financeiro colossal; um plano de obras públicas sob controle dos trabalhadores para resolver os problemas mais urgentes da população; recuperar os mares, rios, lagos, portos, petróleo, gás, energia, para que os recursos vitais da economia estejam nas mãos do Estado, sob o controle coletivo de seus trabalhadores, para estatizar o sistema bancário e o comércio exterior.

Estas reivindicações não podem ser atendidas por nenhum governo burguês. A burguesia abandonou faz décadas, até mesmo formalmente, a defesa das bandeiras nacionais e democráticas. Esse programa deve ser realizado pela classe operária no poder apoiada pela maioria oprimida.

*(Extraído do Jornal Massas, 468, órgão do Partido Operário da Argentina)*

## **Alemanha: retomada da luta de classes**

No início deste ano, a burguesia da Alemanha se enfrentou com grandiosas greves que atingiram os setores de transportes aéreos e terrestres. Os sindicatos dos trabalhadores, controlados pela burocracia sindical reformista, impediram que as greves se expandissem e se unissem aos demais trabalhadores, em especial com a classe operária, que foi a mais bem organizada da Europa. No entanto duramente golpeada pelos dirigentes estalinistas e pelos reformistas, aliados aos grandes imperialistas, que, confrontados à crise mundial, descarregam o seu peso sobre o proletariado atacando suas históricas conquistas.

O grandioso movimento foi estancando, sem que tivesse sido resolvido pela burguesia qualquer dos problemas candentes dos explorados. Assim os problemas foram adiados, agudizando os futuros e inevitáveis conflitos da luta de classes. Em setembro voltou ao ascenso, em quadro mais grave na economia do país, que se vê mergulhada no caldo podre da guerra na Ucrânia, pois os embargos e medidas realizados pela OTAN, sob a batuta dos EUA, agravaram o desemprego e aumentaram a inflação. A burguesia alemã, em particular a ligada ao setor automobilístico, tem sido golpeada pela escassez do gás usado na indústria e ao mesmo tempo ficando sujeita à pressão das empresas chinesas, começa a discutir a necessidade de investir na indústria de guerra, na batalha por abocanhar uma maior fatia do lucro obtido através da barbárie.

Em outubro, quatro milhões de operários entraram em greve. A burocracia sindical manobrou uma vez mais impondo uma greve de advertência de um dia e bloqueou o caminho da greve geral. A Volkswagen anunciou o fechamento de três fábricas, demissões em massa e cortes nos salários. O governo, socorrido pela burocracia sindical, negociou com a patronal que pagassem apenas 1,4% diante dos 7% exigidos pelos operários. Quando fechávamos a redação desta nota, as greves já haviam sido desmanteladas, provocando profundo descontentamento nas bases do chão de fábrica. As centrais sindicais no Brasil fizeram um silêncio sepulcral, nem mesmo proferiram ocas palavras de solidariedade aos operários alemães.

A melhor maneira dos operários no Brasil expressarem sua solidariedade de classes só pode ocorrer se forem organizadas verdadeiras comissões de fábricas, oposições sindicais que combatam a burocracia e se coloquem na via da revolução proletária, com seus métodos de luta, independência política e construção do Partido Operário Revolucionário.

Brasil, Alemanha: unidade operária pelo socialismo! Fim das guerras na Ucrânia! Abaixo a OTAN! Derrotar a aliança imperialista dirigida pelos Estados Unidos com o programa, os métodos e a organização revolucionária do proletariado!

Argentina

## Uma primeira aproximação ao 3º Encontro León Trotsky

No âmbito do 3º Encontro León Trotsky, realizado no final de outubro, aconteceu uma série de polêmicas que merecem atenção. Dificilmente poderíamos especificar o que os organizadores do referido Encontro estão propondo no momento de realizar um evento com essas características: será que é a tentativa de uma nova internacional? Simplesmente um debate político? Dar os primeiros passos na “unificação dos trotskistas”? Seja o que for, não foram capazes de avançar em nenhum sentido.

O Encontro teve um caráter confusionista que continuaremos analisando em futuros artigos e sobre o qual já tratamos por ocasião do 2º Encontro. No entanto, podemos elaborar uma primeira aproximação em torno à posição de alguns dos seus palestrantes sobre a história de nosso Partido, curiosamente a experiência mais importante de um partido trotskista. Desconhecer, deformar e tergiversar essa história constitui, sem dúvida, um precedente perigoso para aqueles que buscam se estruturar como organizações revolucionárias.

Dessa forma, a revolução boliviana de 1952 e a Assembleia Popular de 1971 estiveram presentes nos debates sobre o trotskismo na América Latina. Infelizmente, na mesa destinada ao primeiro desses processos, o palestrante não compareceu, mas o segundo sim. A apresentação do militante da Política Operária – Joaquín Antúnez – pretendeu estudar os “debates e intervenções, não apenas trotskistas” da Assembleia Popular, mas precisamente o que é interessante aqui é como os revolucionários agem e que tipo de questionamentos ou demandas devem ser feitas sobre esse processo. O palestrante praticamente não menciona a atividade do Partido Operário Revolucionário (POR), ao qual ele se referiu apenas incidentalmente junto com Guillermo Lora.

O “historiador” Antúnez começou sua apresentação aderindo às formulações de uma outra palestrante (da que falaremos a seguir), reduzindo abstratamente o problema da Revolução de 1952 a uma frase muito vulgar: houve uma adaptação dos “partidos de esquerda, operários e populares ao governo do Movimento Nacionalista Revolucionário”, sem especificar quais correntes e qual foi o percurso destes. Dessa forma, o “historiador” é mais um que atribui essa adaptação ao POR de Guillermo Lora, como o fazem as tendas políticas centristas.

Sua intervenção no painel foi caracterizada pelo culto à espontaneidade, fingindo que as massas ou a classe operária, intervindo isoladamente do seu partido e sua vanguarda, por meio de sua própria atividade, seria suficiente para se elevarem em sua compreensão e saltos políticos, em sua consciência. É curiosa a sua referência à Tese de Pulacayo, pois segundo as palavras do “historiador”, tinha um “pequeno defeito” por ser uma “transposição quase mecânica do Programa de Transição”. Ou o “historiador” não entendeu a Tese de Pulacayo, ou não as leu... duas situações de

igual gravidade para quem se orgulha de poder falar sobre a história do movimento operário boliviano e esclarecer o que aconteceu lá.

Ele prossegue apontando que as modificações e “correções” da Tese de Pulacayo (por exemplo, a Tese de Colquiri ou a Tese Política da COB), seriam realizadas instintivamente pelas massas, alheias a qualquer tipo de intervenção do Partido Revolucionário. Assim, a história correria magicamente e chegaria à Assembleia Popular por geração espontânea, que era o objetivo principal de sua palestra. O palestrante teve o cuidado de apontar que a Assembleia Popular se desenvolveu com características soviéticas e com um programa claramente quarta-internacionalista, mas não explica o porquê, não analisa como, ou seja, renuncia a colocar o papel do trotskismo nos acontecimentos bolivianos. Isso é admitido no final quando ele aponta que é interessante saber “qual foi o papel dos trabalhadores” em geral, ou seja, ele desfoca o problema para alguém que, além de ser um “historiador”, se proclama “trotskista”.

Querendo ou não, o palestrante apoiou e reproduziu a tese morenista da não-necessidade do Partido de tipo bolchevique no processo revolucionário e, de certa forma, nas excepcionalidades históricas da situação boliviana. Isso nos leva diretamente de volta a uma apresentação que a precedeu, feita por Mercedes de Mendieta, da Esquerda Socialista, que, apesar de seu tema ser “Trotsky e os eixos do programa dos revolucionários”, se deteve especialmente no processo boliviano.

Herdeiros de Moreno “carregam o fardo e não o sentem”

A Esquerda Socialista é quem defende com mais firmeza a linha histórica de Nahuel Moreno, mas lembre-se de que isso não é um ponto positivo, nem se traduz em uma linha política coerente... muito pelo contrário. A apresentação da ex-deputada de Buenos Aires, Mercedes de Mendieta, delineou um esquema para expor suas posições em que o trotskismo se cindiria em dois desvios: o revisionismo oportunista e o sectarismo autoproclamado, contra o qual Nahuel Moreno teria se encarregado de lutar. Isso por serem obstáculos para a unidade dos revolucionários e para superar a crise de direção.

No primeiro grupo, ele coloca Ernest Mandel e Michel Pablo, que renunciaram à construção de partidos trotskistas e apoiaram diferentes governos de conciliação de classes.

**LANÇAMENTO!**

**INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO**

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



No segundo grupo, ele coloca Guillermo Lora junto com Lambert e Healy. A menção da ex-parlamentar morenista a Lambert e Healy é retórica. Sua crítica se centra no revolucionário boliviano, retomando as velhas estupidezes de Nahuel Moreno. Surpreendentemente, a ex-deputada afirma que esses “autoproclamados sectários”, circunscritos aos anos 50 e 60, negaram a Revolução Cubana e o Estado operário cubano. E termina sua carga de calúnias infundadas sustentando que esse segundo grupo renunciaria à construção internacional, concentrando sua atividade no que ele chama de “nacional-trotskismo”.

De Mendieta nos explica que um Moreno, muito jovem, teve de lutar contra Mandel e Pablo para dar outra orientação à revolução boliviana de 1952, sem mencionar qual era a posição do POR – a única seção trotskista lá. Continua dizendo que eles lutaram contra o guerrilheirismo e o castrismo; em seguida, reivindica a estruturação do PST no contexto do retorno de Perón; para concluir rejeitando as calúnias e falsificações sobre a história do morenismo e o apoio de “outras correntes” a “governos progressistas”. Por onde começar a responder a tanta asneira?

Há uma brincadeira inocente de crianças que costumam cantar “O burro de São Vicente carrega a carga e não a sente”. Aquele que carrega esse “fardo” geralmente pensa que não o tem e continua como se nada estivesse acontecendo. Exatamente isso acontece com esses morenistas, na figura da palestrante, pois cada coisa que critica, Nahuel Moreno o fez de forma muito mais trágica. O morenismo renunciou desde cedo à estruturação de partidos de tipo bolchevique, sem ir mais longe, lembremos um dos muitos exemplos em que se dissolveu no velho Partido Socialista da Revolução Nacional. Essa foi a forma do seu entrismo no peronismo durante as décadas de 1950 e 1960, “sob a disciplina do general Perón”, como eles mesmos colocaram em seu jornal “Palabra Obrera”.

Continuando com seu raciocínio, a crítica à negação dos processos revolucionários, fundamentalmente o cubano, é risível. Enquanto Nahuel Moreno comparava a Revolução Cubana com a “Revolução Libertadora” de 1955, assimilando

do a figura de Batista com a de Perón, e a de Fidel Castro com a de Aramburu, o “autoproclamado sectário” Guillermo Lora especificou o caráter da revolução em seu conhecido texto “Lição Cubana” e o caráter operário do novo Estado. Os “sectários” – sempre segundo os difamadores – ao contrário de Nahuel Moreno, teriam renunciado à construção da Internacional. Pelo contrário, o que nós, “sectários”, renunciamos é a unidade sem princípios, a soma dos partidos pelo seu próprio número sem esclarecer a política, como Moreno fez ao longo de sua história: conformou internacionais tanto com os “revisionistas oportunistas” quanto com os “autoproclamados sectários”, com exceção de Guillermo Lora, que sempre recusou essas besteiras de unidade sem programa. Nahuel Moreno reorientou sua atividade nos anos 60 em uma clara virada foquista, formando o PRT com Mario Roberto Santucho para terminar em um democratismo rasteiro nos anos 1970 com o PST, que resultou após a unidade com o PSA de Coral que reivindicava o “socialismo” de Juan B. Justo de finais do século XIX.

E para terminar este passeio rápido e superficial, vamos parar nesta acusação de Mercedes de Mendieta sobre o apoio a governos progressistas. É preciso verificar nossa sanidade quando ouvimos essas palavras saindo da boca de um militante da Esquerda Socialista que há menos de 1 ano chamou a votar em Massa, mas mais atrás em Boric, em Castillo, em Evo, em Lula, em Haddad, etc., etc., etc.

Não estávamos errados em nossa declaração inaugural ao lançar não apenas uma caracterização, mas uma descrição das contorções políticas dessas organizações. Isso não significa que renunciemos a conquistar seus valiosos, sinceros e abnegados militantes para as ideias revolucionárias. Mas, para isso, é essencial fazer um balanço cuidadoso dos inúmeros erros e obstáculos que suas organizações de origem ergueram para dificultar a construção do Partido Operário Revolucionário. E, ao mesmo tempo, assimilar criticamente a história do trotskismo internacional e, fundamentalmente, de sua seção boliviana ao longo de sua riquíssima história.

(Extraído do Jornal Massas, 468, órgão do Partido Operário da Argentina)

**R\$5**

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito à autodeterminação das nações**

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

**POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

**R\$5**

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**O socialismo e a guerra**

Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

**POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**





Trotsky

## 32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934”.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS”

(26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há no entanto considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938.

No tomo IX, 1937-1938, vol. 2, Trotsky não dedica nenhum documento voltado especificamente para a questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. Seleccionamos algumas passagens em que a questão é tratada.

Trotsky, no tomo X, vol. 1, 1938-1939, igualmente, não trata diretamente da questão da burocratização e do processo de restauração capitalista.

Trotsky, no Tomo X, vol. 2, 1938-1939, também não trata diretamente do problema da burocratização e da restauração. Destaca, no entanto, “A Questão Ucrâniana”. Boa parte dos artigos se volta para a oscilação da política de Stalin diante da guerra que se aproxima. Em meio a essa questão comparecem alguns aspectos sobre a natureza do regime soviético e o fenômeno da burocratização.

## “Capitulação de Stalin”

Esse artigo foi escrito em 11 de março de 1939. Analisa criticamente alguns aspectos do XVIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado entre 10 e 21 de março de 1939. Até-se, como se pode ver, à primeira seção do Congresso. Stalin em seu discurso deixa uma fresta indicando a disposição de ter alguma aproximação com a Alemanha, apesar de criticar a agressão nazista e propor “uma aliança das democracias”. A disposição de estender uma mão a Hitler trouxe a questão do caráter do regime da URSS. Trotsky refere-se que naquela circunstância estava na “moda atualmente nos superficiais círculos radicais colocar no mesmo saco os regimes da Alemanha e da URSS”. Era preciso, portanto, ter claro as diferenças, para combater tanto o imperialismo fascista quanto o democrático. Havia de esclarecer as semelhanças dos “métodos políticos de Stalin” com os de Hitler.

O resultado de sua aplicação se mostrava distinto – favorável à Alemanha e negativo à URSS. Eis a distinção: “Na Alemanha, apesar de todas as ‘regulações’ estatais, existe um regime de propriedade privada dos meios de produção. Na União Soviética, a indústria está nacionalizada e a agricultura coletivizada. Conhecemos todas as deformações sociais que produziu a burocracia na terra da Revolução

de Outubro. Mas, continua vigente a economia planificada sobre a base da propriedade estatal e a coletivização dos meios de produção. Essa economia estatizada tem suas próprias leis que se ajustam cada vez menos ao despotismo, à ignorância e ao latrocínio da burocracia estalinista. (...) Em todo o mundo, e em particular na Alemanha, o capitalismo monopolista se encontra em uma crise sem saída. O próprio fascismo é uma expressão dessa crise. Mas no marco do capitalismo monopolista, o regime de Hitler é o único possível para a Alemanha. O enigma do êxito de Hitler se explica pelo fato de que por meio de seu regime policial expressa mais acabadamente as tendências do imperialismo. Pelo contrário, o regime de Stalin entrou em uma irreconciliável contradição com as tendências da moribunda sociedade burguesa”.

A resposta de Trotsky `aqueles que se exaltavam contra a disposição de Stalin de se aproximar de Hitler para se chegar um acordo, mas que confundiam o regime burocrático com o Estado soviético e o Estado burguês controlado pelo estatismo fascista, fazia parte de uma trajetória da Oposição de Esquerda de luta contra o revisionismo estalinista tendo por base a defesa das conquistas da Revolução de Outubro, que ainda continuavam vigentes.

## “Questão Ucraniana”

Esse documento de 22 de abril de 1939 tem especial importância. Refere-se à situação da Ucrânia diante da iminente guerra mundial. Hitler havia indicado o objetivo de anexar essa parte do território da URSS, colocando em perspectiva “a criação de uma ‘Grã Ucrânia’”. Trotsky evidencia que a questão ucraniana se encontrava relacionada “intimamente com a degeneração da União Soviética e do Comintern, dos êxitos do fascismo e da iminência de uma nova guerra imperialista”. Como se vê, o lugar da degeneração da URSS deveria ser exposto, quando a camarilha estalinista o ocultava. Não era possível ter uma posição marxista-leninista perante a ofensiva do fascismo, sem responder à política da camarilha estalinista. O problema que emergia era precisamente o do direito à separação e à autodeterminação da Ucrânia.

A ditadura estalinista havia demonstrado exaustivamente seu afastamento e contraposição às teses de Lênin sobre a questão nacional. Eis a formulação de Trotsky: “O partido

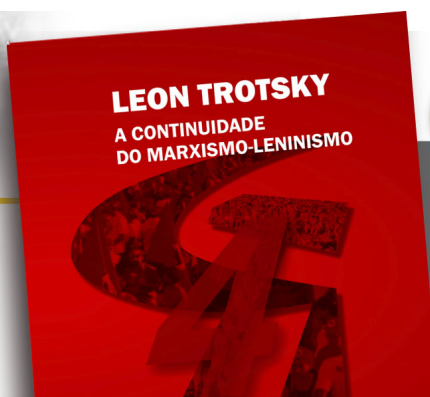
Bolchevique, não sem dificuldade e só gradualmente, sob a constante pressão de Lênin, pôde adquirir um enfoque correto da questão ucraniana. O direito à autodeterminação, isto é, à separação foi estendido igualmente por Lênin tanto para os polacos como para os ucranianos. Ele não reconhecia nações aristocráticas. Toda tentativa de evadir ou adiar o problema de uma nacionalidade oprimida ele considerava expressão do chauvinismo grã-russo. (...) Para a burocracia totalitária, a Ucrânia soviética se transformou em uma divisão administrativa de uma unidade econômica e de uma base militar da URSS”.

Essa relação centralista-burocrática incentivou o nacionalismo reacionário com “uma promessa de independência fictícia”. O que colocava a Ucrânia no sentido da subordinação a “um ou outro imperialismo”. Trotsky conclui: “A isso pode agregar-se agora: se não fosse pela violação da Ucrânia soviética por parte da burocracia estalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia”. Essa

Publicado o livro:

### LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR

consideração prática da opressão burocrática sobre a Ucrânia tem um valor histórico para se entender o ressurgimento de um nacionalismo ucraniano que se mantinha arrefecido e que se manifestava nas condições da guerra imperialista.

É nesse marco que Trotsky afirma que o “povo ucraniano se transformou em moeda de troca para os cálculos internacionais do Kremlin”. Estava colocado, portanto, uma resposta estratégica à questão ucraniana naquelas condições de guerra iminente: “Em minha opinião há, na atualidade, uma só consigna: Por uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”. (...) “O programa de independência da Ucrânia na época imperialista está direta e indissolúvelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar alguma ilusão a esse respeito”.

Evidentemente, esse programa se chocava com a ditadura estalinista. Daí decorria a pergunta: “Mas isso não significaria o enfraquecimento militar da URSS?” Diz Trotsky: “Respondemos que o enfraquecimento da União Soviética se deve às tendências centrífugas em permanente crescimento geradas pela ditadura bonapartista. No caso de guerra, o ódio das massas à camarilha governante pode levar

ao colapso das conquistas de Outubro”. (...) “A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no Oeste, que podem levar em última instância à criação dos Estados Unidos Soviéticos da Europa”. (...) “A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses na luta contra o imperialismo, por um lado, e contra o bonapartismo moscovita, por outro”.

Essa última formulação deixa claro que lutar para vencer a ofensiva imperialista, no caso específico a de Hitler, implicava combater a ditadura estalinista.

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA  
UCRÂNIA**

Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

R\$ 40

**GUERRA  
NA UCRÂNIA**  
POSIÇÃO E RESPOSTA  
DO INTERNACIONALISMO  
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

## “Dez anos”

Ao completar dez anos o “Boletim da Oposição”, Trotsky fez um artigo mostrando a sua importância para a luta contra a estalinização do Estado operário. Stalin e sua camarilha haviam se afirmado no poder. A oposição perdeu terreno e foi derrotada. Não houve uma resistência interna por parte da classe operária. Depois de 10 anos do “Boletim da Oposição” ter sido fundado em 1929, a situação internacional era ainda mais difícil. Pesava a derrota da Revolução Espanhola. As condições desfavoráveis da luta de classes externa à URSS serviam à reação termidoriana. Em outras palavras, a IV Internacional lutava na contracorrente das imposições do imperialismo e das capitulações do estalinismo, como se expressou na Revolução Espanhola. A Oposição de Esquerda pela IV Internacional avaliava que poderia ser o “ponto de partida de toda uma série de revoluções na Europa”. Trotsky lembra: “No pensamento do conselho de redação do Boletim, o destino da URSS estava sempre indissolúvelmente ligado ao do proletariado

mundial. Cada conflito revolucionário abria pelo menos a possibilidade teoria de regenerar o que uma vez havia sido a Internacional Comunista. Mas cada nova etapa do processo punha uma lápide sobre essas expectativas”. Evidentemente, o fortalecimento da ditadura estalinista correspondia à fraqueza do movimento revolucionário.

Nessas condições, Trotsky refere-se a duas acusações: 1) o de ter “demorado em declarar que a Internacional moscovita era um cadáver”; 2) o de não ter “declarado ainda que a URSS não é um Estado operário”.

No primeiro caso, Trotsky responde: “É melhor demorar um enterro do que enterrar um vivo. Sempre que se dá uma disputa entre forças vivas, se pode prever a priori a tendência geral do movimento, mas é extremamente difícil, se não impossível, prognosticar as etapas e sua duração. Somente quando tornou-se evidente que, nas fileiras da Internacional Comunista não se tinha levantado nenhuma

R\$ 15

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



Lições da  
**Comuna de Paris**  
Março / Maio de 1871

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lições da Comuna de Paris**

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

**FOR**  
**Marxismo**  
Teoria e Programa

Nova  
Coleção  
Editorial

onda de indignação por ter abandonado sem luta as mais importantes posições na Alemanha, foi óbvio que não restavam esperanças essa organização se regenerasse. (...) O prognóstico político é somente uma hipótese de trabalho. Há que controlá-la constantemente, precisá-la mais e mais e aproximá-la mais da realidade. No início do Termidor, era totalmente impossível medir a priori a força de resistência interna do Partido Bolchevique. Independentemente da desilusão e da fadiga das massas, essa resistência se evidenciou. Prova disso são os inúmeros 'expurgos', o massacre de gerações inteiras de revolucionários. Mas, em épocas de derrota do proletariado mundial, a reação termidoriana na URSS tornou-se mais forte que a resistência do bolchevismo. Em 1929, quando foi lançado o Boletim, em perspectiva essa variante já era provada, mas, ter eleito de antemão essa variante como a única possibilidade teria significado o abandono de uma posição sem dar batalha, sem dizer, uma traidora capitulação. Somente o completo e evidente estrangulamento do Partido Bolchevique, juntamente com a total substituição do Comintern, tornariam inadequado o programa de reformar o Estado soviético e poriam na ordem do dia a revolução antiburocrática".

No segundo caso, Trotsky refuta: "Nossos críticos não deram, no entanto, sua definição do Estado soviético, a menos que consideremos como tal o termo 'capitalismo de Estado', que aplica, igualmente a URSS, à Alemanha e à Itália. Temos rechaçado, e ainda o fazemos, esse termo, que mesmo que caracterize corretamente certos traços do Estado soviético, ignora no entanto sua diferença fundamental com o Estados capitalistas: a ausência de uma burguesia como classe de possuidores de propriedade, a existência da forma estatal de propriedade dos mais importantes meios de produção e, finalmente, a economia planificada, possibilitada pela Revolução de Outubro. Nem na Alemanha, nem na Itália existem essas características. O proletariado, ao derrubar a oligarquia bonapartista, se apoiará nessa base social".

O balanço dos 10 anos do "Boletim da Oposição" tem enorme importância não apenas por reconhecer os fatores internacionais que fortaleceram a continuidade do Termidor estalinista, mas também a exposição da justificativa do porquê em 1929 Trotsky ainda considerava possível reformar o Partido Comunista e a III Internacional. Essa posição será modificada em 1933, quando ficou completamente comprovado pelos fatos que a III Internacional havia colaborado com a contrarrevolução na Alemanha. Quanto à subsistência do Estado operário, não havia mudanças nas bases sociais e nas conquistas da revolução que autorizassem afirmar que esse já havia se transformado em seu caráter de classe.

(As citações foram extraídas do livro Escritos, Leon Trotsky, Tomo X, vol. 2, Editorial Pluma)

# LANÇAMENTO

## FOLHETO

**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO

**Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:**

# R\$ 5,00

**LANÇAMENTO!**

## PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Adquira com o distribuidor de Massas:

## SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

R\$ 35

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

# Escute o Massas,

## podcast do Partido Operário Revolucionário

**ACESSE O NOSSO CANAL:**

**anchor.fm/por-massas**  
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

Na podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

**PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**